



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**RENATA ORTIZ BRANDÃO**

**A CONSTRUÇÃO DOS 'SUJEITOS BRASILEIROS'  
NA ENUNCIÇÃO DE GETÚLIO VARGAS**

**CAMPINAS,**

**2017**

**RENATA ORTIZ BRANDÃO**

**A CONSTRUÇÃO DOS 'SUJEITOS BRASILEIROS' NA  
ENUNCIÇÃO DE GETÚLIO VARGAS**

**Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto  
de Estudos da Linguagem da Universidade  
Estadual de Campinas para obtenção do título de  
Mestra em Linguística.**

**Orientadora: Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira**

**Este exemplar corresponde à versão  
final da Dissertação defendida pela  
aluna Renata Ortiz Brandão e orientada  
pela Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira.**

**CAMPINAS,  
2017**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

Or8c Ortiz Brandão, Renata, 1991-  
A construção dos 'sujeitos brasileiros' na enunciação de Getúlio Vargas /  
Renata Ortiz Brandão. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Sheila Elias de Oliveira.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Estudos da Linguagem.

1. Vargas, Getúlio, 1882-1954 - Discursos, ensaios, conferências. 2.  
Semântica do acontecimento. 3. Enunciação (Linguística). 4. Designação  
(Linguística). 5. Sujeito (Análise do discurso). 6. Brasil. Presidente (1930-1945 :  
Vargas). 7. Brasil. Presidente (1951-1954 : Vargas). I. Oliveira, Sheila Elias  
de, 1972-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da  
Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The construction of 'Brazilian subjects' in Getúlio Vargas's  
enunciation

**Palavras-chave em inglês:**

Vargas, Getulio, 1882-1954 - Addresses, essays, lectures

Semantics of the event

Enunciation (Linguistics)

Designation (Linguistics)

Subject (Discourse analysis)

Brazil. President (1930-1945 : Vargas)

Brazil. President (1951-1954 : Vargas)

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Mestra em Linguística

**Banca examinadora:**

Sheila Elias de Oliveira [Orientador]

Monica Graciela Zoppi Fontana

Ana Zandwais

**Data de defesa:** 18-08-2017

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística



## **BANCA EXAMINADORA**

**Sheila Elias de Oliveira**

**Mônica Graciela Zoppi Fontana**

**Ana Zandwais**

**IEL/UNICAMP  
2017**

**Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica.**

Dedico este trabalho aos meus pais,  
*Berenice* e *Jairo*, pelo amor, apoio e  
dedicação inenarráveis.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, a minha orientadora, a professora *Sheila Elias de Oliveira*, pelas leituras atenciosas, pelos direcionamentos e pela tão importante parceria ao longo desses anos em que trabalhamos juntas.

À banca de qualificação, formada pelas professoras *Mônica Zoppi Fontana* e *Ana Zandwais*, pela leitura cuidadosa, pelas orientações valiosas e pelas indicações determinantes para os rumos deste trabalho.

Agradeço aos membros da banca de defesa, formada pelas professoras *Ana Zandwais*, *Mônica Zoppi Fontana* e *Carolina de Paula Machado*, e pelo professor *Emilio Gozze Pagotto*.

Ao *Instituto de Estudos da Linguagem* da UNICAMP, e aos seus docentes e funcionários, por todo apoio, dedicação e conhecimento gerado dentro e fora das salas de aula.

Agradeço ao *CNPq*, pelo apoio e financiamento deste trabalho no período entre março de 2015 e fevereiro de 2017.

Aos meus amigos da pós-graduação, do IEL e fora dele, que tive o privilégio e a sorte de conhecer e com quem pude compartilhar minhas alegrias e angústias durante o processo árduo da escrita: *Arnaldo de Lima*, *Cristina Zanella*, *Felipe Nascimento*, *Flavio Benayon*, *Guilherme Adorno*, *Julia Silva*, *Lilian Braga*, *Mirielly Ferraça*, *Raphael Carlos*, *Ricardo Bezerra*, *Sérgio Toledo*, *Thiago Soares*, *Valquiria Lima* e *Vinicius Castro*. Obrigada por tornarem essa etapa da minha vida mais leve e menos solitária.

A minha grande amiga, *Mariana Guerra*, pela cumplicidade, pelo carinho, pelas conversas e pela amizade verdadeira.

Finalmente, agradeço aos meus pais, *Berenice Ortiz Brandão* e *Jairo dos Santos Brandão*, pelo amor incondicional e por sempre acreditarem em mim. Não tem onde caiba o amor que sinto por vocês.

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado apresenta uma análise semântica da enunciação de Getúlio Vargas ao tomar a palavra enquanto presidente em alguns de seus manifestos e pronunciamentos, produzidos ao longo de seus diferentes períodos de governo. Nesta análise, observamos como Vargas, enquanto locutor-presidente, produz sentidos para si próprio e para os sujeitos brasileiros ao nomeá-los, inscrevendo-os nos fios do seu dizer. Buscamos, assim, compreender os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação do locutor-presidente. O estudo está ancorado na Semântica do Acontecimento, que assume uma posição materialista sobre o funcionamento da linguagem, e dialoga, por essa via, com a Análise de Discurso de filiação francesa. Nessa perspectiva, se busca compreender os movimentos políticos das palavras nos gestos de afirmação no dizer e em sua inscrição em posições ideológicas presentes na sociedade, entendendo que a tomada da palavra se dá por uma disputa de lugares e sentidos, o que produz efeito sobre o real.

Nossos resultados mostram que há um litígio que significa pela designação de *povo brasileiro* e *brasileiros*: tais nomeações vão construindo no dizer uma coletividade constituída apenas por partidários ao Governo e da qual, desse modo, não fazem parte os opositores a Getúlio Vargas. Ao se dirigir a eles e nomeá-los de modo vago e negativo, o locutor-presidente produz partições no povo e exclui os contrários daquilo que se constrói enunciativamente como a coletividade dos sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado. Ao mesmo tempo, a tomada da palavra pelo locutor nos diferentes modos de estar chefe de Estado constrói um conjunto de imagens para Getúlio Vargas, enquanto governante, por nomeações que o apresentam ora como o que tem autoridade, porque apoiado pelas Forças Armadas, ora como o que a tem porque fala em nome do povo brasileiro e porque está submetido a ele. No entanto, todo o seu dizer, pela designação de *povo brasileiro* e *brasileiros*, aponta a submissão na direção contrária, isto é, dos sujeitos brasileiros ao governo, colocados no lugar da subserviência, da aceitação, do apoio e da veneração ao governo de Vargas. Esse movimento dos sentidos mobiliza um discurso que se constrói no entrecruzamento do autoritarismo com o militarismo,

o que produz efeitos na construção de sentidos para a República, tal como se constituiu e se consolidou no Brasil durante a Era Vargas.

**Palavras-chave:** Sujeitos brasileiros. Enunciações presidenciais. Era Vargas. Semântica.

## ABSTRACT

This dissertation presents a semantic analysis of the president Getúlio Vargas' enunciation on some of his speeches made throughout his different periods of government. In this analysis we observe how Vargas, as a president-speaker, produces meaning for himself, and for the Brazilian subjects by nominating them and by inscribing them in his words. In this way we seek to understand the ways Brazilian subjects are identified by the State as well as the ways of establishing the relation between the ruler and his governed ones on Vargas' presidential enunciation. This study is based on the Semantics of the Event, affiliated to a materialistic position regarding the functioning of language, and engaged with the French school of Discourse Analysis. From this perspective, we seek to understand words' political movements in affirmation gestures on the president saying and their inscription in ideological positions of the society, conceiving that the taking of word happens by a dispute of places and senses, which produces effects upon reality.

Our results show there is a dispute that produces meaning through the designation of *povo brasileiro* and *brasileiros*: these nominations establish a community composed only by the Government partisans, foreclosing Getúlio Vargas' opponents. By addressing the latter with vague and negative nominations, the president-speaker splits the Brazilian people and forecloses the opponents from what is enunciatively established as the community of Brazilian subjects regarding their relation to the State. At the same time, the taking of word by the president-speaker, on the different ways of being the head of State, establishes a set of images for Getúlio Vargas, as a ruler, by nominations which present him either as the one who has authority, because of the Military Forces support, or as the one who has the authority because speaks on behalf of the Brazilian people and because is submitted to them. However, Vargas' saying, through the designation of *povo brasileiro* and *brasileiros*, indicates the submission on the opposite direction, that is, the submission of the Brazilian subjects to the government, therefore occupying the place of subservience, acceptance, support and veneration towards Vargas' government. This movement of senses mobilizes a speech that is established in the intertwining of authoritarianism with militarism, which produces effects on

the establishment of meaning for the republican regime as it has taken form and consolidated in Brazil during Vargas Era.

**Keywords:** Brazilian subjects. Presidential enunciations. Vargas Era. Semantics.

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2. Dizeres presidenciais no campo de estudos da linguagem .....	20
2.1. Um estudo sobre argumentação e retórica .....	20
2.2. Estudos sobre a construção identitária da Nação e dos sujeitos no Estado Novo....	23
2.3. A construção de povo nos pronunciamentos de Primeiro de Maio na Era Vargas...	26
2.4. O discurso presidencial da República Militar Brasileira .....	28
2.5. O dizer presidencial na Argentina: um estudo sobre o discurso alfonsinista.....	29
3. Entre a nomeação e a designação, a construção de sentidos para os sujeitos brasileiros.	32
3.1. A Semântica do Acontecimento: nossa ancoragem teórico-metodológica .....	35
3.2. O corpus de análise .....	47
4. Os fios do dizer de Getúlio Vargas: análise dos modos de construção dos sujeitos brasileiros .....	50
4.1. Pronunciamento de posse como chefe do Governo Provisório da República: 03 de novembro de 1930 .....	51
4.2. Manifesto dirigido à Nação: 12 de julho de 1932.....	66
4.3. Proclamação ao povo brasileiro: 10 de novembro de 1937 .....	82
4.4. Pronunciamento em comemoração ao cinquentenário da proclamação da República: 15 de novembro de 1939 .....	96
4.5. Pronunciamento de posse: 31 de janeiro de 1951 .....	108
4.6. Pronunciamento ao ensejo da passagem do ano: 31 de janeiro de 1953 .....	120
Considerações Finais .....	133
Referências Bibliográficas.....	140

## 1. Introdução

O presente trabalho surgiu a partir do trabalho de iniciação científica *Palavras da instauração da República Brasileira: o cidadão brasileiro nos discursos presidenciais*<sup>1</sup>. Filiado à Semântica do Acontecimento, este trabalho investigou como *cidadão*, palavra fundamental na construção das repúblicas modernas, significa na enunciação dos dois primeiros presidentes da República brasileira, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, ambos militares, no momento de implantação de um novo sistema político no Brasil.

As análises sobre a designação da palavra *cidadão* e as co-ocorrentes cognatas (*concidadãos*) e não cognatas (*povo*, *brasileiros*, *Nação*) mostraram que, tanto nos pronunciamentos presidenciais de Deodoro quanto nos de Floriano, *cidadão* refere a indivíduos ou classes sociais da nação, apontando para uma divisão hierárquica que se dá entre o cidadão e o Estado e, ao mesmo tempo, entre os próprios cidadãos, categorizados em grupos. *Cidadãos* e *concidadãos* aparecem predominantemente no plural e funcionam, nos dizeres dos dois presidentes, como marcas que fazem ecoar a República como uma nova forma de governo, uma vez que carregam uma memória republicana ocidental, produzindo, no entanto, um efeito de sentido de inscrição nesta memória mais formal do que simbólico, ou seja, sem que suas determinações textuais caracterizassem a nova participação política do cidadão republicano, isto é, uma nova voz para ele.

Estas duas unidades lexicais, cognatas, apresentam entre si uma nuance de sentido: *concidadãos* é empregada prioritariamente como vocativo para apontar o todo da nação e produzir um efeito de aproximação entre os governantes e seus governados; já *cidadãos* vem para especificar grupos distintos da sociedade. Esta nuance de sentido intervém na aparente sinonímia entre essas duas palavras. Trata-se, ao mesmo tempo, de um lugar de sinonímia e de não sinonímia, pois a relação entre essas palavras é exatamente o lugar de entrada da diferença, ou seja, neste lugar, a relação polissêmica se instala, trabalhando no equívoco, nos lugares em que a língua falha. No movimento do equívoco, os sentidos de

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sheila Elias de Oliveira, e financiado pelo PIBIC/CNPq, pelo qual recebi Menção Honrosa no XXI Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP em 2013.

participação política dos cidadãos que formam a base das repúblicas ocidentais modernas são apagados ou minorados.

As palavras *cidadãos* e *concidadãos* não significam, no movimento do político na enunciação, como reivindicação de uma nova prática política em que o povo participa efetivamente no regime republicano. Elas significam pela sua inscrição em um discurso patriótico sentimental. O nacionalismo patriótico é reforçado pelo emprego de palavras concorrentes, como *nação*, *pátria*, *brasileiros*, *irmãos*, que se inscrevem em dizeres que produzem sentidos de amor à Pátria, ao regime e ao governo, bem como de irmandade entre os brasileiros, sustentando, assim, o dizer dos presidentes em um discurso de exaltação patriótica que liga a Pátria à família, com seus vínculos ancestrais que não devem ser questionados, mas reforçados.

O sujeito republicano, construído pelos dizeres de Deodoro e de Floriano, é, desse modo, aquele que deve amar a Pátria e a República, bem como preservar a ordem pública, sem questionar as decisões e medidas do governo instaurado pelas Forças Armadas, o que significa, por um efeito de evidência que estabelece a discrepância e a hierarquia nos papéis de governante e governados, uma garantia de progresso do país. O cidadão brasileiro não desenvolve, assim, uma relação política participativa e democrática com o Estado Republicano, mas sim uma relação sentimental de submissão, em que deve ser devoto de seu governo e admirador de seus líderes-salvadores, mas não participante nas decisões públicas.

Meu trabalho de iniciação científica apresentou diálogo constante com o de Santos (2013), *A Semântica do Acontecimento e a designação de cidadãos nos discursos presidenciais de Prudente de Moraes e Campos Sales: o caráter personalista e os deslizos no sentido*<sup>2</sup>, que, também fundamentada na Semântica do Acontecimento, buscou compreender a designação da palavra *cidadão* na enunciação dos dois primeiros presidentes civis do Brasil, Prudente de Moraes e Campos Sales. Santos (2013) investigou as regularidades na especificidade das determinações semânticas de *cidadão* no momento em que a República Brasileira passou a ser civil e viveu as primeiras eleições com participação popular. A autora mostrou que entre as palavras *cidadãos* e *concidadãos*, a última é predominante, e que ambas referem tanto à coletividade da nação, como a diferentes setores da população. Identificou a

---

<sup>2</sup> O trabalho, realizado sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Elias de Oliveira com financiamento do PIBIC/CNPq, recebeu prêmio de Mérito Científico no XXI Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP em 2013.

promoção de um sentido de desigualdade política dos sujeitos em relação ao Estado, este personalizado na figura do presidente, que se significa como o ator principal da história da República, e faz significar como menor a participação dos outros agentes instituídos no governo e a dos (con)cidadãos como restrita ao voto e relegada a setores específicos da sociedade. *Cidadão* se dilui em meio a um conjunto de outras palavras, como *povo*, *brasileiros*, *nação*, que produzem uma identidade antes de pertencimento cultural à nação do que de participação política nas decisões sobre a construção da República.

Estes dois trabalhos de iniciação científica que dialogaram entre si se inspiraram na análise de discursos de posse dos presidentes da Primeira República Brasileira feita por Elias de Oliveira (2012), que defende a necessidade de investigar as particularidades semânticas de *cidadão(s)* e *concidadãos* na enunciação dos governantes deste período da história do Brasil para “compreender o modo como, por meio dessas palavras, cada governo afirma seu pertencimento ao regime republicano” (p.105). Por meio de sua análise, a autora levanta a hipótese de que a instabilidade de *cidadão* e de seus derivados é uma característica do modo como essas palavras se constituem no regime republicano brasileiro. Elias de Oliveira associa esta instabilidade não apenas aos períodos de ditadura que vivemos no século XX, mas também “à falta de um projeto republicano de Estado e de mecanismos que garantissem sua manutenção a despeito das mudanças de governo” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2012, p.127). A instabilidade semântica de tais palavras seria, portanto, uma especificidade dos modos de constituição de nossa própria República.

Anteriormente, Elias de Oliveira (2006) investigou o percurso da palavra *cidadania* como entrada nos dicionários de língua portuguesa, mostrando que, embora essa palavra venha para o português pela irradiação do francês *citoyenneté* e que seu sentido derive de uma mudança de sentido político de *cidadão* registrada no final do século XIX, semelhante à que acontece na França revolucionária do século XVIII com as correlatas *citoyen/citoyenneté*, o percurso de *cidadão* e *cidadania* nos dicionários brasileiros do século XX é diferente do percurso lexicográfico das palavras equivalentes francesas. Como afirma a autora:

A palavra *cidadão*, derivada do latim, sofre uma mudança de sentido na modernidade a partir da relação com o seu equivalente por tradução

no francês – *citoyen*, o qual, com a Revolução Francesa e o processo de instauração do regime republicano, deixa de significar aquele que tem privilégios na cidade (sentido este que tem sua origem na Antiguidade Clássica), e passa a significar todo indivíduo na relação com o Estado, pela igualdade de direitos e deveres. (ELIAS DE OLIVEIRA, 2012, p.106).

*Cidadania* surge deste novo sentido político de *cidadão*, instaurado pela relação com *citoyen* e suas transformações na Revolução Francesa, que deram origem à *citoyenneté*. A palavra derivada tem o seu primeiro registro atestado no Brasil em 1913, na segunda edição do Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido de Figueiredo, que a marca como um brasileirismo. Ainda segundo Elias de Oliveira (2012), nos dicionários brasileiros de língua portuguesa, desde o primeiro, de 1938, e ao longo do século XX,

no verbete *cidadão*, há uma diluição do sentido político nos discursos jurídico e urbano, em acepções como “habitante da cidade” e “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado”; já no verbete *cidadania* não há sequer uma definição própria, mas um reenvio a *cidadão* por acepções como “estado de cidadão” ou “qualidade de cidadão”. (ELIAS DE OLIVEIRA, 2012, p.106-107).

O percurso observado nos dicionários, os quais, no trabalho de registro e descrição das palavras, pretendem oferecer uma representação geral dos seus empregos na sociedade na qual circula a língua por eles descrita, permite observar movimentos em curso que por vezes resultam em mudanças nas acepções das palavras-entrada, como mostrou Elias de Oliveira (2006) a propósito de *cidadão* nas diferentes edições do Dicionário da Língua Portuguesa de Antonio de Moraes Silva (primeiro dicionário geral de língua portuguesa) entre o final do século XVIII e o final do século XIX.

O percurso da autora mostrou, assim, que, se a instauração da República trouxe uma nova acepção política para a palavra, esta acepção permaneceu quase inalterada nos dicionários brasileiros, o que indica um trabalho enunciativo pequeno sobre a palavra ao longo de todo um século de República no Brasil. Ao mesmo tempo, entendemos que o

apagamento progressivo de *cidadão* das enunciações presidenciais é consequência mesma do apagamento dos sujeitos brasileiros como agentes políticos.

O primeiro momento deste percurso – a derivação de *cidadania* a partir do novo sentido político de *cidadão* – permite estabelecer um diálogo com o que historiadores já nos indicaram para a cidadania enquanto fato político. Segundo Hobsbawm (1996), a Revolução Francesa trouxe a ideia de que o republicanismo é uma força de massa, ou seja, do povo, da Nação, e de que o Estado Nacional precisa ser “centralizado, forte e unificado” (HOBSBAWM, 1996, p.40), o que lhe permite afirmar que a Revolução Francesa praticamente criou os termos “nação” e “patriotismo” em seus sentidos modernos.

Sobre a cidadania na República brasileira, Carvalho (2003) faz uma afirmação contundente: diferentes conjunturas sociais, políticas e econômicas não permitiram a formação de cidadãos brasileiros nem o afloramento da cidadania, pois o sentido de que todos são iguais perante a lei e a implementação dos valores de liberdade e direitos individuais não se efetivaram plenamente. Quanto ao Estado, ele se tornou “centralizado, forte e unificado” às custas de longos períodos ditatoriais, o que certamente teve impacto sobre a prática política republicana no Brasil, seja por parte dos cidadãos, seja por parte dos governos.

No percurso das palavras *cidadão* e *cidadania* nos dicionários, vemos que estes representam a pouca força política dessas palavras ao longo do século XX, mostrando que a República brasileira não se configurou de fato como uma “força de massa”, ainda que tenha havido movimentos de resistência popular aos governos autoritários. Criou-se uma república legal, formal, mas não efetiva na promoção de um engajamento social nos rumos políticos do país para além da participação nas eleições. Entendemos, deste modo, que tais palavras trabalham tanto na ausência quanto na sua circulação particular, e que há, neste movimento, a construção de um modo de ser cidadão que é próprio ao Brasil e que faz deslocar os sentidos irradiados pela Revolução Francesa nos processos históricos do nosso país.

Ao voltarmos o olhar para os diferentes governos ao longo da República Brasileira e, especificamente para os de Getúlio Vargas, governante cuja enunciação analisaremos neste trabalho, encontramos reiteradamente dizeres dos historiadores sobre o papel decisivo das Forças Armadas, junto aos governantes, no comando do Estado, e no alijamento dos cidadãos das decisões no processo de construção da República: um exemplo é Penna (1999), segundo o qual a participação recorrente dos militares nos assuntos e decisões

do Estado não promoveu a inclusão efetiva do povo como ator coletivo; ao contrário, o “jogo das forças do poder” transformaram o povo no “principal alvo da repressão (...) em nome da defesa” dos interesses do Estado (PENNA, 1999, p.186). Penna ainda afirma que as Forças Armadas e as elites dominantes no cenário político e econômico brasileiro durante a Era Vargas aceitaram, em troca de favores e concessões, o fortalecimento do Estado e a expansão de seu aparelhamento. Segundo o historiador, o Estado, de caráter autoritário e centralizador, e, por outro lado, empreendedor, promoveu o desenvolvimento da indústria e operou mudanças funcionais e compensatórias, como a legislação trabalhista, a sindicalização e a concessão do voto às mulheres.

Fausto (2006), por outro lado, afirma que se ergueram, simultaneamente, em relação à figura política de Vargas, um culto e um repúdio. O primeiro, pela sua imagem como aquele que estava à frente das mudanças econômicas e sociais, e pela implantação de uma legislação trabalhista. O último, pela imagem autoritária, em particular durante o Estado Novo, período em que cerceou a liberdade de expressão e promoveu a censura. O historiador defende que, entre a grande massa, a memória de Getúlio “se preservou associada à figura do líder que protegeu os humildes e doou a legislação trabalhista” (FAUSTO, 2006, p.202). Lima (1990, p.30) se posiciona de modo semelhante, lembrando a força das imagens de “pai do povo”, “pai dos pobres”, e de “redentor do povo brasileiro”.

Getúlio Vargas apresentou a mais longa trajetória de um único indivíduo no comando da república brasileira: ao todo, dezoito anos e meio no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Vargas abandona o poder e a vida ao mesmo tempo, com o suicídio que é também um gesto político que sua carta-testamento faz significar. Segundo Neto (2012), a trajetória do estadista compreende tempo e gestos suficientes para fazer dele “o personagem mais importante, mais dramático e mais controvertido da história política nacional” (NETO, 2012, p.26). Em meio às contradições e particularidades que constituem o nosso regime Republicano, os governos de Getúlio Vargas, com suas próprias contradições, são parte importante e frequentemente referida dessa história, seja pela duração, seja pelas diferentes circunstâncias que o levaram ao poder, por seu autoritarismo ou pela importância das reformas sociais empreendidas por ele. A importância histórica e o caráter particularmente contraditório deste estadista nos levam ao interesse de compreender como, ao tomar a palavra

publicamente como presidente, ele constrói sentidos para os sujeitos brasileiros ao nomeá-los e inscrevê-los nos fios do seu dizer.

## 2. Dizeres presidenciais no campo de estudos da linguagem

Traremos, neste capítulo, trabalhos do domínio de estudos da linguagem que tomam como objeto, a partir de perguntas próprias e de lugares teóricos diversos, o dizer presidencial, em especial a enunciação de Getúlio Vargas, mas também de outros presidentes do Brasil e da Argentina. São pesquisas que indicam a importância de analisar as enunciações presidenciais, em forma de decretos, compêndios, ou pronunciamentos públicos, para compreender os processos de construção da relação do Estado com os sujeitos tomados enquanto governados.

### 2.1. Um estudo sobre argumentação e retórica

Em *Argumentação e Discurso Político*<sup>3</sup> (1979), Osakabe analisa o que ele chama de *discursos de intenção política*, a partir dos trabalhos de Harris sobre a teorização do discurso, e de Slakta sobre o método de análise empírica no domínio do discurso político. O *corpus* selecionado pelo autor se divide em dois grupos: no primeiro, estão os discursos de Getúlio Vargas em que se evidencia a presença de um adversário, pronunciados, portanto, durante momentos entendidos como de confronto. Neles, a tônica é mais emotiva, pois, segundo o autor, se está diante de um adversário concreto. No segundo grupo, estão os discursos elaborados para prestar contas à nação a respeito dos empreendimentos realizados pela administração nacional. Sua tônica, segundo Osakabe, é mais informativa e técnica, a fim de consolidar a situação vigente estabelecida pelo Governo.

A análise dos discursos de Getúlio Vargas feita por Osakabe (1979) se deu, em um duplo movimento, pela observação tanto dos atos de fala, quanto das condições de produção

---

<sup>3</sup> A terminologia dos autores será mantida. Sempre que houver termos que pela forma se sobreponham aos que empregamos, como *discurso*, sem que os sentidos sejam os mesmos, buscaremos caracterizá-los.

Osakabe (1979), na introdução de sua tese de doutorado, discute o termo *discurso* a partir de diversos trabalhos no campo da Linguística, conceituando-o como uma entidade mais ampla do que a frase; em outras palavras, a partir da teorização de Harris, como um “enunciado seguido”, isto é, uma cadeia de enunciados simples, ligados por conectivos. Conceitua o discurso também, a partir dos trabalhos de Benveniste, como a tomada de palavra por um locutor, “resultante de um processo de auto-expressão do sujeito” (OSAKABE, 1979, p.18). Deste modo, para Osakabe, o discurso apresenta como seus elementos mais importantes a subjetividade e os indicadores de situação (pessoas, tempo, lugar). A escolha de Osakabe (1979) pelos discursos de Getúlio Vargas se deu, segundo ele, pela sua “função política”; político é tomado aqui, entendemos, no senso comum de governança pública.

dos discursos. Destacamos aqui suas análises sobre as condições de produção que, inspiradas no esquema de formações imaginárias concebido por Pêcheux (AAD-1969), refletem sobre as figuras do locutor e do “ouvinte”, que chamamos de alocutário, em pronunciamentos de Vargas. Esta reflexão de Osakabe vai ao encontro da nossa na medida em que também voltamos nosso olhar, neste trabalho, para as figuras do dizer, embora a partir do lugar teórico de uma semântica enunciativa de filiação materialista, a Semântica do Acontecimento.

Segundo Osakabe (1979), as condições de produção de um discurso contêm as imagens mútuas sobre as quais o locutor constrói seu discurso e os atos a que se visam com a realização deste discurso. Ele analisa o papel do locutor, apontando que, em pronunciamentos como *Plataforma da Aliança Liberal*, *Rio Grande de Pé pelo Brasil* e *Nova Organização Administrativa do País*, o locutor fala, em nome do movimento da Aliança Liberal, como seu candidato à Presidência da República (e como vitorioso no último deles). O “ouvinte”, para nós alocutário, por sua vez, nestes casos, é a parcela do povo brasileiro que tem direito ao voto, o povo do Rio Grande do Sul e a Junta Governativa, respectivamente. Sobre este ponto, para Osakabe, quem enuncia é, no momento específico em que enuncia, a *entidade dominante*, isto é, aquela que manipula as coordenadas do discurso - o locutor. A imagem que o locutor faz do “ouvinte”, por conseguinte, é a de *dominado*, pela sua própria situação de aparente inércia, entende o autor. Voltando-se mais detalhadamente para o pronunciamento *Plataforma da Aliança Liberal*, Osakabe (1979) aponta a dupla função deste texto: tanto expor o programa de governo da Aliança Liberal, quanto situar o locutor enquanto candidato dessa aliança à presidência da República. O locutor, que, a partir da perspectiva teórica adotada por Osakabe, é dotado de intenção, visa “levar o ouvinte à aceitação do programa e, portanto, à votação no seu candidato” (OSAKABE, 1979, p.64).

Osakabe (1979) analisa também a imagem da função pública, apontando que se toma como pressuposto que o “ouvinte” tem do locutor a imagem de um locutor político. O locutor, por sua vez, pressupõe no “ouvinte” a noção de “poder público” ou “poder político” e assume para si esta noção. Nos discursos de tensão selecionados pelo autor para o *corpus* de análise, o locutor se caracteriza não como individualidade, mas se ajusta a uma imagem geral de homem público, pressuposta no “ouvinte”. Osakabe defende que esta imagem se funda na concepção de que o locutor político responde pelos interesses de forças superiores às suas próprias: a coletividade, o povo, a Nação. Já nos discursos de prestações de contas, segundo

ele, raramente o locutor utiliza a primeira pessoa, uma vez que são feitos em nome de uma entidade que está acima da individualidade: o governo. Deste modo, “o locutor não se impõe explicitamente, mas simplesmente se enquadra e se dilui na generalidade dessa impessoalidade e isenção que caracteriza a significação ‘governo’” (OSAKABE, 1979, p.75).

Sobre a imagem do referente, para Osakabe, não há explicitação de que o “ouvinte” possa ter dele uma imagem distinta da do locutor. Ao contrário, o “ouvinte” é considerado em sintonia com a imagem assumida pelo locutor. A imagem do referente contrária à sua o locutor a atribui a uma terceira pessoa, isto é, o adversário. O autor explica:

(...) o ouvinte tem um papel duplo para o locutor, à medida que ele não é só a instância que o ouve, mas também a instância que ouve o adversário; enquanto instância que o ouve, o ouvinte caracteriza-se como parceiro político, o que não justificaria o discurso, mas enquanto aquele que pode ouvir o adversário, ele é, ao mesmo tempo, portador de uma imagem contrária, mas, por não ser o adversário, é um possível aliado. (OSAKABE, 1979, p.80)

Para Osakabe, isso é o que justifica a produção de um discurso, o que procura mostrar em sua análise do *Manifesto ao Povo de São Paulo*, em que o locutor se dirige ao “ouvinte”, o “povo de São Paulo”, na tentativa de convencê-lo a abandonar a luta rebelde de 1932. O autor defende que o locutor não situa o “ouvinte” enquanto adversário, devido à possibilidade de tê-lo como seu aliado. Nesse sentido, pensando os atos de fala, Osakabe observa que, no discurso de Vargas, o ato ilocucionário de argumentar visa fazer com que o “ouvinte” se inteire da imagem que o locutor faz do referente e, sobretudo, aceite essa imagem e torne-se seu aliado.

Ainda sobre o ato de argumentar, Osakabe (1979) levanta a hipótese de que o discurso de Vargas se apresenta como uma forma de argumentação que não admite relatividade. Para o autor, o locutor se assume como a posição correta diante da realidade nacional e seu discurso funciona como um modo de neutralizar os adversários. Nesse sentido, o discurso de Vargas, entendido por Osakabe como um discurso político-militante, visa “alcançar no ouvinte não simplesmente a adesão a uma posição, mas sua participação ativa nas tarefas necessárias para a afirmação dessa posição”, utilizando-se da argumentação “para

a obtenção final de um resultado que, ultrapassando o nível da convicção, atinja o nível da ação” (OSAKABE, 1979, p.92). Em outras palavras, para o autor, o discurso de Vargas constitui uma tentativa de levar o ouvinte à aceitação do poder instituído como aquele que corresponde à imagem ideal de poder político.

Embora fale de um lugar distinto do nosso, isto é, a partir do estudos da retórica e da argumentação que visa o convencimento e a persuasão, o trabalho de Osakabe (1979) apresenta uma extensa análise sobre a enunciação de Getúlio Vargas e, deste modo, contribui para a reflexão sobre a figura do locutor e do alocutário e sobre os modos de funcionamento do dizer presidencial.

## **2.2. Estudos sobre a construção identitária da Nação e dos sujeitos no Estado Novo**

Zandwais (2012), em seu trabalho sobre a memória nacional e a construção identitária no Estado Novo, toma como objeto de estudo o Decreto-Lei nº 1545, que legisla sobre as proibições e imposições estabelecidas pelo aparelho político-jurídico aos imigrantes e seus descendentes no Brasil durante o Estado Novo. A autora analisa “como são discursivizadas as Leis de Segurança Nacional para fins de ‘proteção da nação brasileira’” (ZANDWAIS, 2012, p.52), buscando compreender assim como o sujeito imigrante pode ser significado a partir de sua “exposição” à lei. Por meio das análises, Zandwais (2012) conclui que os fundamentos xenófobos que sustentam a nação brasileira no Estado Novo se instalam nos dispositivos jurídicos exatamente a partir do argumento de proteção ao território, uma vez que este reforça o medo da instalação do estrangeiro em solo brasileiro. Aprofundando este quadro de xenofobia, os artigos do Decreto-Lei que dispõem sobre medidas culturais e educacionais, isto é, sobre o ensino da História do Brasil e da “Língua Nacional”, alicerces da identidade de um Estado-nação, exercem “um papel capital para definir um protótipo de cidadão brasileiro”, uma vez que definem “tudo o que os estrangeiros e seus descendentes não podem ser na nação brasileira” (ZANDWAIS, 2012, p. 58).

Em outro trabalho, sobre como caracterizar uma Nação, Zandwais (2013) afirma que pensar sobre como definir uma Nação é olhar para a construção de imaginários. Nesse

sentindo, a autora reflete sobre a produção dos imaginários de Nação, atestando que a língua é “a força motriz mais expressiva da identidade de um Estado-Nação” (ZANDWAIS, 2013, p. 264), uma vez que um imaginário de nação só pode ser produzido

pela discursividade, pela identificação dos membros de um Estado com a língua-mãe, ou seja, a língua que todos falam e que identifica a todos que a falam, que lhes confere referências culturais, uma herança histórica, um lugar de filiação. Enfim, é pela discursividade que se naturalizam os vínculos de pertencimento dos sujeitos a uma nação, e assim o processo de construção de uma ‘consciência nacional’. (ZANDWAIS, 2013, p.271).

A autora afirma que não há critérios uniformes para se caracterizar uma nação e que, portanto, o processo de produção da sua identidade é opaco, uma vez que são os próprios Estados que optam por determinados paradigmas sob os quais se fundamentam seus imaginários de nação. Nesse sentido, através das práticas materiais e dos discursos produzidos, tais paradigmas convertem o Estado em nação, sendo três deles indispensáveis: a etnia, o território e a língua. Segundo Zandwais (2013), estes paradigmas interpelam os indivíduos como sujeitos de uma nação, ao mesmo tempo em que identificam o Estado como uma “unidade”. Tomando como objetos de análise o Decreto-Lei nº 1545 e um pronunciamento de Getúlio Vargas aos trabalhadores brasileiros, proferido em 1940, durante o Estado Novo, a autora destaca o modo pelo qual o regime Vargas vai construindo, por meio da materialização de práticas jurídicas e de práticas político-pedagógicas, um imaginário de nação para o povo brasileiro, a fim de criar laços de identificação entre o próprio povo, o que produz uma “consciência nacional”.

Em outro trabalho, Zandwais (2003) tem por objetivo investigar o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa (LP) durante o Estado Novo, o que ela faz a partir de uma retomada das condições históricas de produção e de propagação de saberes linguísticos e literários que circulam em compêndios escolares produzidos no Brasil entre as décadas de 1930 e 1950. Zandwais aponta que é a partir do governo Vargas que se multiplicam as escolas públicas destinadas à instrução da classe proletária, bem como a produção de manuais e compêndios escolares “com vistas a ‘facilitar’ a ação pedagógica.” (ZANDWAIS, 2003, p.24).

Analisando tais materiais, a autora mostra que o programa de ensino de Língua Portuguesa é uniformizado e constrói um imaginário de homogeneidade da língua e dos falantes, ou seja, constrói o ideal de uma língua comum a todos, o que produz, por conseguinte, um efeito de identidade nacional. Este imaginário de homogeneidade que se constrói para a língua denega as diferenças e as variações de linguagem das quais “os sujeitos oriundos de diferentes classes lançam mão para expressar-se” (ZANDWAIS, 2003, p.35).

Zandwais defende ainda que os manuais e os compêndios escolares para o ensino de Língua Portuguesa tratam a língua “como um objeto desvinculado de toda e qualquer injunção histórico-social, do campo da práxis, e, portanto, regulado por um discurso de normatividade e isento de interpretações” (ZANDWAIS, 2003, p.30), o que, por consequência, produz um apagamento da memória histórica e, portanto, da própria identidade do sujeito proletário. Nesse sentido, as ações políticas e educacionais do governo Vargas passam a representar o sujeito operário como um sujeito mantenedor da ordem social vigente, visto que, se o Estado lhe concede direitos, ele não mais precisa lutar por eles. Sobre esta questão, a autora conclui que

o sujeito proletário aceita os “benefícios” educacionais que lhe são ofertados, sem entender que o caráter de uniformidade nacional conferido à educação não coincide com um ideal de ação para a transformação da realidade já sedimentada, mas com o ideal de massificação e preservação das relações hegemônicas do Estado frente aos interesses populares. (ZANDWAIS, 2003, p.36-37).

Os estudos de Zandwais (2003, 2012, 2013) sobre o dizer presidencial de Getúlio Vargas, seja em forma de decretos-lei, compêndios escolares ou pronunciamentos, tomam a materialidade da linguagem como base e trazem como aporte para o nosso trabalho reflexões sobre o processo de construção de sentidos para os sujeitos, mais especificamente para o sujeito imigrante e para o sujeito proletário, bem como sobre o processo de produção de um imaginário de Nação durante o Estado Novo. A autora propõe-se, tal como apontamos acima, a caracterizar os modos de produção dos sentidos que determinam os processos de identificação dos sujeitos com o Estado Novo. Na mesma direção de Zandwais, propomo-nos

a analisar os modos de identificação dos sujeitos brasileiros pelo Estado, a partir da análise de pronunciamentos de Getúlio Vargas, produzidos nos diferentes momentos de seu governo.

### **2.3. A construção de *povo* nos pronunciamentos de Primeiro de Maio na Era Vargas**

Lima (1990) analisa a construção de *povo* nos pronunciamentos dirigidos por Getúlio Vargas nos Primeiros de Maio aos “trabalhadores do Brasil”. A pesquisadora mostra, submetendo seu *corpus* ao dispositivo de Análise do Discurso AAD 69, como o discurso getulista vai construindo o povo trabalhador como seu interlocutor, a quem protege, incentiva, solicita e acarinha. Ela aponta ainda que a palavra “povo” é empregada, em um primeiro momento, isto é, nos textos produzidos entre 1938 e 1944, no sentido de uma noção geral, ou seja, remetendo às massas populares; e, deste modo, é frequentemente empregada para “neutralizar as designações de posições de classe; quando estas são designadas, é pelo viés de expressões opacas como ‘uma parte do povo’” (LIMA, 1990, p.123). Ao mesmo tempo, “o povo” é apresentado como aquele que sofre de fome e que ainda não tem condições de educar seus filhos. Deste modo, se “o povo” ainda não apresenta independência econômica, mostra-se, segundo a autora, no dizer de Vargas, que o direito de voto e de reunião pode se converter, no limite, em causa de ludíbrio para este povo, uma vez que a democracia política sem igualdade social não seria uma “verdadeira” democracia. Lima (1990) aponta também que, nos pronunciamentos realizados entre 1938 e 1944, “o povo brasileiro” é “o bom povo”, isto é, aquele que não faltará ao governo e, no limite, ao próprio Vargas. Nessa mesma direção, é também um povo disciplinado, bem organizado, de espírito nacionalista e que está disposto a quaisquer sacrifícios pelo Brasil. Segundo a autora, Getúlio Vargas construiu, desse modo, a “identidade do povo”:

(...) a *argumentação estatal sobre o povo brasileiro precede a existência do próprio povo*: a ação governamental de Vargas se torna assim construtiva do povo brasileiro, como entidade positiva protegida de sua própria dispersão interna (...) Vargas é, portanto, (...) a garantia do *bom povo brasileiro* (LIMA, 1990, p.141, grifos da autora).

Em um segundo momento, isto é, nos textos produzidos entre 1951 e 1954, Lima aponta que Vargas fala de “seu povo”, dirigindo-se às massas. Neles, “povo brasileiro” e “povo” são constantemente superpostos, de modo que “povo brasileiro” não ocorre, mas significa em “povo”. Nas palavras da autora: “Vargas diz: ‘o povo’ (isto é, aquele do qual eu falo, a quem eu me dirijo...), que *quer dizer evidentemente* ‘o povo brasileiro’” (LIMA, 1990, p.144, grifos da autora).

A autora mostra que Vargas apela ainda à “organização do povo” em torno do governo, colocada por ele como *a única maneira eficaz* para que o povo defenda seus interesses, para que não seja explorado e para que, enquanto força organizada, “possa ajudar o governo a lutar contra os elementos negativos da sociedade” (LIMA, 1990, p.155). A análise da autora mostra que o povo só se torna uma força quando ele é organizado, e, no limite, quando está em conjunto com Vargas, quando o apoia e o acompanha: nesse sentido, “o bom povo brasileiro não é somente um aliado de Vargas; o povo e Vargas são constitutivamente unidos” (LIMA, 1990, p. 167). A autora aponta aqui para o fato de que o “povo brasileiro” está politicamente dividido, o que se mostra nas expressões utilizadas por Vargas: “o povo que me apoia”, “o povo que me elegeu”, “o povo que me acompanha”, “o bom e generoso povo brasileiro” (LIMA, 1990, p.174).

Ao longo de seu trabalho, Lima nos mostra como Vargas vai construindo o povo ao organizá-lo em torno do governo, projetando assim este povo na própria figura do chefe de Estado - o que o tornaria, por conseguinte, um povo bom e generoso. Mas, ao contrário, “se o povo ficasse organizado em si mesmo, sem se projetar numa garantia governamental, ele se perderia, ele sairia de si mesmo; ele se tornaria um mau povo, egoísta”. O que pode tornar este povo mau, conclui a autora, é a própria autonomia dos trabalhadores que, para Vargas, “traz os germes de uma revolução; esta revolução só podendo significar a catástrofe de um abandono do povo a si mesmo, quer dizer, a seu princípio interno de dispersão” (LIMA, 1990, p.180). Ainda segundo ela:

Vargas *representou* os interesses dos trabalhadores (e do povo) no nível universal do Estado (assim os operários são representados no Estado); impondo-se como aquele que “tudo fez” pela classe operária; instalando uma legislação trabalhista onde o sindicato corporativo

torna-se o único lugar permitido para a luta operária (LIMA, 1990, p. 180-181, grifos da autora).

O trabalho de Lima (1990) contribui para a nossa reflexão na medida em que analisa *povo* e *povo brasileiro* nos pronunciamentos de Getúlio Vargas dirigidos aos trabalhadores, tanto no período do Estado Novo quanto em seu mandato como presidente eleito, observando que *povo* funciona como uma noção geral que neutraliza as “designações de classe”, enquanto que *povo brasileiro* designa, nos textos produzidos entre 1938 e 1944, aqueles que apoiam o governo de Vargas. Já nos pronunciamentos produzidos entre 1951 e 1954, destacamos a observação da autora de que o povo brasileiro é construído pelo dizer de Vargas como politicamente dividido entre aqueles que o elegeram e os contrários a seu governo. O movimento da autora de lançar luz para os sentidos construídos no dizer de Vargas para *povo* e *povo brasileiro* é semelhante ao que pretendemos fazer neste trabalho, uma vez que também nos propomos a investigar tais nomeações, junto a outras, nos pronunciamentos selecionados para o nosso *corpus* de análise.

## **2.4. O discurso presidencial da República Militar Brasileira**

Indursky (2013), em seu trabalho sobre o funcionamento do discurso autoritário, especificamente do discurso presidencial do regime militar brasileiro, procura observar as regularidades e as diferenças entre os discursos dos cinco presidentes militares do período da República Militar Brasileira, isto é, de 1964 a 1984. A autora mostra como se dá a construção do sujeito presidencial a partir de diferentes imagens: por exemplo, a imagem do presidente democrata, pela qual legitima seu poder, uma vez que vai ao encontro do imaginário de boa parte da opinião pública para a qual um presidente deve ser democrata; a imagem do presidente militar, que mostra como os presidentes se veem e desejam ser vistos, isto é, soldados convocados para a missão de salvar a pátria ameaçada; a imagem do presidente autoritário, que decorre do conflito entre as duas imagens anteriores: um presidente civil dotado de autoridade e força cujas declarações assumem o tom de advertência e mesmo de ameaça.

Indursky (2013) examina ainda como o sujeito político, na “interlocução discursiva”, vai se configurando na associação com diferentes *não pessoas discursivas*, isto é, aquelas que correspondem aos referentes lexicalmente não especificados aos quais o *eu* se associa para constituir o *nós*. Nesse sentido, interessa à ela analisar como se dá a representação do *outro*. Pelas análises dos pronunciamentos dos presidentes militares, Indursky mostra que a palavra *brasileiros*, por exemplo, apresenta prioritariamente um emprego partitivo e designa aqueles que comungam com os ideais da revolução de 1964, isto é, aqueles que “têm espírito cívico e sacrificam-se pelo bem da nação e pela construção de um país melhor. Trata-se daqueles que abdicam livremente de seus direitos em prol dos deveres para com a pátria. O que implica necessariamente concordar com o Estado.” (INDURSKY, 2013, p.120). É, portanto, desta maneira que se coloca, para a autora, a questão da cidadania: ao abdicar dos direitos e assumir apenas os deveres, o sujeito *outro* adquire nacionalidade e se torna cidadão.

Inscrevendo-se na filiação teórica da análise de discurso francesa, que dialoga com a nossa ancoragem teórica, a Semântica do Acontecimento, uma vez que ambas tomam como fio condutor a materialidade da linguagem para a compreensão dos sentidos, Indursky (2013) realiza um movimento de análise que vai ao encontro da nossa proposta de trabalho. De um lado, por examinar o sujeito presidencial, isto é, o que neste trabalho observamos a partir da tomada da palavra pelo locutor-presidente, e os modos como ele se afirma e legitima seu dizer; de outro, por examinar o sujeito *outro* por ele construído ao dizer *povo*, ao dizer *brasileiros* e também ao dizer *nós*. A análise de Indursky sobre o processo que ela chama de interlocução discursiva contribuiu de modo decisivo para as nossas análises sobre as cenas enunciativas, em especial sobre a figura enunciativa dos destinatários implícitos aos quais o locutor dirige o seu dizer, tal como veremos adiante.

## **2.5. O dizer presidencial na Argentina: um estudo sobre o discurso alfonsinista**

Zoppi Fontana (1993), tomando o discurso político alfonsinista da década de 1980 como objeto de trabalho, analisa os textos produzidos pelo presidente Raúl Alfonsín durante o segundo (1985) e o terceiro anos (1986) de seu mandato que, segundo ela, inscrevem-se na

temática da modernização da Argentina. Seu intuito é observar de que modo o discurso político desenvolve seus gestos fundacionais, isto é, de que modo o discurso político se diz ou se mostra como fundador. Segundo a autora, predica-se da Argentina que esta é um enigma, uma incógnita, o que recobre, inclusive, sua dimensão temporal: o passado, a história do país, seu presente e seu futuro estão igualmente afetados por tais sentidos. A “solução” para este enigma configurou-se, ao longo dos anos, no discurso político argentino, pela repetição discursiva do momento de sua fundação.

A autora aponta que o discurso alfonsinista vai se construindo como o lugar do novo, “que fecharia definitivamente um passado trágico e que permitiria, então, prever um futuro promissor” (ZOPPI FONTANA, 1993, p.131). Nesse sentido, o discurso alfonsinista, ao configurar esse lugar do novo sustentado pela nomeação do momento atual como “novidade”, não só se apresenta como uma promessa de mudança, mas como o lugar de garantia dessa mudança. Nas palavras da autora:

A vertigem de fundações renovadas aprisiona o devir histórico numa sucessão acelerada, na qual o passado imediato some na fugacidade de um presente de emergência projetado num futuro iminente. Desta maneira, o futuro funciona como alvo magnético que puxa para si a seta imantada do tempo; o olhar fixa-se firme na frente, adiando, desta forma, a revisão/discussão do já feito: o atuado sucumbe ante a (iminência) de um futuro que se impõe com a força de uma ameaça (ZOPPI FONTANA, 1993, p.132-133).

Zoppi Fontana defende que o discurso político alfonsinista se apresenta fundacional ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, nega a história, estabelecendo, assim, o que ela chama de *gestão imaginária do tempo*. Em outras palavras, o discurso político delimita espaços de memória, isto é, constrói a imagem de um passado comum, bem como produz o apagamento dos espaços de memória dos adversários. Tal apagamento produz uma ilusão de ruptura com os processos de sentido, que se sedimentam como memória discursiva. Cria-se assim, com tais apagamentos estratégicos, uma *ilusão de homogeneidade e não contradição*, que opera em todos os níveis discursivos. Ao mesmo tempo, porém, o discurso político alfonsinista, afirma Zoppi Fontana, cria uma ilusão de continuidade, através

da recriação de filiações míticas imaginárias, na tentativa de recuperar um passado originário, construindo-se, deste modo, “a ficção de uma história imóvel, de um tempo que não passa ou que se repete indefinidamente: o político fica capturado nas malhas atemporais do mítico” (ZOPPI FONTANA, 1993, p.137).

No discurso político alfonsinista, há, desse modo, “uma compulsão a organizar discursivamente o acontecer histórico”, isto é, uma tentativa de recobrir, imaginariamente, o real pelo discurso, a fim de “fornecer uma representação ‘compreensível’ (ou seja, previsível)” (ZOPPI FONTANA, 1993, p.139) das razões, causas e consequências dos acontecimentos históricos e políticos. Deste modo, o discurso alfonsinista se constitui, segundo a autora, como discurso fundacional, como palavra fundante.

Ao dar visibilidade para a temporalidade e para os espaços de memória delimitados pelo dizer presidencial, Zoppi Fontana (1993), inscrevendo-se na filiação teórica da análise de discurso francesa, traz como aporte para o nosso trabalho reflexões sobre os gestos produzidos pelo discurso político. Em seu trabalho, conforme apresentamos acima, a autora analisa, especificamente, o *gesto fundacional* desenvolvido pelo discurso alfonsinista, gesto que se mostra como uma “sutura imaginária” das contradições próprias aos acontecimentos históricos, isto é, como uma tentativa de superar “uma falta de sentido insuportável” (ZOPPI FONTANA, 1993, p.141). Trata-se, deste modo, da busca por um sentido que explique a história e que preencha o futuro com projeções e destinos pré-determinados. De nossa parte, neste trabalho, analisaremos os *gestos de pertencimento e de não pertencimento* produzidos pelo dizer presidencial de Getúlio Vargas ao construir sentidos para os sujeitos brasileiros na relação com o Estado em seus diferentes momentos de governo. Em especial, para refletir sobre esses gestos na relação com os recortes do passado (memoráveis) presentes no dizer e sua filiação na memória interdiscursiva.

### 3. Entre a nomeação e a designação, a construção de sentidos para os sujeitos brasileiros

Propomo-nos, neste trabalho, a fazer uma análise da enunciação de Getúlio Vargas enquanto governante dirigindo-se à nação em diferentes momentos de sua estada no poder. Interessa-nos, por um lado, observar o modo pelo qual Vargas, ao tomar a palavra como presidente da República, se afirma como locutor e legitima seu dizer. Por outro lado, nosso intuito é também compreender como ele afirma e faz pertencer os sujeitos brasileiros, produzindo sentidos ao se dirigir a eles ou ao mencioná-los em sua enunciação.

Ao analisar, na enunciação de Getúlio Vargas enquanto locutor-presidente, o conjunto de palavras que, pelos procedimentos semânticos de nomeação e designação, vão construindo sentidos para os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, interessa-nos compreender como essas palavras significam os sujeitos na relação com a própria construção da república brasileira, entendendo que a república se constrói também pelo efeito material das palavras que a enunciam, em especial quando essas palavras são enunciadas pelos seus líderes políticos como gestos que buscam estabelecer normatividades estabilizando sentidos.

O modo como os nomes significam se inscreve no processo histórico de construção do referente, processo este determinado por relações sociais. Nesse sentido, é papel do linguista ler o acontecimento<sup>4</sup>, uma vez que é a linguagem “que nos permite significar o vivido, dotar de sentidos a espacialidade e a temporalidade, (...) conferindo-lhes possibilidades de múltiplas leituras” (ZANDWAIS, 2012, p.49). Assim, o próprio acontecimento enunciativo se discursiviza e projeta novas formas de significação para a relação entre os sujeitos e o Estado. Ainda segundo Zandwais, ler o acontecimento demanda

penetrar na história, mas tornar-se cético em relação aos sentidos que se cristalizaram na memória e retomar o que foi relegado à ordem do

---

<sup>4</sup> Para Zandwais (2012, p.49), o *acontecimento* pode ser entendido pela sua condição de “afetar a história e desestabilizar o que é estável” e regular, ressignificando assim a ordem do real pelas relações entre a história, a memória e o sentido. A autora recorre também a Guimarães (2002) e afirma que o acontecimento pode ser pensado enquanto diferença na sua própria ordem, isto é, pelas suas possíveis formas de temporalização e por suas contradições, pela sua condição de “desestabilizar as formas de inscrição do sujeito na história, e, em consequência, as posições que este assume diante do que se impõe e o afeta” (ZANDWAIS, 2012, p.50).

esquecimento, sobretudo quando a ordem do real acaba sendo discursivizada como produto histórico, sendo configurada como estável e despojada de intervenções do sujeito imerso em diferentes conflitos de ordem social. (ZANDWAIS, 2012, p.50).

Nessa mesma direção, Elias de Oliveira (2006), mobilizando a concepção da Análise de Discurso, afirma que é decisivo compreender o funcionamento da língua como equívoco, o sentido como afetado pela possibilidade de sempre tornar-se outro e, deste modo, tomar a polissemia como constitutiva da linguagem. Nesse sentido, o simbólico nunca se fecha e, portanto, o dizer é sempre reformulável, está sempre em movimento, exposto às determinações históricas, às relações de força presentes na sociedade. Sobre o equívoco, enquanto falha da língua na história, Orlandi afirma:

Se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. (ORLANDI, 2012, p.37).

Nas análises deste trabalho, tomaremos recortes de pronunciamentos e manifestos de Getúlio Vargas para descrevê-los e interpretá-los. Nesse ponto, assumimos, a partir de Pêcheux que toda descrição “está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua”, de modo que todo enunciado pode tornar-se outro, diferente de si, e deslocar-se “discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1983, p.53). Todo enunciado, sendo pois “linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis” (PÊCHEUX, 1983, p.53), oferece lugar a interpretação. Deste modo, para Pêcheux, a descrição “coloca em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura” de um enunciado ou sequência (PÊCHEUX, 1983, p.54-55). E é em

razão da existência dessa alteridade, desse outro, que “pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar” (PÊCHEUX, 1983, p.54). Entre a descrição e a interpretação, há, portanto, uma alternância, um batimento, e é exatamente nesse espaço que se torna possível produzir uma análise materialista do dizer.

A seleção dos recortes analisados neste trabalho se deu em virtude de percebermos neles uma regularidade: a nomeação e a designação de quem se apresenta como governante e daqueles que se apresentam como governados. A noção de recorte com a qual operamos, no domínio dos estudos enunciativos, é definida por Guimarães (2011), inspirado pela noção da Análise de Discurso, e está relacionada com o acontecimento do dizer:

(...) o *recorte* é um fragmento do acontecimento da enunciação. Não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência. (GUIMARÃES, 2011, p.44).

A definição de *recorte* acima reconfigura a noção discursiva que Guimarães mobiliza em *Texto e Argumentação* (GUIMARÃES, 1987), quando afirma que “o texto é a relação de um conjunto de recortes discursivos” (GUIMARÃES, 1987, p.13), trazendo em seguida a noção de *recorte* apresentada por Orlandi (1984, p.14, apud GUIMARÃES, 1987, p. 13): “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva.”. Como partiremos da relação primeira entre as formas linguísticas, tomamos a noção enunciativa de recorte proposta pelo autor. A análise dos recortes que integram um texto encaminha para a interpretação desse texto, permitindo-nos, portanto, observar o movimento dos sentidos que nele se produzem.

O intuito deste trabalho é analisar na enunciação de Getúlio Vargas, em seus diferentes períodos de governo, os modos de construção dos sentidos para os sujeitos brasileiros pelo funcionamento semântico da nomeação, no modo como vão sendo divididos em agentes sociais amigos e inimigos do governo, ou que vão sendo tomados como

coletividade. Para tanto, trabalharemos sobre a designação desses nomes, isto é, sua significação, “enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2002, p.9). Isto nos levará a compreender os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação presidencial de Vargas.

### **3.1. A Semântica do Acontecimento: nossa ancoragem teórico-metodológica**

Este trabalho está ancorado na Semântica do Acontecimento, tal como desenvolvida por Guimarães (2002). Inscrita em uma posição materialista sobre a linguagem, esta teoria não toma a linguagem como transparente, pois entende que as relações estabelecidas com o real, o que está para ser significado pela linguagem, são sempre históricas. Trata-se de uma semântica que “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p.7). O acontecimento, por sua vez, não tem existência prévia; ao contrário, é construído pela ordem da linguagem e do real, de tal modo que parte do acontecimento é o próprio embate dos sentidos. Em outras palavras, o acontecimento só o é porque significa. Assim, ele constitui sua própria temporalidade. Entende-se, a partir disso, que uma palavra, enquanto forma da língua, inscrita no funcionamento ideológico do interdiscurso, significa na relação entre a história de enunciações passadas e o presente do acontecimento, produzindo uma latência de futuro. O acontecimento produz a cada vez uma nova temporalidade:

um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, essa latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (GUIMARÃES, 2002, p.12).

É neste jogo entre presente, passado e futuro que se configura a designação de uma palavra no acontecimento enunciativo. Para Guimarães (2002), a *designação* é entendida como a significação de um nome, enquanto uma relação linguística tomada na história. Segundo o semanticista, “(...) a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los” (GUIMARÃES, 2002, p.10, grifo do autor). A operação de referência produz uma identificação do objeto de discurso no real das coisas e/ou das ideias, pela relação entre a palavra e as determinações que recebe no enunciado em que se inscreve, como parte de um texto. Entendemos, deste modo, que a identificação está associada à própria construção dos objetos de dizer. Os modos de nomear são, nesse sentido, elementos da própria designação deste nome e o determinam.

O conceito de designação coloca, portanto, a materialidade<sup>5</sup> da enunciação e do discurso no primeiro plano, o que para nós é fundamental tanto para a concepção quanto para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que não tomamos aqui o referente como algo pronto; ao contrário, entendemos que a construção do referente, do objeto de dizer, em nosso caso, dos sujeitos brasileiros, se dá pela própria designação. Isso não significa dizer que não há real fora da linguagem, mas sim que nossa apreensão do real se dá pelo simbólico, e, portanto, na dispersão contraditória dos jogos de forças do sentido.

Não se trata, portanto, da atribuição de um sentido fixo ou único às palavras, mas sim “da compreensão do modo como o presente do acontecimento trabalha sobre a latência da significação da palavra, repetindo e/ou deslocando sentidos, e de que modo” isso se dá ao longo do *corpus* que aqui analisamos (ELIAS DE OLIVEIRA, 2012, p.110). Ainda segundo a autora:

---

<sup>5</sup> Para nós, a linguagem verbal tem a sua materialidade. A língua se organiza pela *forma material*, que Orlandi (2007a) distingue da forma empírica e da forma abstrata. A forma abstrata é tomada enquanto elemento de um sistema; a forma empírica corresponde ao resultado do processo de significação. A forma material é tomada no processo de inscrição da língua na história, no equívoco que faz significar: ou seja, ela é uma forma linguística-histórica significativa. Por sua vez, se a materialidade da ideologia é o discurso e a do discurso é o texto, no qual se integram as formas materiais da língua, assumimos, com Orlandi (2007, p.14), que “qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade”. Neste trabalho, a materialidade textual - tomada como enunciativo-discursiva - que analisamos são os pronunciamentos e manifestos produzidos por Getúlio Vargas. E os nomes e determinações para os sujeitos brasileiros são tomados enquanto formas materiais, daí sua não-transparência e seu caráter político.

A partir da tomada da enunciação como histórica, o que se assume é que a predicação não se dá numa relação direta com o objeto "em si", mas sim mediada pela linguagem, pela interdiscursividade que a constitui. Nessa perspectiva, tomar uma forma e percorrer no texto o conjunto de predicções que ela recebe é compreender como ela vai sendo determinada naquele acontecimento enunciativo. (ELIAS DE OLIVEIRA, 2006, p.35).

Olhar para o modo de construção do referente pela mobilização de nomes e de sua determinação, partindo da designação, e não do encaixe sintático, nos leva ao conceito de *formação nominal* (FN), desenvolvido por Dias (2013, 2015a, 2015b, 2016), cuja perspectiva teórico-analítica é a mesma que assumimos neste trabalho, isto é, de uma semântica da enunciação, em diálogo com a Análise de Discurso. Dias aborda o conceito de FN como a contraparte enunciativa do sintagma nominal. Desse modo, “se o conceito de sintagma nominal se assenta num segmento da sentença que tem um nome como núcleo, passível de uma abordagem descritiva, o conceito de formação nominal se assenta nas razões enunciativas da conformação de um nome como designador” (DIAS, 2016, p.40) cujo estatuto é, de tal maneira, explicativo, em virtude da visão vertical que se tem das construções nominais. O semanticista acrescenta ainda que a forma de um nome, constituída pelas determinações que ele recebe à direita e à esquerda nas construções nominais, “nos permite conhecer parte da relação entre enunciado e enunciação” (DIAS, 2016, p.40).

É preciso, então, observar as operações de textualidade em torno da palavra, e as cenas enunciativas configuradas a partir destas operações. Uma *cena enunciativa* “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002, p.23). Desse modo, a cena enunciativa distribui os lugares de enunciação no acontecimento, configurando assim o agenciamento das figuras da enunciação. As figuras da enunciação são o Locutor (L), o locutor-x (l-x) e os enunciadore (Es). As cenas enunciativas se configuram diferentemente pelo próprio funcionamento linguístico-enunciativo dos recortes selecionados para as análises. Desse modo, entendemos que se configura uma cena enunciativa diferente a cada mudança das configurações de agenciamento das figuras enunciativas, e que, portanto, será analisada a partir dos enunciados.

A cena enunciativa se constitui pelo agenciamento do falante em Locutor (L) que, ao instaurar uma alocução com seu correlato necessário, o Alocutário (AL), assume a palavra. Deste modo, o Locutor (L) é aquele que é responsabilizado pelo dizer, aquele ao qual se atribui uma “assinatura” pelo dizer. Segundo Guimarães (2002, p.24), “para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar”, ou seja, é necessário estar predicado por um lugar social - e é somente a partir dele que o Locutor (L) pode dizer. A este lugar social do locutor Guimarães chama de *locutor-x*, “onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc)” (GUIMARÃES, 2002, p.24). Desse modo, para dizer, o Locutor (L) se divide entre L e l-x, o que configura um litígio interno à enunciação, que é próprio do agenciamento enunciativo. O Locutor (L) é, portanto, díspar a si, não havendo enunciação sem essa disparidade.

Os enunciadores são *lugares de dizer* que se apresentam como representações - independentes ou fora da história – “da inexistência dos lugares sociais de locutor” (GUIMARÃES, 2002, p.26), colocando, no dizer do Locutor, outras vozes. Guimarães (2002) apresenta quatro tipos de enunciadores:

- 1) o *enunciador-individual*, que retira seu dizer da circunstancialidade e se apresenta como independente da história, produzindo assim um efeito de origem;
- 2) o *enunciador-genérico*, em que há simulação da origem de um dizer que é dito por um todos diluído, independente da história, ou seja, um enunciador que se mostra como “um indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos” (GUIMARÃES, 2002, p.25), apresentando-se assim como o apagamento do lugar social;
- 3) o *enunciador-coletivo*, que traz, em perspectiva, um dizer que é compartilhado por um grupo, caracterizando-se assim como o lugar de dizer em que a voz do grupo é uma única voz;
- 4) o *enunciador-universal*, que se apresenta como quem diz algo verdadeiro diante dos fatos, ocupando um lugar de universalidade em que se fala sobre o mundo, um lugar do dizer que está acima da história.

Os locutores projetam no dizer alocutários, a quem sua enunciação se dirige, e vão se mostrando pelas marcas linguísticas e enunciativas presentes nos recortes dos pronunciamentos e manifestos selecionados para este trabalho. O que veremos é que para além daqueles a quem o dizer projeta explicitamente seu direcionamento - o que chamamos aqui de alocutários -, há outros destinatários implícitos que vão sendo identificados no batimento entre descrição e interpretação nas análises, a partir de indícios no dizer presidencial de Getúlio Vargas, tais como a forma linguística da terceira pessoa; o trabalho da adjetivação na qualificação ou desqualificação do outro; a incorporação, pela alusão, pelo questionamento ou pela negação, do dizer do outro a quem o locutor se dirige, etc.

Segundo assinala Verón (1986), o dizer político<sup>6</sup> constrói múltiplos destinatários, exatamente porque apresenta uma dimensão polêmica na qual se produz um inevitável enfrentamento entre os enunciadores, que, em nosso modo de dizer, chamamos de locutores, construindo assim, conseqüentemente, um adversário. Desse modo, o dizer político supõe pelo menos dois destinatários simultâneos, que representam posições opostas entre si em relação ao Locutor: um destinatário positivo, chamado pelo autor de “pró-destinatário” [*prodestinatario*], e um destinatário negativo, chamado de “contra-destinatário” [*contradestinatario*]. Segundo o autor,

El lazo com el primero [o destinatário positivo] reposa en lo que podemos llamar la *creencia presupuesta*. El destinatario positivo es esa posición que corresponde a un receptor que participa de las mismas ideas, que adhiere a los mismos valores y persigue los mismos objetivos que el enunciador: el destinatario positivo es antes que nada el partidario. (...) El destinatario negativo está, por supuesto, excluido del colectivo de identificación: esta exclusión es la definición misma del destinatario negativo. (...) El lazo com éste reposa, por parte del enunciador, en la hipótesis de una *inversión* de la creencia: lo que es verdadero para el enunciador es falso para el contradestinatario e inversamente; o bien: lo que es bueno para el enunciador es malo para el contradestinatario; o bien: lo que es sinceridad para el enunciador es

---

<sup>6</sup> A palavra *político* tem aqui o sentido de governança pública. Desse modo, o *dizer político* é aquele produzido por sujeitos que ocupam cargos no governo, chamados, no senso comum, de *políticos*. Em uma posição materialista sobre a linguagem, na qual nos inscrevemos, o político não está restrito às relações de governança pública; ele “diz respeito às práticas sociais em geral, nas quais a linguagem é fundamental” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2014, p.44-45) e, por isso, é característico de todo dizer. Pensar o político é, portanto, tomá-lo como base e fundamento das próprias relações sociais.

mala fe para el contradestinatario, etc. (VERÓN, 1986, p.4, grifos do autor).

Observaremos, deste modo, o jogo entre destinatários explícitos, os alocutários, e implícitos, positivos e negativos nas divisões entre os sujeitos identificados no dizer de Vargas como amigos e inimigos, partidários e opositores. Ainda segundo Verón (1986), a relação que se estabelece entre o locutor, que ele chama de enunciador, e o pró-destinatário toma, no dizer político, a forma característica de uma entidade que é chamada pelo autor de “coletivo de identificação” [*colectivo de identificación*]. Este ponto nos interessa para as análises deste trabalho, uma vez que tal coletivo se expressa no dizer pelo *nós* inclusivo, que se mostra presente em alguns dos pronunciamentos selecionados para o nosso *corpus*, conforme veremos adiante. De modo semelhante, o enunciador-coletivo, figura enunciativa da cena, tal como desenvolvida por Guimarães (2002), diz respeito a um lugar de dizer pelo qual o dizer do Locutor se apresenta como compartilhado por um grupo cujas vozes são consoantes.

García Negroni (2016) defende a necessidade de tornar mais complexa a caracterização do posicionamento enunciativo daqueles cuja crença é inversa a do enunciador (para nós, locutor), isto é, os contra-destinatários, a fim de tentar dar conta dos diferentes modos pelos quais eles são construídos no dizer político. Trazemos aqui a divisão proposta pela autora:

- 1) *contra-destinatários encobertos*, que aparecem sob a forma da terceira pessoa do singular ou do plural. Segundo Montero (2009), a forma linguística mais frequente deste tipo de contra-destinatário é “‘aqueles que’, ‘os que’, ‘esse/essa/esses/essas que’, ‘eles’, ‘os de sempre’” (MONTERO, 2009, p.334, minha tradução).
- 2) *contra-destinatários indiretos* que, não apontando claramente a um referente e não havendo marcas de terceira pessoa, tal como se dá no contra-destinatário encoberto, são evocados mediante marcas polifônicas. Segundo García Negroni (2016), tais marcas são veiculadas “pela negação metadiscursiva (...) ou por certos mecanismos de incorporação crítica do discurso do outro” (GARCÍA NEGRONI, 2016, p.42, minha tradução).

A estes dois tipos de contra-destinatários, García Negroni (2016) afirma que se destinam “atos de advertência/ameaça ou de desqualificação, questionamento ou refutação ocultos em complexos ilocucionários” (GARCÍA NEGRONI, 2016, p. 41, minha tradução). Segundo Montero (2009), estes contra-destinatários costumam aparecer acompanhados de marcas linguísticas, lexicais ou argumentativas, que os desautorizam ou desqualificam e que, para ela, são indícios do caráter polêmico desses enunciados.

Montero (2009) acrescenta, trazendo Goffman (1981) e García Negroni & Zoppi Fontana (1992), que as noções de contra-destinatário produzem uma tentativa de apagar o destinatário do próprio discurso político, uma que vez, ao não serem explicitamente nomeados pelo locutor nem por ele interpelados, adquirem o status de *terceiros discursivos*. Desse modo, ficam excluídos do *coletivo de identificação*, tal como proposto por Verón (1986), e, portanto, estão fora do circuito comunicativo, ou, em nossos termos, da alocação, e assim ficam sem possibilidade de resposta. Nas palavras da autora:

Las nociones de *contradestinatario encubierto e indirecto* permiten en efecto dar cuenta de estrategias de borramiento del destinatario en el discurso político. Ni explícita ni oficialmente designados por el locutor (Goffman, 1981), estos dos tipos de destinatario quedan, en virtud de su estatus de “terceros discursivos”, excluidos del colectivo de identificación del locutor y por ello carecen de toda posibilidad de respuesta. En efecto, bajo estas dos modalidades, los destinatarios negativos “no entran en el circuito comunicativo, no se les da voz, ni derecho a réplica pues, en la superficie del enunciado, no se les está hablando: nunca hay interpelación en segunda persona ni inclusión en el colectivo de identificación” (García Negroni y Zoppi Fontana, 1992, p.36, apud MONTERO, 2009, p.333).

Verón (1986), a nosso ver, ao tratar da multidestinação do dizer político, dá visibilidade para a divisão entre os destinatários, isto é, entre os cúmplices e os antagonistas que o Locutor estabelece em seu dizer, o que produz uma disputa de sentidos na construção dos objetos de dizer em jogo. Em García Negroni (2016) e Montero (2009), por sua vez, observamos, no movimento de categorizar os contra-destinatários, uma tentativa de estabilizar por formas da língua os modos de ocorrência dessa divisão política. Acreditamos que esta

tentativa de estabilização não seja totalmente possível, uma vez que, a partir da posição que aqui assumimos, a língua funciona no equívoco e, deste modo, algumas formas linguísticas apontadas pelas autoras, tais como “aqueles que” e “os que” poderiam servir também, por exemplo, a pró-destinatários. Trataremos dessas formas linguísticas como possíveis tendências nas direções apontadas pelas autoras.

O modo como se configura na enunciação o lugar de dizer projeta, portanto, sentidos sobre a relação locutor-alocutário. Assim, observaremos, ao longo da dissertação, o modo como o locutor-presidente se significa, e como significa aqueles a quem fala e aqueles de quem fala. Ao estabelecermos uma relação das figuras da enunciação com as formas linguísticas, buscamos compreender como o funcionamento semântico da nomeação e a designação desses nomes vão construindo os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado. Nesta busca, a análise inclui a investigação do modo como a enunciação representa seus lugares de dizer e os efeitos de sentido produzidos neste movimento.

Pelos movimentos textuais de *reescritura(ção)* (retomada) e *articulação* (contiguidades locais sem necessária retomada), as formas linguísticas são predicadas e determinadas nos textos em que se inscrevem. A reescrituração, para Guimarães (2007, p.84), “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. Reescrever é, desse modo, operar na tensão dos sentidos que significam o acontecimento enunciativo. Trata-se, no limite, de um confronto; confronto este que é também enunciativo. São as reescriturações de enunciados por outros, na materialidade enunciativo-discursiva, “que movimentam a construção das designações” (GUIMARÃES, 2002, p.70); designação esta que é, portanto, instável.

A articulação, por sua vez, para Guimarães (2007), são relações de contiguidade local que, não redizendo, afetam os elementos linguísticos no interior dos enunciados ou na relação entre eles. Segundo o semantista, tais relações locais são significadas pela própria enunciação. Em outras palavras, a articulação é, portanto, “o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos significam sua contiguidade.” (GUIMARÃES, 2011, p.45).

Tais procedimentos textuais de *reescritura* e *articulação* funcionam segundo o princípio de deriva dos sentidos que constitui a unidade de um texto. Segundo Guimarães (2002, p.28), “não há texto sem o processo de deriva de sentidos, sem reescrituração”. Essa

deriva ocorre exatamente nos pontos em que se estabelecem identificações de semelhanças e de correspondências. Nesse sentido, as predicções de uma forma linguística, realizadas sob uma aparência de neutralidade, mostram-se como pontos de deriva, de movimento dos sentidos. Esses dois movimentos sobre as palavras que se colocam como objetos de dizer de um texto permitem compreendê-lo como *unidade complexa de significação*, integrada por enunciados. Segundo Guimarães (2011), o efeito de unidade próprio da textualização é tomado na relação com a deriva de sentidos a partir da qual se constitui. Não se trata, assim, ao buscar compreender a designação de uma palavra, de uma busca pela decodificação da palavra ou do texto; ao contrário, consideramos “o funcionamento da linguagem pensando nas condições em que os acontecimentos enunciativos se produzem” (GUIMARÃES, 2011, p.45).

Interessa-nos particularmente para este trabalho o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD), procedimento que nos será fundamental para as análises do *corpus*, uma vez que representa os sentidos das palavras em virtude da relação de uma palavra com a outra, no texto em que se insere. É, portanto, um gesto de interpretação específico do analista, uma forma de construir a descrição da própria designação. Em outras palavras, o DSD é o resultado interpretativo dessa descrição. Importa para nós a concepção de Guimarães (2007) de que é o processo enunciativo que constrói as determinações das expressões linguísticas. Tais determinações são instáveis, embora funcionem sob o efeito da estabilidade. Assim, as palavras significam pelas relações de determinação semântica entre os elementos de linguagem - relações estas que são constituídas pelo acontecimento enunciativo. As relações entre as palavras são escritas no DSD por meio de sinais específicos, determinados por Guimarães (2007, p.81): “ $\vdash$  ou  $\dashv$  ou  $\top$  ou  $\perp$  (que significam determina);  $\text{—}$  que significa sinonímia; e um traço como \_\_\_\_\_, dividindo um domínio, significa antonímia”.

Operamos também e fundamentalmente com o conceito de *político*, tal como definido por Rancière (1995, 1996, 2009) no campo dos estudos filosóficos, e do qual, posteriormente, partiu Guimarães (2002) para desenvolver a concepção do *movimento do político na enunciação*. É, portanto, a partir do *político*, concebido em uma posição materialista, por Rancière e Guimarães, como também pela Análise de Discurso, que pensaremos as cenas enunciativas e os domínios semânticos de determinação (DSDs).

No campo dos estudos filosóficos, Rancière (1995) nos apresenta, primeiramente, o conceito de *partilha do sensível*, apontando que *partilha* significa tanto “a participação em

um conjunto comum”, quanto, ao mesmo tempo e inversamente, “a separação, a distribuição em quinhões, (...) a divisão de partes exclusivas” (RANCIÈRE, 1995, p.7). Desse modo, tal partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte nesse conjunto comum. Segundo o filósofo,

Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2009, p.15)

O político apresenta-se assim dividido por uma contradição constitutiva, em que a normatividade partilha o real de maneira desigual, o que leva, inevitavelmente, a um confronto entre os que estão incluídos e aqueles que estão excluídos. Deste modo, o político, fundado no conflito, é esse embate entre a partilha desigual do real e a redivisão pela qual os sem parcela, os desiguais, reivindicam seu pertencimento. Nas palavras do filósofo Rancière (1996):

Há política quando existe uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres. Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. Melhor dizendo, é a política - ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos - que faz os pobres existirem enquanto entidade. (...) A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. Essa instituição (...) define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida, baseada num dano. (RANCIÈRE, 1996, p.26-27).

O político existe, portanto, quando a ordem normativa, que partilha o real desigualmente, é rompida pela parcela dos sem parcela. Rancière (1996) aponta que tal

ruptura reconfigura o espaço onde tais parcelas e as ausências de parcelas se definiam. Desse modo, a ressignificação do real permite, de algum modo, a sua repartilha.

A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho. (RANCIÈRE, 1996, p.42).

Guimarães (2002), a partir da teorização de Rancière e inscrevendo-se em uma posição materialista, afirma que enunciar é uma prática política, e que o político é “o fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem” (GUIMARÃES, 2002, p.16). Nesse sentido, a enunciação, tomada aqui como um acontecimento, enquanto diferença na sua própria ordem, uma vez que instala sua própria temporalidade, é constituída pela própria disputa dos sentidos, o que aponta para o seu caráter político, isto é, não-natural, conflitual, dividido. O acontecimento é, deste modo, político porque os falantes são agenciados a dizer de diferentes lugares, o que modifica as relações de sentido e as nomeações, levando, inevitavelmente, a confrontos. A designação, tal como a tomamos aqui, como a significação de um nome enquanto uma relação linguística tomada na história, apresenta igualmente caráter político, porquanto produz uma partilha do real que identifica os seres, os objetos, o mundo e os significa.

A tomada da palavra se dá, portanto, a partir de um litígio permanente, por uma disputa incessante de lugares e de sentidos. Tal embate produz efeito sobre o real, isto é, sobre o sensível, sobre aquilo que faz sentido, sobre aquilo que pede para ser significado e nomeado, assim reconfigurando-o. A definição de político, para Guimarães (2002), é, desse modo, relativa à enunciação:

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. (...) deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala.

O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2002, p.16).

Elias de Oliveira (2014), por sua vez, em um artigo sobre o funcionamento do político na linguagem, articula dois conceitos de *político* de teorias materialistas sobre a linguagem: a Análise de Discurso e a Semântica do Acontecimento. Para a autora, a articulação de tais conceitos permite um refinamento das análises e amplia a capacidade heurística de ambos.

Na Análise de Discurso, o político “diz respeito às *divisões interdiscursivas*, isto é, àquelas que concernem às relações entre o dizer e sua constituição ideológica, pela inscrição na memória interdiscursiva” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2014, p.41). Esta relação com a exterioridade (interdiscursiva), a autora aponta, é o que fundamenta o conceito de político: “o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição.” (ORLANDI, 1996, p.21-22, apud ELIAS DE OLIVEIRA, 2014, p.47). O que há, portanto, é uma divisão do sentido em posições-sujeito.

Já para a Semântica do Acontecimento, Elias de Oliveira aponta que o político “diz respeito às *divisões enunciativas* na configuração do dizer, isto é, àquelas concernentes às representações dos sujeitos e aos gestos de afirmação de pertencimento desses sujeitos em relação a um objeto de dizer” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2014, p.41-42). Assim, nomear o outro como irmão, por exemplo, produz um efeito enunciativo de aproximação pela cumplicidade de um vínculo, que pode significar um discurso de proximidade pela ideologia, ancestralidade, familiaridade, nacionalismo, partidarismo, religião, etc. Enunciativamente, este gesto político pode significar a divisão em relação a outros não incluídos no dizer no cômputo dos irmãos, ou a pressão por um vínculo, etc. São diferentes modos de partilha do sensível.

Os ruídos da atividade política apontados por Rancière (1996) são observados na enunciação de Getúlio Vargas, que produz um efeito de organização da relação entre os sujeitos brasileiros por meio da hierarquia entre governante e governados, e das divisões entre os governados, construindo modos de pertencimento a um país/Estado/governo. Segundo Guimarães (2002), há um esforço do poder, dos governantes, em apagar as contradições, em

negar as versões concorrentes de um acontecimento, a fim de homogeneizar o político. Tal perspectiva interessa a nós neste trabalho na medida em que procuramos analisar as contradições operando nas nomeações e nas designações que vão construindo os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado e, deste modo, produzindo efeitos de homogeneidade e, ao mesmo tempo, dividindo, de modo desigual e, no limite, excludente, os sujeitos construídos pelo acontecimento enunciativo. Ao mesmo tempo em que se produz tal exclusão, o dizer da normatividade também realiza gestos de pertencimento, de inclusão dos sujeitos à coletividade, uma vez que é preciso nomear os governados para que eles existam, para que seja possível governar.

Interessa-nos, portanto, observar de que modo o dizer de Getúlio Vargas, enquanto falante agenciado em locutor-presidente, produz sentidos específicos para o seu próprio lugar e para o lugar do outro. Em outras palavras, nosso intuito é compreender como, nas afirmações de pertencimento/não pertencimento, os procedimentos semânticos de nomeação e designação, a partir de diferentes nomes e adjetivos, vão configurando e reconfigurando a construção dos referentes e, assim, de um modo tal, vão produzindo e reproduzindo uma partilha do sensível.

Para nós, é no próprio acontecimento enunciativo de tomada da palavra do locutor-presidente que se constrói o objeto do dizer como referente, no nosso caso, os sujeitos brasileiros; por conseguinte, é também pelo dizer que se produz o litígio, isto é, a partilha política do sensível - que não cessa de reclamar significação.

### **3.2. O *corpus* de análise**

Para esta dissertação, a composição do *corpus* em manifestos e pronunciamentos do presidente Getúlio Vargas e o levantamento bibliográfico de obras históricas e teóricas para nos orientar na realização deste trabalho se deram a partir de buscas em acervos online (como a Biblioteca da Presidência da República e a Biblioteca Brasileira da USP), bibliotecas físicas (como as do IEL, IFCH e IE da UNICAMP) e coleções especiais (como a de Sérgio Buarque de Holanda na UNICAMP).

Para o *corpus*<sup>7</sup> de análise, repertoriamos seis textos que se dividem em três momentos do governo de Vargas e que trazem, de maneira pertinente, a questão que queremos aqui analisar.

### 1) 1930 a 1934: Governo Provisório

- Pronunciamento de Getúlio Vargas, por ocasião de sua posse como chefe do Governo Provisório da República, em 03 de novembro de 1930.
- Manifesto dirigido à Nação, publicado em 12 de julho de 1932.

### 2) 1937 a 1945: Estado Novo

- Proclamação ao povo brasileiro, lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país em 10 de novembro de 1937.
- Pronunciamento em comemoração ao cinquentenário da proclamação da República, em 15 de novembro de 1939.

### 3) 1951 a 1954: Reeleição de Vargas

- Pronunciamento de posse perante o Congresso Nacional, em 31 de janeiro de 1951.
- Pronunciamento do presidente Getúlio Vargas ao ensejo da passagem do ano, em 31 de dezembro de 1953.

---

<sup>7</sup> Principais fontes para a composição do *corpus* de análise:

1) BIBLIOTECA da Presidência da República: banco de dados. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>>. Acesso em 13 mai. 2014.

2) BONFIM, J.B.B. **Palavra de presidente**: discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: Lge Editora, 2004.

3) D'ARAUJO, M.C. (Org.). **Getúlio Vargas**: série perfis parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, n.62, 2011. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio\\_vargas.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas.pdf)>. Acesso em 13 ago. 2013.

O critério para a seleção desses textos baseou-se no fato de três deles serem inaugurais, exatamente por marcarem o início de cada um dos períodos de governo de Getúlio Vargas como chefe de Estado. São eles o pronunciamento pelo qual Vargas toma posse como chefe do Governo Provisório em 1930; a proclamação de 1937, em que anuncia a instauração de um novo regime; e o pronunciamento de posse como presidente eleito em 1951. Os demais foram escolhidos em razão de evocarem para o país seus conflitos e suas vitórias, como o manifesto de 1932 sobre o movimento dissidente paulista, que ficou conhecido como “Revolução Constitucionalista de 1932”; o pronunciamento em comemoração ao cinquentenário da República em 1939; e o pronunciamento realizado ao ensejo da passagem do ano, em 1953. Acreditamos que tais textos, por marcarem momentos importantes para o país, representam pronunciamentos fundamentais durante a Era Vargas e, por conseguinte, são decisivos para as nossas análises enunciativas.

#### 4. Os fios do dizer de Getúlio Vargas: análise dos modos de construção dos sujeitos brasileiros

Um primeiro olhar direcionado aos textos selecionados para o *corpus* desta dissertação nos mostra que as palavras marcadamente republicanas, como *cidadãos*, *concidadãos* e *República* não passam de modo significativo pelos pronunciamentos presidenciais de Vargas. Ao contrário, há apenas duas ocorrências de *meus concidadãos* como vocativo nos textos selecionados para os dois primeiros momentos da Era Vargas, enquanto que no terceiro momento, em que Getúlio Vargas é reeleito, há uma ausência total dessas palavras republicanas nos textos selecionados para o *corpus* e *meus concidadãos* é substituído por *meus compatriotas* - o que indica que as palavras da República Brasileira são outras, uma vez que *Nação*, *brasileiros* e *povo brasileiro* são majoritárias.

Destacamos de antemão que, em todos os pronunciamentos e manifestos selecionados para as análises, configura-se uma cena enunciativa na qual o Locutor sempre assina o texto como Getúlio Vargas, mas toma a palavra a partir de diferentes lugares sociais, ora como chefe do governo provisório, ora como chefe de Estado e ora como presidente eleito. Por meio das análises que virão em seguida, vejamos como o dizer do locutor-presidente vai construindo os sujeitos brasileiros e produzindo sentidos para a sua relação com o Estado em cada um dos períodos de governo de Getúlio Vargas.

#### **4.1. Pronunciamento de posse como chefe do Governo Provisório da República: 03 de novembro de 1930**

Apresentaremos, primeiramente, o modo como circulavam, na fase de deposição do Governo de Washington Luís e ascensão de Getúlio Vargas, os sentidos de *povo brasileiro*, formação nominal que designa, prioritariamente, no pronunciamento de 1930, os sujeitos na sua relação com o novo governo que se instaurava após o golpe de Estado dado pelo chamado “movimento revolucionário” liderado por Getúlio Vargas.

Neste momento da história da República, havia uma disputa pelo poder entre as principais oligarquias do Sudeste, ao mesmo tempo em que o Rio Grande do Sul começava a se destacar no cenário nacional, entre outras razões, devido às articulações políticas com o marechal Hermes da Fonseca, que governou o país de 1910 a 1914. O presidente Washington Luís também se aproximou do Rio Grande ao criar programas financeiros que iam ao encontro dos princípios do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), e ao nomear Getúlio Vargas para o Ministério da Fazenda. Segundo o historiador Boris Fausto, a aliança do café-com-leite formada por São Paulo e Minas “continuava a imperar, mas tinha de levar em conta o estado sulino, fosse como adversário, fosse integrando-o na política oligárquica, sobretudo pela indicação de nomes gaúchos aos ministérios” (FAUSTO, 2006, p.29-30).

Washington Luís, ao indicar um paulista - Júlio Prestes - para substituí-lo, rompeu com o revezamento presidencial da política do café-com-leite. Em resposta a esse gesto, uma candidatura de oposição foi articulada pelo então presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que lançou um nome gaúcho: Getúlio Vargas. Formou-se assim, contra o governo federal, a Aliança Liberal: um grupo que reuniu grande parte das elites políticas de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, e que recebeu, segundo Fausto (2006), reforço do aparelho militar. Apesar do êxito dos comícios da Aliança Liberal nas grandes cidades, o candidato do governo, Júlio Prestes, foi eleito presidente da República numa eleição que historiadores apontam como fraudulenta de ambos os lados. Iniciou-se, a partir deste evento, uma articulação que ganhou maior força com o assassinato de João Pessoa (candidato da Aliança Liberal à vice-presidência). Segundo Fausto (2006), esse movimento, a “revolução”:

(...) estourou em Porto Alegre e Belo Horizonte em 3 de outubro, e um pouco depois no Nordeste (...). Mas o impulso básico veio do Sul. A palavra de ordem lançada pelos políticos gaúchos – ‘O Rio Grande de pé, pelo Brasil!’- era mais que uma figura de retórica. Muitas lideranças gaúchas (...) acreditavam-se superiores às do restante do país, aptas a cumprir a missão de reformar os costumes políticos e implantar no governo federal os mesmos padrões da administração rio-grandense. No plano militar, afora os combates em Belo Horizonte, que duraram cinco dias, a definição do confronto parecia concentrar-se no choque entre as forças arregimentadas em São Paulo e os contingentes gaúchos, que, após controlar o Rio Grande, deslocavam-se, sem encontrar resistência, por Santa Catarina e pelo Paraná, em direção ao Rio de Janeiro. Era um exército composto de tropas regulares e de voluntários que tinham atendido, aos milhares, ao apelo do alistamento. (...) A deposição de Washington Luís pela cúpula militar, em 24 de outubro, abriu caminho para a chegada de Getúlio à capital da República, precedido pela tropa, de chapéu gaúcho na cabeça e uniforme militar. (FAUSTO, 2006, p.40-41).

O “movimento revolucionário” de 1930, que se afirmava como falando em nome do povo, tinha uma divisa contraditória, que permitia colocar em questão a relação entre o movimento e o povo: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. Segundo Lima, ela indicava o caráter reformista desta “revolução” que, de fato, propunha-se a “agir antes das massas populares, e em seu lugar.” (LIMA, 1990, p.36). Mas os líderes gaúchos do movimento de 1930 propunham “regenerar o Brasil”, o que sustentavam argumentando que o Rio Grande do Sul realizava uma “gestão mais limpa da coisa pública” (FAUSTO, 2006, p. 13). Vargas, por sua vez, segundo Lima (1990), apresentou-se como “o novo homem” que seria capaz de construir um “novo Brasil” e um “novo povo”, transformando, deste modo, os operários em “novos trabalhadores”. Segundo Neto (2012), Vargas estava disposto a fazer um governo “com forte ingerência do Estado sobre a economia e a tutela vigilante sobre a vida privada dos indivíduos”. A representatividade parlamentar e o liberalismo econômico

estavam em xeque desde que a crise da bolsa de Wall Street empurrara os Estados Unidos para o abismo da Grande Depressão. O desemprego em massa, o fechamento de bancos, as falências e os suicídios em série abalavam naquele instante a crença na democracia

liberal e no Estado mínimo em todo o Ocidente. Em seu lugar, surgiram as propostas “regeneradoras” de regimes centralizadores (...) (NETO, 2012, p.23).

O “movimento revolucionário” de 1930, conduzido por Getúlio Vargas com o apoio de uma junta de militares e de grande parte da elite política de alguns estados, ao reconfigurar as formas de governabilidade, centralizando o poder político e administrativo no Estado, e ao se apresentar como o lugar do “novo”, como a possibilidade de “regeneração”, afetou os modos de significar a relação entre governante e governados.

Traremos aqui dois recortes do pronunciamento de Getúlio Vargas ao tomar posse do cargo de chefe do governo provisório da República em 3 de novembro de 1930. Ambos apresentam o movimento dos sentidos de *povo brasileiro* e afetam o modo de significar a relação dos sujeitos com o Estado. Vejamos, primeiramente, o recorte (1):

(1) O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da **nossa existência, como nacionalidade**. Em toda nossa historia política, não ha, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do **povo brasileiro**, afinal **senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas**. No fundo e na forma, a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os **elementos civis** venceram as **classes armadas**, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. **Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo**, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de **uma Pátria nova**, igualmente acolhedora para **grandes e pequenos**, aberta à colaboração de todos os seus **filhos**. (...) Por toda parte, como mais tarde na capital da República, **a alma popular** confraternizava com os **representantes das classes armadas**, em uma admirável unidade de sentimentos e aspirações. **Realizamos**, pois, um movimento eminentemente nacional. (...) Quando, nesta cidade, as **forças armadas** e o **povo** depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava virtualmente triunfante em todo o país. **A nação, em armas**, acorria de todos os pontos do território nacional. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do norte, do centro e do sul bateriam às portas da capital da República. (...) a Revolução foi a

marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado. (VARGAS, 1930, grifos nossos).

No recorte (1) acima, configura-se uma cena enunciativa na qual o Locutor toma a palavra como locutor-chefe do governo provisório (l-x), lugar social a partir do qual é possível a ele dizer como mandatário do governo. A partir da posição teórica com a qual trabalhamos, entendemos que, por mais que o Locutor construa a diretividade do texto, a sequência do texto não significa em uma única direção, uma vez que há outros lugares, outras perspectivas, outras vozes que dividem o dizer, pelo trabalho da ideologia no funcionamento da linguagem. A cisão fundamental do sujeito é, no entanto, apagada por um processo de homogeneização, como se o dizer se constituísse apenas pela orientação argumentativa estabelecida pelo Locutor (L), já que ele é a figura da cena enunciativa que assume a responsabilidade do dizer e que se apresenta como a origem daquilo que diz.

O *movimento revolucionário* de 1930 significa como a própria *expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro*, formação nominal que o reescreve e, deste modo, o determina. *Revolução* também funciona como uma reescritura por substituição de *movimento revolucionário*, determinando-o como *a marcha incoercível e complexa da nacionalidade* e como *a torrente impetuosa da vontade popular*, de tal modo que *o movimento revolucionário* significa, por um efeito de evidência, como a expressão da vontade e da força popular dirigida a objetivos comuns e partilhados por todos, sem quaisquer divergências, quais sejam, a derrubada do regime e a instauração de um governo que toma posse a partir de um *movimento regenerador*, para constituir uma *Pátria nova*. Esta “vontade comum” necessita ser afirmada no dizer: ou seja, é preciso afirmar a participação do “povo” junto às forças armadas.

Há, nesta argumentação, um direcionamento para significar o movimento de 1930 como “a revolução” por excelência da República, diferenciando-a em relação à própria proclamação da república; a revolução de 1930 seria: “(...) a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência, como nacionalidade. Em toda nossa historia política, não ha, sob esse aspecto, acontecimento semelhante”. Essa insistência em afirmar a participação do povo (*brasileiro*), dos *elementos civis*, de *todas as categorias sociais (de alto a baixo, sem*

*diferença de idade e de sexo*), dos *grandes e pequenos*, da *alma popular*, da *nação* no *movimento revolucionário* de 1930 questiona a proclamação da república, movimento liderado pelas forças armadas, como fruto da “vontade do povo brasileiro” e, deste modo, busca diferenciar a relação entre as forças armadas e a participação popular no movimento de 1930.

No recorte (1), a mobilização do enunciador-individual é marcada pelo léxico de avaliação e de julgamento, que produz um efeito de enaltecimento e de exaltação do movimento de 1930. Nesse sentido, a narrativa dos acontecimentos explicita uma posição do Locutor sobre eles, o que podemos ver em:

- (...) O movimento revolucionário, iniciado *vitoriosamente* (...) e *triunfante* (...)
- (...) a afirmação *mais positiva* (...)
- Ele é, *efetivamente*, a expressão (...)
- (...) *admirável* unidade de sentimentos (...)
- (...) movimento *eminente* nacional (...)
- (...) movimento *regenerador* já estava *virtualmente triunfante* em todo o país.

Ao mesmo tempo, o Locutor mobiliza um enunciador-coletivo, que se sobrepõe ao enunciador-individual, uma vez que o julgamento produzido pelo dizer indica que esta posição se coloca como coletiva, como fruto da “vontade do povo”, da “nacionalidade”, da “alma popular”. E se marca no dizer pela primeira pessoa do plural que sinaliza a inclusão do povo e das forças armadas como agentes da “revolução”, tal como em: *tivemos*, *nossa* existência como nacionalidade, *nossa* história política, *realizamos*. Sobre o *nós inclusivo*, relembremos Verón (1986), para quem esta é a forma pela qual se expressa no dizer a entidade do “coletivo de identificação”, estabelecida pela relação entre o locutor e o pró-destinatário por ele projetado no dizer. Desse modo, o dizer do Locutor se apresenta como compartilhado por um grupo, formado por ele e pelo *povo brasileiro*, seu destinatário positivo.

Esta cisão do locutor em diferentes enunciadores nos mostra que, ainda que a assinatura do dizer seja individual, há um movimento que ancora este dizer e que o representa como para além do indivíduo, sustentando assim o seu lugar único de locutor-chefe do governo. São essas vozes que dividem o dizer em projeções sobre o Locutor e seus destinatários que, juntas, sustentam o próprio lugar enunciativo do locutor, produzindo efeitos na construção do dizer.

Os sentidos de *movimento revolucionário* colocam, portanto, sentidos para *povo brasileiro* na sua relação com o governo, comandado por Getúlio Vargas, que se instaurava naquele momento: *povo brasileiro* significa, pois, como defensor e aliado do movimento revolucionário. Desse modo, *povo*, que aqui designa a sociedade civil, mas dividida em diferentes categorias sociais, bem como por idade e sexo, significa como parte do processo que leva Vargas ao poder. Há, nesse movimento, um gesto de produção de um efeito de pertencimento, de inclusão, que legitima o próprio governo, o que se mostra, na materialidade enunciativa, pelas marcas da primeira pessoa do plural, que produzem um efeito de inclusão de *povo brasileiro* ao *movimento revolucionário*.

As marcas linguístico-enunciativas da primeira pessoa do plural nos indicam que o dizer constrói o povo brasileiro como um destinatário positivo, isto é, um pró-destinatário, tal como classifica Verón (1986), com o qual se relacionam os enunciadores desta cena enunciativa, isto é, o individual e o coletivo, e mobiliza este pró-destinatário como argumento para a legitimidade do movimento. Desse modo, estabelece-se entre tais enunciadores e o destinatário positivo um laço, pelo qual o destinatário, isto é, neste caso, o povo brasileiro em sua totalidade, em união aos militares, significa como aquele que adere aos mesmos valores e busca os mesmos objetivos que os enunciadores, produzindo uma identificação entre o chefe do governo provisório e seus governados. Mais ainda, as marcas linguístico-enunciativas da primeira pessoa do plural, no recorte (1), como em “tivemos”, “nossa existência”, “nossa história política”, “realizamos”, por exemplo, produzem como efeito de sentido um alinhamento também entre o governo (provisório) de Getúlio Vargas e o povo, designando a ambos como agentes da revolução, o que produz, no limite, um efeito de homogeneização e objetivização da própria *vontade do povo brasileiro*. Vontade esta que traz como sentido o reconhecimento do movimento revolucionário como legítimo e o apoio do povo ao novo governo que se instaurava naquele momento da história do Brasil.

A formação nominal *movimento revolucionário* é também reescrita, ou seja, está em uma relação de determinação e sinonímia com as expressões *movimento eminentemente nacional* e *movimento regenerador*. Neste ponto, relembro a afirmação de Fausto (2006) sobre o imaginário do Rio Grande do Sul e, portanto, do “movimento revolucionário”, como capaz de realizar uma gestão limpa e regeneradora do/no governo brasileiro. Capaz, portanto, de construir uma *Pátria nova*, de levar o país para um *novo rumo*. Produz-se, assim, como implícito, a existência da necessidade de mudança no modo de condução da República brasileira segundo os anseios, os posicionamentos políticos e a alegada “vontade popular”, ou seja, do *povo brasileiro*. Deste modo, além de o povo brasileiro funcionar como destinatário, funciona também como argumento na construção desta narrativa dos fatos dos quais o povo é posto como agente, uma narrativa que se pretende da história do país, e mais especificamente da tomada do poder por um movimento dito “revolucionário”. Constrói-se assim um sentido de participação popular e de homogeneidade nacional nos anseios revolucionários.

*Movimento revolucionário* rememora um dizer sobre o processo de tomada de poder de maneira específica e positiva – como movimento “da nacionalidade” e transformador da sociedade. Recebe também por predicação a expressão: *a afirmação mais positiva da nossa existência como nacionalidade*. A formação nominal *nossa existência como nacionalidade* rememora, por sua vez, um dizer sobre a nacionalidade, significando-a como um adquirido – temos existência enquanto nacionalidade. Entendemos que tal formação nominal - *nossa existência como nacionalidade* - é dita por uma voz coletiva, na qual se localizam o Locutor e seu pró-destinatário, o *povo brasileiro*, simulando um dizer por eles compartilhado. O predicado *afirmação mais positiva* determina esta nacionalidade de um modo tal que mostra que ela precisa ser nomeada e afirmada. A revolução de 1930 é, deste modo, um gesto fundamental (o mais positivo) na direção desta afirmação e, portanto, na direção da consolidação da República, já que esta aparece por implícito ligada à nacionalidade.

Ao ser determinado pela palavra *nacionalidade*, *movimento revolucionário* determina, conseqüentemente, os sentidos de *povo brasileiro*. Por meio do movimento textual de reescrituração, *povo brasileiro* é determinado também por *senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas*, o que o significa como o responsável e, de algum modo, como o líder nos rumos políticos do país, em particular na tomada do poder pelo

*movimento revolucionário*. Por outro lado, as determinações de *povo brasileiro* não o significam como um grupo homogêneo, uma vez que ele é reescrito, por expansão, pela expressão *todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo*, ou seja, estão incluídas na coletividade do povo brasileiro diversas classes sociais, faixas etárias, bem como homens e mulheres.

Este contraponto entre as diferenças presentes na coletividade povo brasileiro, enumeradas no dizer do locutor, e a alegada “vontade comum” reforça, a nosso ver, os sentidos de união e de univocidade que afetam a formação nominal *movimento revolucionário*. Nesse sentido, o dizer do locutor produz, por meio das reescrituras de *povo brasileiro*, sentidos de comunhão, de união, de fraternidade e de forte identidade entre todos os setores da sociedade, o que, no limite, se apresenta como tendo possibilitado o próprio “movimento revolucionário” de 1930: a *alma popular*, todos os *filhos* da Pátria, mesmo em suas diferenças (vale dizer, estão incluídos os *grandes e pequenos*), são acolhidos por ela e, deste modo, estão reunidos para construí-la: ou seja, apoiam o movimento revolucionário como o meio para um *rumo novo* e regenerador para o país. Deste modo, ao simular falar em nome de todos e para todos, o locutor-chefe do governo homogeneiza a coletividade dos brasileiros em nome da “vontade do povo” para se legitimar e para revestir seu discurso de autoridade, produzindo aquilo que Indursky (2013) chama de *efeito de sentido de unanimidade*.

O pronunciamento de 1930, ao produzir, pelos movimentos textuais de articulação, uma distinção entre civis e militares, pois o povo vem como civil e os militares, como as forças armadas, estabelece uma relação entre civis (*alma popular, elementos civis*) e militares (*representantes das classes armadas, forças armadas*) que produz um efeito contraditório de unidade na diferença: como se os sentimentos e aspirações de cada um desses grupos distintos tivessem sido compartilhados a fim de se atingir a mesma meta, qual seja, a deposição do governo de Washington Luís em outubro de 1930. Desse modo, a diretividade do dizer encaminha para os sentidos de que os civis não venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles um modo de governo. Produz-se, assim, como efeito de evidência que, em todo o território nacional, a *Nação em armas* está unida com o mesmo propósito, com as mesmas aspirações, com os mesmos sentimentos, em confraternização.

Vejamos a seguir o DSD (1) que mostra as determinações de *povo brasileiro*:



No entanto, não podemos esquecer que só existe união daquilo que está desunido. Desse modo, embora se produzam, para *povo brasileiro*, sentidos de uma coletividade participativa, que liderou os rumos políticos do país, o lugar das Forças Armadas no processo de derrubada do governo de Washington Luís é igualmente afirmado por seu caráter decisivo no desfecho do “movimento revolucionário” de 1930, o que nos mostra uma disparidade entre o lugar dos militares e o lugar do povo, ou seja, uma assimetria entre as forças militares e as forças populares - o que veremos no recorte (2) do pronunciamento de 1930, abaixo:

(2) Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e com os vossos valorosos auxiliares desfechastes, patrioticamente, sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça. (...) Para não defraudarmos a expectativa alentadora do **povo brasileiro**, para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada (...) Senhores da Junta Governativa, assumo, provisoriamente, o governo da República, como **delegado da revolução**, em nome do Exército, da Marinha e do **povo brasileiro**, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria. (VARGAS, 1930, grifos nossos).

No recorte (2) acima, o Locutor reivindica o lugar social de delegado da revolução (l-x) e se dirige à Junta Governativa, seu alocutário (al-x) explícito no dizer pelo emprego do vocativo *senhores da Junta Governativa* e das marcas linguísticas da segunda pessoa do plural (*compreendestes*, *vossos* valorosos auxiliares, *desfechastes*, *prestastes*). *Junta Governativa* traz implicitamente para o dizer os líderes militares que apoiaram o “movimento revolucionário” da Aliança Liberal e que promoveram o desfecho da derrubada do governo de Washington Luís e de seu sucessor, Júlio Prestes. Produz-se, deste modo, um dissenso entre a soberania do povo, que é afirmado, no recorte (1), como estando dentro do processo de tomada do poder, e os sentidos da participação de liderança dos militares na ordem política do país, presentes no recorte (2), - participação esta que, em si mesma, minora a ação do povo no acontecimento da revolução.

O dizer do locutor apresenta-se, no recorte (2) acima, por um enunciador-individual, marcado pela primeira pessoa do singular, tal como em:

- (...) *assumo*, provisoriamente, o governo da República
- (...) *agradeço* os inesquecíveis serviços que prestastes à nação (...)

É por meio desta voz individual que o locutor afirma assumir o governo da República como *delegado da revolução*, isto é, como porta-voz do acontecimento histórico e político do movimento de 1930, isto é, como intérprete dos anseios populares, mas também como representante do *Exército*, da *Marinha* e do *povo brasileiro*. Enquanto indivíduo, o locutor simula falar em nome de todos e agradece os serviços prestados pelos militares da Junta Governativa, exaltando-os por sua *nobre e corajosa atitude*, determinação que afeta a formação nominal *senhores da Junta Governativa*. O papel dos militares da Junta Governativa é, desse modo, enunciado como decisivo no processo de tomada do poder e de derrubada do governo de Washington Luís.

*Povo brasileiro*, pró-destinatário do Locutor, é determinado no dizer, pelo movimento textual de articulação, como aquele que apoia (*seu apoio e colaboração*), espera (*a expectativa alentadora do povo brasileiro*) e confia (*missão por ele confiada*) no governo que naquele momento se instaurava e, deste modo, significa como aquele que compartilha com o Locutor dos mesmos valores e objetivos. No entanto, *povo* passa a ser o objeto do dizer da alocução estabelecida entre o locutor-delegado da revolução e seu alocutário, a Junta Governativa dos militares. Observamos ainda, no mesmo recorte, uma deriva dos sentidos: as marcas de primeira pessoa do plural, tal como em “defraudarmos”, “nos dar”, “nos foi”, produzem agora um efeito de exclusão, pois não fazem aqui referência ao alinhamento entre o governo e o povo, mas sim entre a liderança de Vargas e os militares da Junta Governativa. Estes últimos são determinados, por uma relação de sentido no/do texto, como os líderes do desfecho do “movimento revolucionário” de 1930, de tal modo que a formação nominal *delegado da revolução* designa o próprio Getúlio Vargas. Reforça-se aqui, deste modo, a

distinção constitutiva entre forças armadas e povo e, por conseguinte, a disparidade entre o lugar dos militares e o lugar do povo.

Vejamos a seguir o DSD (2) de *povo brasileiro* que dá visibilidade às nossas análises:

APOIO E COLABORAÇÃO ┤ **POVO BRASILEIRO** ┤ EXPECTATIVA ALENTADORA

---

**JUNTA GOVERNATIVA**

┘

NOBRE E CORAJOSA ATITUDE

(Onde se lê: *apoio e colaboração* e *expectativa alentadora* determinam *povo brasileiro*, que está em relação de antonímia com *junta governativa* que, por sua vez, é determinado por *nobre e corajosa atitude*).

Esse outro alinhamento entre Governo e Forças Armadas, produzido pelo acontecimento enunciativo, encaminha para os sentidos de um *povo brasileiro* que deve confiar ao novo governo e aos representantes das classes armadas a missão de construir uma *Pátria nova*, dando a eles seu apoio e colaboração. Há, assim, um deslizamento dos sentidos de *povo brasileiro*, que produz também uma contradição: de *nação em armas*, participante ativo do movimento revolucionário, em sintonia, unidade e partilha de sentimentos e de objetivos entre civis e militares, para sujeitos colaborativos e confiantes das decisões do governo e das classes armadas sobre os rumos do país e sobre as formas de governabilidade que se instalariam naquele momento da História do Brasil.

Ao longo de todo o pronunciamento de 1930, por ocasião da posse de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório, que aqui analisamos em dois recortes, o Locutor mobiliza um enunciador-individual e um enunciador-coletivo para se dirigir ao povo brasileiro, por meio das marcas enunciativas do *nós* inclusivo; e aos militares da Junta Governativa, por meio de um vocativo e das marcas linguísticas da segunda pessoa do plural. Entendemos aqui que, por meio do enunciador-individual, o Locutor se apresenta como porta-voz (*delegado*) do movimento revolucionário de 1930, exaltando e engrandecendo-o como a “revolução” por excelência da República, e o faz marcando seu dizer com traços de individualidade, pelo emprego da primeira pessoa do singular e do léxico de avaliação e julgamento. Ao se denominar como *delegado da revolução*, o locutor não se coloca como líder ou responsável, mas como alguém a quem a Junta Governativa delegou este papel.

Por meio do enunciador-coletivo, o Locutor constrói, no dizer, o povo brasileiro como uma coletividade que apresenta uma “vontade comum”, cabe dizer, a mesma que a dele, chefe do governo, e a das forças armadas, o que possibilitou à Aliança Liberal tomar o poder e a Getúlio Vargas assumir o governo da República. No entanto, a *vontade do povo brasileiro* não aparece como responsável pela atribuição do papel de *delegado da revolução* a Vargas, mas sim a Junta Governativa, como assinalamos acima.

Isso nos indica que a construção do referente, no caso, dos sujeitos brasileiros, se faz a partir da configuração das cenas enunciativas, e da destinação e da alocação marcadas na enunciação: a mudança de para quem se diz produz, como efeito, a reconfiguração mesma do referente e, conseqüentemente, uma (re)partilha dos sentidos. Esse movimento se dá a ver

exatamente no cruzamento e na articulação entre o domínio semântico de determinação (DSD) e a cena enunciativa, isto é, entre as designações das expressões linguísticas que vão construindo o objeto de dizer e os modos de acesso à palavra pelos lugares enunciativos no acontecimento; ou, em outras palavras, entre as formas linguísticas e as figuras da enunciação.

## **4.2. Manifesto dirigido à Nação: 12 de julho de 1932**

Segundo Fausto (2006), devido ao nacionalismo que associava a unidade da pátria à formação da identidade nacional, o Governo Vargas condenava os interesses regionais e as reivindicações de autonomia das elites dos grandes estados, como as de São Paulo. O movimento dissidente paulista de 1932 uniu diversos setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais - estes últimos, por exemplo, eram contrários à legislação sindical estabelecida por Getúlio Vargas. Segundo o historiador, de maneira geral, tais setores exigiam maior autonomia na gestão dos assuntos de interesse do estado de São Paulo, mas também reivindicavam novas eleições para que a Assembléia Constituinte desse andamento à feitura de uma nova Constituição:

A luta pela constitucionalização do país, os temas da autonomia, da superioridade de São Paulo (...) eletrizaram a população. O rádio - utilizado pela primeira vez em larga escala no país -, a imprensa, os oradores inflamados contribuíram para avolumar o ódio contra Getúlio, o execrável ‘Gegê’, ditador que pisoteara São Paulo com as botas militares e traíra os ideais democráticos. (FAUSTO, 2006, p.63).

Apesar do desequilíbrio entre as forças militares em confronto, a luta dos paulistas desembocou em uma guerra civil que durou quase três meses. Segundo Fausto (2006), o “caso de São Paulo”, como foi chamada, naquele momento, a dissidência entre a elite paulista e o governo federal, demonstrou ao Governo Vargas que seria necessário cooptar uma parte da elite paulista, ao invés de confrontá-la declaradamente. Por outro lado, mostrou aos derrotados que a única maneira de reduzir a influência de Getúlio nos assuntos paulistas seria por meio de uma bancada concorde na próxima Assembléia Constituinte - que seria eleita em maio de 1933. Outra importante consequência advinda do movimento dissidente paulista de 1932 foi o pretexto dado a Getúlio para transformar qualquer reivindicação democrática em “um mal que se opunha aos interesses nacionais e à construção de um novo Brasil” (FAUSTO, 2006, p.48).

No “Manifesto à Nação”, que analisamos a seguir, publicado em 12 de julho de 1932, o Locutor (L) toma a palavra, assim como no pronunciamento de 1930, como locutor-chefe do governo provisório (l-x). Em seu dizer, ele vai construindo, pelos procedimentos semânticos de nomeação e designação, os agentes sociais amigos, isto é, aqueles que são seus partidários, os pró-destinatários do dizer; e os agentes sociais contrários ao seu governo, os contra-destinatários, seus inimigos, significando os revoltosos como rebeldes incapazes de canalizar suas paixões para atender aos interesses da Pátria e da nacionalidade. Vejamos abaixo o manifesto de 1932, dividido em 8 recortes para organizar as análises:

(1) Na noite de 9 para 10 do corrente, as altas autoridades da República foram surpreendidas com a notícia de um **movimento sedicioso, de caráter nitidamente reacionário**, irrompido em São Paulo. Essa manifestação do **espírito de desordem e facciosismo** vem interromper a atividade do Governo Provisório, precisamente no momento em que está a colher os primeiros frutos da sua vasta obra de reconstrução econômica e financeira, e em que traça rumos firmes e definitivos, no sentido de, em data prefixada, devolver o país ao regime constitucional. Se ao **movimento sedicioso**, agora ateado no grande Estado, se pretende emprestar, como querem fazer crer **seus promotores**, o objetivo de levar a **nação** à normalidade institucional, nada há que o justifique.

(2) Os propósitos do Governo Provisório a respeito já não mais podem ser postos em dúvida, sem má fé e declarado intento de iludir a **opinião pública**. (...) **Às organizações políticas existentes, às que se instituírem e ao povo** resta, agora, acorrerem ao alistamento, afim de que este se execute com eficiência, rápida e normalmente. É, porém, condição essencial a esse *desideratum* assegurar a paz e a tranquilidade da **nação**, no que o Governo se tem empenhado e se empenhará, decidido a agir sem desfalecimento de energias.

(3) Contrastando, justamente, com essa **patriótica orientação, elementos descontentes e ambiciosos** tentam estabelecer a anarquia e a confusão em São Paulo, desencadeando, no seio da **sua laboriosa e pacífica população**, um **motim de objetivos puramente pessoais**. É fora de dúvida, conseqüentemente, que, conhecendo-lhes as intenções, **São Paulo, pela maioria do seu povo**, não pode ser solidário com a desordem. Acresce, ainda, a circunstância de não existirem motivos que o levem a colocar-se em atitude de hostilidade ao **governo instituído pela revolução**. Este demonstrou sempre, de modo inequívoco, todo o interesse pelos **seus destinos**, amparando-o, quer

na obra de reconstrução de sua economia, com a solução de gravíssima crise de café, quer satisfazendo a suas justas aspirações de ordem política, com a entrega do Governo Estadual aos próprios paulistas.

(4) A consciência, para cujo tribunal inflexível apelo neste instante, não me acusa de, como **Chefe do Governo**, haver deixado de cumprir estritamente **o dever que me foi imposto pela revolução**, mantendo-me inabalável na defesa dos seus ideais e arrostando, para realizar os compromissos assumidos, a animosidade e a **oposição daqueles que, na ânsia de conquistar predomínio e posições, se colocaram, aos poucos, à margem da situação, incapazes de condicionar suas paixões aos magnos interesses da nacionalidade.**

(5) Honrando a clarividência do **civismo brasileiro**, de todos os pontos do país, desde o Rio Grande do Sul, até o Amazonas, o Governo está recebendo as mais vivas e inequívocas demonstrações de solidariedade. Já se aprestam, a esta hora, **numerosos contingentes** para marchar contra os **rebeldes**.

(6) As forças mineiras, em perfeita colaboração com as do Exército, movimentam-se contra os amotinados. No Rio Grande do Sul, o Interventor, General Flores da Cunha, e o Comandante da Região, General Francisco de Andrade Neves, mobilizam rapidamente as suas tropas, em defesa do Governo. O Paraná mantém-se vigilante, aguardando ordens e preparado para cumpri-las. Todo o Norte se agita e oferece seu valioso auxílio militar. A nossa gloriosa Marinha de Guerra, na sua totalidade, e a valorosa guarnição da Capital Federal, coesas e irmanadas pelo mesmo ideal, dão belo **exemplo de disciplina consciente e extremado patriotismo**, colocando-se, firmes, ao lado do **Governo Provisório**. A **nobre atitude das forças armadas**, nesta hora de profunda significação patriótica, não é somente o testemunho da sua louvável resistência ao **espírito de desordem e indisciplina**. Ela vale, também, por uma nítida compreensão das suas responsabilidades perante a **consciência cívica da Nação**.

(7) O **povo brasileiro** não tardará em proferir o seu **pronunciamento soberano** sobre os atos e a obra da revolução. Nas urnas de 3 de maio vindouro, os seus representantes, legitimamente eleitos, poderão dizer se **os revolucionários** agiram ou não inspirados no supremo bem da Pátria. Antecipar esse pronunciamento, pela força, não será nunca o melhor meio de garanti-lo. Violentam, insultam e abastardam a **opinião soberana do país** aqueles que, sobrepondo-se ao seu definitivo *verdictum*, ousam arrogar-se o direito de falar por ela, quando falam, apenas, pela voz de suas **paixões**.

(8) Sem outra ambição que a de servir ao Brasil, não me furtando a quaisquer sacrifícios, tranquilo em face das injustiças, apelo para os **meus concidadãos** e aguardo o julgamento da minha conduta passada e futura, até o momento, pelo qual anseio, de transmitir, ao eleito dos seus sufrágios, os nobres, mas pesadíssimos poderes de que me investiu a Revolução. Fortalecido pela profunda convicção de estar cumprindo um alto dever de patriotismo, serei inflexível na minha ação e sereno ao executá-la. Jamais capitularei à imposição dos **rebeldes em armas**, mas usarei de benignidade para com os que se submeterem e abandonarem a luta. Como Chefe do Governo, preferiria sucumbir combatendo, em **defesa dos ideais da revolução** e na qualidade de simples **soldado**, a ceder e curvar-me ante a ameaça ou a violência. (VARGAS, 1932, grifos nossos).

O locutor-chefe do governo provisório mobiliza um enunciador-coletivo, que representa a voz do Governo Provisório enquanto um grupo cujas decisões são partilhadas. Por meio desta voz, o locutor fala, por um lado, das ações políticas do governo, de suas medidas econômicas e de suas principais conquistas no período pós-Revolução de 1930, e o faz colocando *o governo* na posição sintática de sujeito ou em articulação ao núcleo do sujeito. Vejamos alguns exemplos:

- *a atividade do Governo Provisório (...)* está a colher os primeiros frutos de sua vasta obra de reconstrução econômica e financeira (recorte (1));
- *o Governo* se tem empenhado e se empenhará, decidido a agir sem desfalecimento de energias (recorte (2));
- *o Governo* está recebendo as mais vivas e inequívocas demonstrações de solidariedade (recorte (5)).

Por outro lado, o locutor, por meio do enunciador-coletivo, procura também atestar a legitimidade de seu governo ao dizer que este só pôde ser instituído em razão do amparo dado pelo movimento popular, isto é, pela “revolução” de 1930, o que se mostra, por exemplo, no recorte (3): “*o governo instituído pela revolução (...)* demonstrou sempre, de

modo inequívoco, todo o interesse pelos seus destinos, amparando-o [o povo de São Paulo]”. Ao mesmo tempo, o governo se afirma amparado numa suposta legitimidade jurídica, uma vez que, além de ser um governo que se representa no dizer como de caráter provisório, apresenta seu propósito de devolver o país a um regime constitucional, por meio das eleições vindouras, o que está posto no recorte (1): “a atividade do Governo Provisório (...) traça rumos firmes e definitivos, no sentido de, em data prefixada, devolver o país ao regime constitucional”.

O locutor, amparado pelo enunciador-coletivo que significa o governo como um grupo maior do que a individualidade do seu chefe, entra em relação com um destinatário positivo, partidário ao governo - que corresponde aqui ao *povo brasileiro*, construído pelo dizer como uma coletividade a quem o locutor-chefe do governo provisório se dirige a fim de reforçar o apoio e a aderência do povo às ações governamentais. De tal maneira, aquilo que o locutor afirma e assevera em seu dizer sobre as atividades do governo, por meio dessa voz coletiva, funciona como um modo de reforçar a crença dos pró-destinatários nas ideias, valores e decisões do Governo de Vargas.

O locutor mobiliza também um enunciador-individual, observado nas marcas de primeira pessoa, que se junta ao enunciador-coletivo. Por esta voz individual, que produz um efeito de origem no dizer, se dá tanto a defesa de Getúlio Vargas e de seu modo de conduzir o governo, quanto a ameaça aos contrários a ele. Vejamos alguns exemplos:

- (i) não *me* furtando a quaisquer sacrifícios (...) *apelo* para os *meus* concidadãos e *aguardo* julgamento da *minha* conduta passada e futura, até o momento, pelo qual *anseio*, de transmitir, ao eleito dos seus sufrágios, os nobres, mas pesadíssimos poderes de que *me* investiu a Revolução (recorte (8));
- (ii) A consciência (...) não *me* acusa de, como Chefe do Governo, haver deixado de cumprir estritamente o dever que *me* foi imposto pela revolução, mantendo-*me* inabalável (recorte (4));
- (iii) *serei* inflexível na *minha* ação e sereno ao executá-la. Jamais *capitularei* à imposição dos rebeldes em armas, mas *usarei* de benignidade para com os que se submeterem e abandonarem a luta. Como Chefe do Governo, *preferiria* sucumbir combatendo, em defesa dos ideais da revolução e na qualidade de simples soldado, a ceder e curvar-*me* ante a ameaça ou a violência (recorte (8)).

O locutor, ancorado na voz individual, instaura pró-destinatários e contra-destinatários. O pró-destinatário corresponde ao povo, aos cidadãos brasileiros, o que está posto em (i) acima, - construídos como uma coletividade que apoia o Estado e confia na ação governamental. Nesse sentido, pelo enunciador-individual, se produz a defesa do locutor-chefe do governo provisório que apela, por um lado, à sua própria *consciência*, o que se mostra em (ii) acima. Sua consciência se apresenta também como um pró-destinatário que abona as ações do locutor-chefe de governo, que, entendendo que faz o que é certo, mantém-se inabalável. Por outro lado, o locutor apela aos seus *conciudadãos*, pois apenas eles teriam legitimidade para *julgá-lo* por sua conduta e por seus atos em defesa dos ideais da Revolução de 1930. O uso da expressão *meus conciudadãos* desfaz a disparidade entre governo e povo, instituindo aí, como efeito de evidência, uma igualdade entre eles; não uma igualdade de ação política, mas sim uma igualdade de ideais. Os *conciudadãos* são construídos no dizer como aqueles cuja tarefa é, nas urnas de 3 maio para a escolha de uma Assembléia Constituinte, realizar um *julgamento* da *conduta* de Getúlio Vargas (recorte (8)), isto é, “dizer se os revolucionários agiram ou não inspirados no supremo bem da Pátria” (recorte (7)). Ao apelar ao *julgamento* de seus *conciudadãos*, o locutor produz como efeito a expectativa de uma avaliação positiva de seus feitos e de sua administração enquanto chefe do Governo Provisório.

O alocutário projetado (al-x), nessa materialidade enunciativa, é, portanto, a coletividade do povo brasileiro, a quem o Locutor se dirige. Desse modo, o enunciador individual se submete ao julgamento do AL coletivo, certo de que suas ações serão consideradas corretas, e “tranquilo em face das injustiças” (recorte (8)) cometidas por alegados *elementos descontentes e ambiciosos* e por *rebeldes em armas*.

As nomeações que vão construindo os agentes amigos (recortes (5) e (6)), isto é, *numerosos contingentes, forças mineiras, Exército, tropas* do Rio Grande do Sul, *valioso auxílio militar* do Norte, *gloriosa Marinha de Guerra, valorosa guarnição da Capital Federal, o Paraná*, bem como os indivíduos mencionados, o *General Flores da Cunha* e o *General Francisco de Andrade Neves*, são reescritos pela formação nominal *forças armadas* e referem, deste modo, aos militares, instaurados pelo locutor como pró-destinatários do dizer e determinados pelos sentidos de civismo e de solidariedade, tal como em “vivas e inequívocas demonstrações de solidariedade” (recorte (5)), uma vez que, ao agirem em prol do Governo,

suas ações significam como atos de patriotismo e de civilidade. Esta construção enunciativa dos militares como solidários e patrióticos aponta para a força do Governo Provisório no combate aos insurgentes, o que funciona, ao mesmo tempo, como uma maneira de reforçar a aderência do povo brasileiro, mostrando o poderio bélico do regime e sua grande capacidade de vitória, e, inversamente, como uma ameaça aos agentes inimigos, isto é, aos contra-destinatários, anunciando a sua derrota, que se apresenta no dizer como algo inevitável.

Ancorado no enunciador-individual, o locutor instaura também um contra-destinatário, os contrários ao regime de Vargas, que significa, por exemplo, nas formações nominais *rebeldes em armas* e *movimento sedicioso*. Segundo Verón (1986), a relação entre o locutor (o que o autor chama de enunciador) e o contra-destinatário é a de inversão de crenças: os contrários não aderem ao governo nem aos seus ideais, por isso estão excluídos do “coletivo de identificação” e, de algum modo, da própria coletividade do povo. Tal contra-destinatário apresenta-se, ao contrário dos agentes amigos, cuja nomeação é clara e explícita, de maneira encoberta, assim como define García Negroni (2016), sob a forma linguística de terceira pessoa: “*violentam, insultam e abastardam* a opinião soberana do país *aqueles que* (...) *ousam* arrogar-se o direito de falar por ela”, no recorte (7), e “a oposição *daqueles que* (...) *se colocaram* (...) à margem da situação”, no recorte (4). Desta generalização dos contrários ao governo pela forma linguística de “aqueles que” e “daqueles que” decorre sua própria vaguidade referencial, tal como aponta Indursky (2013), que vai construindo o contra-destinatário como um segmento da sociedade pouco expressivo e minoritário, que quer se apropriar de um direito apresentado no dizer como não sendo seu: o de falar e reivindicar em nome do povo.

O locutor, ancorado no enunciador-individual, dirige ainda ao contra-destinatário uma ameaça, tal como em (iii) acima: a de ser *inflexível* em sua ação com aqueles que não abandonarem a luta contra o Governo Provisório, justificando seus atos como o dever de um *soldado* para com a Pátria e em defesa dos ideais da Revolução de 1930. Neste ponto em específico, apresenta-se aqui o que Indursky (2013) chama de *terceira pessoa discursiva*, isto é, a figura que aparenta ser de quem se fala e estar localizada na exterioridade, mas que, de fato, se constitui, indiretamente, naquele a quem se fala, de um modo tal que “o locutor utiliza o alocutário como mediador para chegar ao destinatário” (INDURSKY, 2013, p.171).

A generalização dos contra-destinatários como contrários ao regime de Getúlio Vargas, bem como a sua consequente desqualificação e as ameaças a eles dirigidas fazem ver o movimento do político na enunciação, exatamente porque produzem, pelo dizer do locutor, um litígio, uma oposição, uma divisão entre o povo brasileiro, cujo emprego, no manifesto de 1932, é de uma coletividade dos concidadãos do locutor-chefe do governo provisório, e os dissidentes, os *rebeldes em armas*, de um modo tal que exclui estes últimos da própria construção da coletividade dos sujeitos brasileiros.

Os contrários ao Governo, desse modo, são construídos no dizer como inimigos da própria Nação, uma vez que os envolvidos no movimento paulista dissidente são aqueles cujos interesses são meramente pessoais - e não voltados para os interesses e para as demandas da coletividade, o que se mostra no recorte (3): “um motim de objetivos puramente pessoais”. O próprio ato de reivindicar significa como *anarquia e confusão, desordem, violência* (recorte (3)), ou seja, como um mal que se opõe aos interesses da Nação, o que torna ilegítima qualquer tentativa por parte do povo ou de um setor específico de questionar e de (ousar) se revoltar. Neste ponto, é interessante observar que o movimento dissidente paulista de 1932, que ocorreu durante o Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas, não é nomeado explicitamente neste manifesto. Temos, para nomear este acontecimento histórico, a formação nominal *movimento sedicioso e reacionário* (recorte (1)) que é reescrito por substituição pela expressão *manifestação do espírito de desordem e facciosismo*. A palavra “revolução”, cabe mencionar aqui, não é empregada para nomear o movimento paulista, uma vez que ela é empregada apenas para referir o acontecimento histórico de 1930, isto é, a derrubada do governo de Washington Luís e a consequente tomada de poder por Getúlio Vargas e pela Aliança Liberal.

Os inimigos do Governo Provisório estão, portanto, tal como procuramos mostrar acima, diluídos na vaguidade e na generalização de suas nomeações. Os *promotores* de tal movimento revolucionário, por exemplo, são reescritos por formações nominais vagas, como *elementos descontentes e ambiciosos* (recorte (3)), *amotinados* (recorte (5)), *rebeldes em armas* (recorte (8)). Segundo Indursky (2013), “o tratamento genérico minimiza e desvaloriza o inimigo, ao mesmo tempo em que possibilita traçar-lhe um perfil negativo que justifica o processo de exclusão que sofre” (INDURSKY, 2013, p.146), qual seja, o de não fazer parte daquilo que se constrói no dizer como a coletividade do povo brasileiro.

Os opositores ao Governo, terceiros discursivos instaurados pelo enunciador, tal como afirmamos anteriormente, vão se delineando assim como *aqueles que se colocaram à margem da situação* (recorte (4)). As formações nominais que designam os inimigos do Governo produzem, pela partilha do real dos acontecimentos políticos, um litígio, no qual os grupos opositores ao regime estão excluídos do *povo brasileiro*. Destarte, dá-se aqui uma fratura na unidade do povo que, anteriormente, isto é, no acontecimento da revolução de 1930, significava por um efeito totalizante, isto é, como uma coletividade que partilhava dos mesmos anseios e, desse modo, agia em prol do novo governo.

O contra-destinatário construído pelo acontecimento enunciativo instaura assim uma divisão, um litígio: a tomada da palavra do Locutor, enquanto locutor-chefe do governo provisório, produz gestos de pertencimento para *povo brasileiro* como outro a quem o dizer se dirige e/ou de que ele fala, que vão configurando e reconfigurando os seus referentes. No acontecimento enunciativo do manifesto de 1932, somente aqueles que apoiam e confiam na ação governamental pertencem à coletividade; em contrapartida, os que não aderem ao regime estão excluídos do povo. Perceber esse movimento permite quebrar a ilusão do efeito de homogeneidade da *vontade do povo brasileiro*, apresentada no pronunciamento de 1930, quando da posse de Vargas ao cargo de chefe do governo provisório, como uma, inequívoca e evidente. Desse modo, no manifesto de 1932, constrói-se, no e pelo dizer, que *povo brasileiro* é constituído apenas por aqueles que têm a mesma vontade, isto é, por aqueles que apoiam o Governo Provisório, liderado por Vargas e instituído pelo acontecimento da “revolução” de 1930, enquanto aqueles que decidiram não partilhar dessa vontade estão à margem da situação e, portanto, fora do conjunto do povo, pois ocupam o lugar da dissidência.

Sobre este ponto, destacamos aqui que, se os pronunciamentos de posse apresentam como característica produzir efeitos de unidade e de homogeneidade, como o de 1930 com a formação nominal *vontade do povo brasileiro*, que constrói o povo brasileiro como uma coletividade em sintonia, sem divergências, parece-nos que os pronunciamentos em tempos de crise furam essa naturalidade, como é o caso do manifesto de 1932, cujas diferentes vozes se sobrepõem em um movimento de, por um lado, trazer o apoio do povo contra os dissidentes paulistas e reforçar a adesão dos pró-destinatários ao governo, e, por outro lado, ameaçar os seus contrários, sem, no entanto, interpelá-los diretamente.

Conforme apontamos anteriormente, as ações do Governo Provisório de Vargas justificam-se como atos em defesa dos ideais do “movimento revolucionário” de 1930, como um dever para com a Pátria. A auto-denominação de Vargas como um *soldado* (recorte (8)), cuja ação será implacável, se constitui na cena enunciativa em que projeta a voz individual ao se dirigir aos contrários ao governo, e, deste modo, no presente do dizer ameaça os dissidentes ao afirmar que prefere combater como um soldado a se curvar diante de ameaças ou conflitos. O passado deste acontecimento enunciativo faz ecoar o militarismo já característico da República Velha (1889-1930), que faz significar como decisivo o predomínio dos militares nas esferas do poder e faz reverberar o belicismo do processo de instauração e de consolidação do regime republicano. Desde o governo do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República brasileira, vemos o quanto os governos republicanos estiveram articulados ao poder militar, às Forças Armadas.

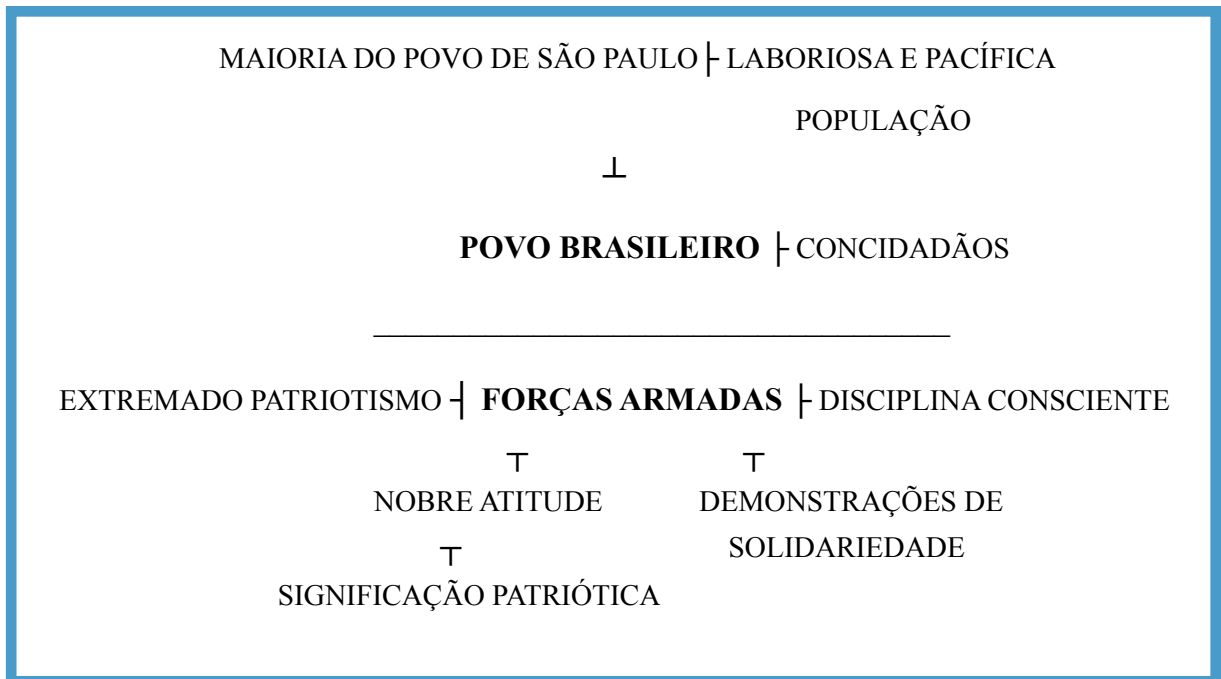
Destacamos ainda, no recorte (6), a importância atribuída aos militares na contenção do movimento dissidente paulista: eles são elogiados por seus atos em defesa do Governo e pelo seu alegado exemplo de disciplina e de patriotismo: uma *nobre atitude* das Forças Armadas, uma atitude com *profunda significação patriótica*. A *disciplina* e o *patriotismo* refletem a própria *consciência cívica da Nação*. Deste modo, os sentidos de obediência ao governo e de amparo às suas causas vão construindo uma pátria de caráter militarista, marcada pelo belicismo, pelo combate aos opositores e pelo autoritarismo na defesa incondicional de seus líderes e de seus modos de governabilidade.

Este alinhamento que se produz, no dizer, entre o governo e os militares permite, de algum modo, que o Governo Provisório dê andamento a sua *vasta obra de reconstrução econômica e financeira* (recorte (1)), que seguiriam orientações *patrióticas* (recorte (3)). Nesse sentido, a Pátria parece aqui não mais referir o povo, seus *filhos*, tal como enunciado no pronunciamento de 1930, mas o próprio governo, cujos atos e propósitos é que são patrióticos, e que está alinhado com as forças armadas, cujos atos pró-governo honram o *civismo brasileiro* (recorte (5)) e são exemplos de *extremado patriotismo* (recorte (6)). Eis aí a Pátria que vai se construindo pelo dizer do locutor e pelas vozes por ele mobilizadas: uma Pátria que acolhe seus apoiadores e desqualifica seus contrários, designando-os como *rebeldes* e *incapazes*; uma Pátria construída pela articulação entre o Estado e os militares, e que, por consequência, minora a participação popular, estabelecendo, deste modo, pelo dizer e pelos

sentidos que nele se produzem, uma divisão desigual no processo de construção e de consolidação do regime republicano brasileiro. Desse modo, o referente de *povo brasileiro* se constitui como uma coletividade que ocupa um lugar distinto e oposto ao lugar dos militares, pois está fora do alinhamento estabelecido entre o governo e as forças armadas.

As reescrituras de *povo brasileiro* no texto do manifesto de 1932 significam o referente desta formação nominal, por um lado, como uma coletividade de sujeitos não filiados a partidos, o que está posto em “Às organizações políticas existentes, às que se instituírem e ao povo” (recorte (2)). A enumeração de diferentes categorias de modo coordenado distingue *organizações políticas* de *povo*, desse modo opondo-os. Por outro lado, *povo brasileiro* significa também pela formação nominal *maioria do seu povo* [de São Paulo], no recorte (3), o que produz como sentido que os pró-destinatários do locutor incluem a maioria da população de São Paulo, determinada como *laboriosa e pacífica*, portanto em oposição aos *rebeldes* e desordeiros, contrários ao governo de Getúlio Vargas.

Vejamos o DSD (1) que mostra as determinações de *povo brasileiro*, tal como apontamos em nossas análises acima:



(Onde se lê: *laboriosa e pacífica população* determina maioria do povo de São Paulo que determina *povo brasileiro*, determinado por *concidadãos*. *Povo brasileiro* está em relação de antonímia com *forças armadas* que, por sua vez, é determinado por *extremado patriotismo*, *disciplina consciente*, *demonstrações de solidariedade* e *nobre atitude* que, por sua vez, é determinado por *significação patriótica*).

No recorte (7) em particular, observamos uma oposição entre a *opinião soberana do país*, que decidirá os rumos do “movimento revolucionário” nas urnas para a escolha de uma Assembléia Constituinte, e a *voz das paixões*, dos envolvidos no movimento dissidente de São Paulo, que significam como aqueles que querem falar pela totalidade do povo brasileiro e impor-se a ele e as suas decisões quanto às obras e aos feitos do governo, condenando os modos de Vargas de administrar a máquina pública. Neste ponto, relembramos nossas análises sobre o pronunciamento de posse de Floriano Peixoto, de novembro de 1891<sup>8</sup> (ORTIZ BRANDÃO, 2013). Elas mostraram que os sentidos de *República* se enunciam como pautados pela *inviolabilidade da Lei* e, nesse sentido, a observância das leis deve funcionar como um *freio às paixões*. Desse modo, o amor pela República se dá pelo respeito à ordem e pela obediência às leis, enquanto o lugar das paixões é o lugar da violência e da ameaça ao regime republicano. Nesse sentido, a suposta neutralidade das leis significa como a boa direção a ser seguida, em detrimento de alegada passionalidade dos sujeitos. Os cidadãos, por sua vez, só são livres para obedecerem à ordem imposta e para cumprirem as leis, o que é, de algum modo, posto pelas forças armadas, responsável por instituir o regime republicano no país.

---

<sup>8</sup> Trazemos aqui um recorte desta enunciação de Floriano Peixoto: “Ao País: (...) A historia registrará esse **feito cívico das classes armadas do País em prol da lei**, que não pode ser substituída pela força; mas ela registrará igualmente o ato de abnegação e patriotismo do generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca resignando o poder afim de poupar a luta entre irmãos (...). Esses acontecimentos que não têm muitos modelos nos anais da humanidade e dos quais podemos nos gloriar, como justamente nos gloriamos das duas revoluções pacíficas que operaram pela Republica a transformação de todo nosso direito político e pela abolição do elemento servil, a transformação do trabalho nacional atestarão aos vindouros o **amor do povo, da marinha e do exército** pelas liberdades constitucionais, que formam e enobrecem a vida das nações modernas. O pensamento da revolução de 23 do corrente, que determinou a renuncia do generalíssimo Deodoro da Fonseca, foi o **restabelecimento da Lei. Manter a inviolabilidade da Lei**, que é ainda mais necessária nas sociedades democráticas, como um **freio às paixões**, do que mesmo nos governos absolutos pelas tradições de **obediência pessoal**, que os constituem, será para mim e meu governo **sacratíssimo empenho**, como sê-lo-á respeitar a vontade nacional e a dos Estados em suas livres manifestações sob o regime federal. (...) Da **confiança do povo, do exército e da marinha** espero não desmerecer. Das forças de terra e mar conheço o valor realçado pela **disciplina** e pelo **respeito** aos direitos da sociedade civil. Admirei e admiro os meus bons companheiros na guerra e na paz. A coragem e a constância que mostraram nos combates se transformaram nos anos de paz, que temos fruído, no **amor da Liberdade e da Republica**, que com o povo fundaram e com ele querem manter e consolidar. O povo que sabe e quer ser livre, deve igualmente **respeitar a ordem**, primeira condição da Liberdade e da riqueza. (...) Capital Federal, 23 de novembro de 1891. Floriano Peixoto”. In.: BIBLIOTECA da Presidência da República: banco de dados. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>>. Acesso em 16 mar. 2012.

Entendemos que, em ambos dizeres, tanto de Floriano Peixoto quanto de Getúlio Vargas, as paixões representam o lugar da violência e de ameaça ao regime, enquanto que o amor dos cidadãos revela-se por sua obediência às leis e ao Governo, pela ordem e, no limite, pela paz, pela passividade, pela não-insubordinação. Assim, as paixões e as vozes que delas advêm significam como algo que deve ser condicionado aos supostos interesses da Pátria e, portanto, no limite, sufocado e combatido.

Nesse movimento dos sentidos, entre aqueles que se apresentam no dizer como os agentes amigos e inimigos do Governo, o lugar do povo brasileiro é significado pela obediência e submissão ao regime, e pela contraditória promessa de democracia: a soberania do povo se daria pelas urnas, em 3 de maio de 1933, para eleger a Assembleia Nacional Constituinte (recorte (7)), e, desse modo, avaliar as obras do governo instituído pelo “movimento revolucionário” de 1930. O gesto de ir às urnas significa como um *pronunciamento soberano* e, deste modo, pelo movimento textual de articulação, determina e produz sentidos para *povo brasileiro*. Tal pronunciamento do povo brasileiro é esperado pelo locutor-chefe do governo provisório como um gesto de anuência, de aprovação e de apoio às suas ações governamentais. Portanto, apresenta-se no dizer que qualquer tentativa de *antecipar* este *pronunciamento soberano* do povo pelo movimento insurgente é uma violência à opinião pública, é falar pela voz das paixões, o que, como vimos, representa uma ameaça. Estabelece-se ainda uma oposição entre a insurreição do movimento paulista e o pronunciamento soberano do povo brasileiro, de tal modo que se pronunciar nas urnas significa, pelo dizer, como um gesto de *disciplina*, de *civismo* e de amor à pátria, contrário, portanto, à *anarquia*, à *desordem* e ao *motim* desencadeado por um movimento alegado *sedicioso* que irrompeu no estado de São Paulo.

Vejamos o DSD (2) de *povo brasileiro*:

PRONUNCIAMENTO SOBERANO ┤ URNAS DE 3 DE MAIO

└

**POVO BRASILEIRO**

---

ELEMENTOS DESCONTENTES ┤ **MOVIMENTO SEDICIOSO** ┤ REBELDES EM ARMAS  
E AMBICIOSOS

(Onde se lê: *urnas de 3 de maio* determina *pronunciamento soberano* que determina *povo brasileiro*, que está em relação de antonímia com *movimento sedicioso* que, por sua vez, é determinado por *rebeldes em armas* e por *elementos descontentes e ambiciosos*).

O referente de *povo brasileiro* vai, portanto, se construindo nesta materialidade enunciativa como uma coletividade, a quem o locutor, por meio de diferentes vozes, se dirige, configurando-a como partidária às medidas do Governo, bem como às suas decisões quanto ao desfecho do “caso de São Paulo”, isto é, a decisão de combater o movimento dissidente pela força dos militares. Ao mesmo tempo, a presença do contra-destinatário a quem o locutor se dirige vai produzindo partições na coletividade desse povo. Nesse sentido, as nomeações daqueles que se apresentam no dizer como agentes amigos e como agentes inimigos vão determinando aquilo que *povo brasileiro* não é: ele não refere os militares; ao contrário, está em oposição a eles e, desse modo, fora do alinhamento estabelecido entre o governo e as forças armadas. *Povo brasileiro* não refere também os dissidentes, isto é, os contrários ao regime, uma vez que o dizer os constrói como excluídos dessa coletividade. Isso se mostra exatamente na cena enunciativa, em que o locutor, por meio de uma voz individual, se dirige tanto ao *povo brasileiro*, um de seus pró-destinatários, a fim de reforçar sua aderência ao governo e assim garantir o seu apoio; quanto aos *rebeldes em armas*, a fim de ameaçá-los, o que nos mostra que os contra-destinatários, por apresentarem uma crença inversa a do enunciador, estão fora da coletividade do *povo brasileiro*. Desse modo, por meio de seu *pronunciamento soberano* nas urnas, o povo brasileiro deve aprovar as ações do regime nas urnas vindouras, uma vez que seus ideais, isto é, os ideais dos *concidadãos*, são no dizer consoantes aos ideais do chefe de governo. Posto que as ações do governo são enunciadas como exemplos de disciplina e como demonstrações de patriotismo, de modo a honrar o *civismo brasileiro*, elas são construídas pelo dizer como ações realizadas em prol da *consciência cívica da Nação*, ou seja, em prol do povo brasileiro que deve, por consequência, abraçar tal benevolência, ser solidário a ela, apoiá-la.

### **4.3. Proclamação ao povo brasileiro: 10 de novembro de 1937**

Em 1937, Getúlio Vargas instaurou no Brasil um regime autoritário, a partir de um golpe de Estado. Este período de governo ficou conhecido, no dizer da História, como Estado Novo. Apoiado pelo comando das Forças Armadas, pela maioria dos governos estaduais e pelas oligarquias do país, Vargas ordenou o fechamento do Congresso Nacional e cancelou as eleições presidenciais vindouras, implantando um novo regime e anunciando uma nova constituição. A Carta de 1937 decretou um estado de emergência que garantiu plenos poderes ao governo, levando a uma hipertrofia do Poder Executivo. Segundo Fausto, o governo varguista apresentou o Estado Novo como

a fórmula que permitiria, finalmente, realizar as tarefas de unificar o país, promover o desenvolvimento econômico, criar uma nova representação das classes produtoras e dos trabalhadores, introduzir enfim o governo técnico, acima da politicalha dos partidos. (FAUSTO, 2006, p.90).

Esta nova fase do governo Vargas teve por característica a defesa de uma ordem política centralizada - contra a tendência localista da política brasileira na época. De acordo com Fausto (2006), essa centralização política tinha como propósito ser representativa da unidade nacional e fortalecer o Poder Executivo, para assim restaurar a autoridade nacional. Nessa direção, Zandwais (2012) afirma que

Se através do golpe de Estado, Getúlio Vargas visa a uma reforma tanto dos setores econômicos da sociedade, como dos aparelhos políticos e dos setores de produção cultural e educacional, sob a promessa de construir uma nova “imagem” do Brasil, calcada em uma política de valorização do capital nacional, de desenvolvimento dos meios de produção, em detrimento da força dos investimentos estrangeiros e, ao mesmo tempo, de estímulo à participação popular nas políticas a serem implementadas pelo novo regime de governo, também instaura novas formas de “manutenção” da sociedade civil

por meio de dispositivos jurídicos, com vistas a reorganizar os diferentes setores do Estado brasileiro (...) buscando, assim, instituir um novo imaginário de Estado que deveria ser representado como um Estado forte e sobretudo desenvolvimentista. (ZANDWAIS, 2012, p. 54-55).

Durante o Estado Novo, foram realizados investimentos em infra-estrutura e na implantação de indústrias de base, principalmente nos setores dos transportes, das comunicações, da siderurgia nacional e da energia, num movimento sem precedentes em direção à autonomia nacional, a ponto de alguns autores, como Lima (1990, p.66), afirmarem que tais ações de Vargas constituíram “a mais alta expressão da defesa da autonomia nacional”. Outro aspecto decisivo do regime foi o fortalecimento das relações trabalhistas, com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, com a instituição do salário mínimo, em 1940, e com seu posterior reajuste, em 1943. Sobre a questão trabalhista, Zandwais (2003) afirma que as forças proletárias passam a constituir-se em objeto de conquista do governo Vargas que “legitima seu espaço por meio de um discurso de aliança com os trabalhadores brasileiros, dando ênfase, fundamentalmente, ao término da exploração da força de trabalho do operariado e ao combate às forças internacionais e oligárquicas” (ZANDWAIS, 2003, p.23).

Atribui-se ao governo Vargas uma posição ambígua no que toca às relações de classe em razão de ter recebido apoio tanto de segmentos oligárquicos quanto da classe trabalhadora. Segundo Zandwais (2003, p.23), para Getúlio Vargas, “a emancipação do proletariado deveria advir de concessões promulgadas pela classe governante aos trabalhadores e não da luta direta das massas”, o que impôs, como consequência, o enfraquecimento da autonomia das forças proletárias e de suas possibilidades de resistência. Nesse sentido, Lima (1990) afirma que o Estado Novo teve como uma de suas ações o desmantelamento das organizações próprias dos operários e o deslocamento da política para o interior do aparelho do Estado e do “sindicato novo” criado por Getúlio Vargas.

O Estado Novo proibiu as greves e exerceu um controle absoluto sobre os sindicatos, vetando quaisquer organizações políticas. Além disso, promoveu ações repressivas por meio do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado em 1939, que censurou desde marchinhas de carnaval até a grande imprensa, forçando os meios de comunicação a

exaltar o Governo e promover seus valores mais caros, como o nacionalismo e a importância do trabalho, utilizando assim diferentes atividades culturais como instrumentos de legitimação do regime cujo objetivo era promover a apologia da Revolução de 1930 e da legislação trabalhista. Segundo Fausto (2006, p.124), os órgãos de propaganda do governo associaram a imagem de Getúlio Vargas “à grande tarefa da construção da nacionalidade”, relacionando, deste modo, seus feitos políticos aos valores da educação, da solidariedade social, do desenvolvimento econômico, do otimismo quanto ao governo e do amor à pátria. Zandwais aponta ainda que o DIP centrava suas propagandas “em torno do processo de institucionalização de uma economia desenvolvimentista calcada em relações ‘simbióticas’ entre trabalho e capital e na criação de uma legislação trabalhista concretizada com a fundação do Ministério do Trabalho no Brasil” (ZANDWAIS, 2012, p.55).

Na proclamação ao povo brasileiro, publicada em 10 de novembro 1937 e proferida por Getúlio Vargas, o Locutor anuncia o novo regime, sem, no entanto, dizê-lo expressamente, sem nomeá-lo. A formação nominal “Estado Novo”, por exemplo, que depois se torna corrente no dizer dos historiadores, não aparece nem uma vez no texto de sua instauração. Algo parecido se dá também no texto da Proclamação da República, proferido por Deodoro da Fonseca em 1889. Guimarães (2011) aponta que, apesar de o pronunciamento de Deodoro instituir um regime republicano no Brasil, a palavra *república* não aparece nem uma vez, nem tampouco a palavra *proclamação*. Há um modo de dizer (ou de não dizer) que toca à nomeação. Os nomes são a classe de palavra que refere por excelência, produzindo o efeito de concretude entre o que se diz e o real do qual se fala. Nessa direção, eles operam como fortes marcas no discurso político. Ao não nomear a era política que se instaura com o ato de fala que realizam, os dois presidentes se encontram na produção de um efeito de evidência pela falta; o efeito de que “todos sabem o que estou realizando aqui”. Nos dois casos, a mudança de regime “fala” no conjunto de medidas jurídicas que a estabelecem. Desse modo, a não nomeação da passagem de um regime para o outro, de um modo de governabilidade para outro, se inscreve em dizeres que produzem como efeito o silenciamento do processo político que levou a essa mudança, e um apagamento do próprio acontecimento histórico.

A nova forma de governo anunciada por Getúlio Vargas vai significar, ao longo do texto da proclamação, como um governo de caráter excepcional, porém urgente; e como um

*regime forte, de paz, de justiça e de trabalho*, que seria dotado de um alto grau de liberdade de ação do Poder Executivo; um regime capaz, inclusive, de combater os oposicionistas, a crise política e a derrocada econômica e, conseqüentemente, capaz de reestruturar os modos de fazer política e de governar o Brasil.

A seguir, transcrevemos recortes da proclamação de 1937:

### À NAÇÃO

(1) O **homem de Estado**, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a **sua consciência** e a **consciência dos seus concidadãos**, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela **confiança nacional**.

(2) A investidura na suprema direção dos negócios públicos não envolve, apenas, a obrigação de cuidar e prover as necessidades imediatas e comuns da administração. **As exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo** reclamam, por vezes, imperiosamente, a **adoção de medidas** que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo. Por certo, essa **situação especialíssima** só se caracteriza sob aspectos graves e decisivos nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social.

(3) A contingência de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à **ação governamental**, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas conseqüências.

(...)

(4) Tanto **os velhos partidos**, como **os novos** em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de **ambições pessoais** ou de **predomínios localistas**, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojes e nas **combinações oportunistas** em torno de **objetivos subalternos**.

(5) A **verdadeira função dos partidos políticos**, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos **agrupamentos**

**partidários tradicionais.** O fato é sobremodo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na **livre concorrência** de opiniões e interesses.

(6) Para comprovar a pobreza e desorganização da **nossa vida política**, nos moldes em que se vem processando, aí está **o problema da sucessão presidencial**, transformado em irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas (...).

(...)

(7) Nos períodos de crise, como o que atravessamos, **a democracia de partidos**, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a **existência da Nação**, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.

(...)

(8) A **consciência das nossas responsabilidades** indicava, imperativamente, o dever de restaurar a **autoridade nacional**, pondo termo a essa **condição anômala da nossa existência política**, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de **tendências inconciliáveis** e do predomínio dos **particularismos de ordem local**.

(9) Colocada entre as **ameaças caudilhescas** e o perigo das **formações partidárias sistematicamente agressivas**, a **Nação**, embora tenha por si o **patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros** e o **amparo decisivo e vigilante das forças armadas**, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos **quadros legais**, vendo-se obrigada a lançar mão, de **modo normal**, das **medidas excepcionais** que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa. Essa é a verdade, que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfúgios.

(...)

(10) Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país (...), não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se **um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho**. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo **outros moldes de ação**.

(...)

(11) Circunstâncias de diversa natureza apressaram o desfecho deste **movimento**, que constitui **manifestação de vitalidade das energias nacionais extrapartidárias**. O **povo** o estimulou e acolheu com inequívocas demonstrações de regozijo, impaciente e saturado pelos lances entristecedores da política profissional; **o Exército e a Marinha** o reclamaram como imperativo da ordem e da segurança nacional.

(...)

(12) Prestigiado pela **confiança das forças armadas** e correspondendo aos generalizados **apelos dos meus concidadãos**, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o **firme propósito de continuar servindo à Nação**.

(...)

(13) A gravidade da situação que acabo de escrever em rápidos traços está na **consciência de todos os brasileiros**. Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela **continuação do Brasil**. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização.

(14) Quando as **competições políticas** ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade. (...) (VARGAS, 1937, grifos nossos).

Na proclamação de 1937, instaura-se uma cena enunciativa na qual o Locutor está afetado pelo lugar social de chefe de Estado (I-x). Este Locutor se representa, neste acontecimento enunciativo, como um lugar de dizer genérico, isto é, ele fala a partir de um enunciador-genérico, simulando, deste modo, ser a origem de seu dizer, porém “o que se diz é dito como aquilo que todos dizem” (GUIMARÃES, 2002, p.25), independente da história. Este *todos* apresenta-se como diluído, indefinido em suas fronteiras, e se mostra, na materialidade enunciativa, pelo uso da partícula *se*, no recorte (10), como índice de indeterminação do sujeito, como em “não *se* oferecia outra alternativa além da que foi

tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho”. Desse modo, o locutor se apaga por trás da própria estrutura linguística, uma vez que ela produz essa indeterminação. O enunciador genérico encaminha para os sentidos de que era evidente, ou seja, de que *todos* sabiam, que não havia outra solução nem outra alternativa para as dificuldades e entraves enfrentados pelo governo de Vargas além da instauração de um regime centralizador e autoritário, capaz de restaurar o organismo político e de manter a hierarquia político-institucional.

Representando o seu dizer como genérico, o locutor projeta um pró-destinatário, que entendemos ser o povo brasileiro, significado aqui de modo genérico e indiferenciado pelos nomes *povo*, *concidadãos*, *maioria absoluta dos brasileiros*, *todos os brasileiros*. Tais nomes vão construindo o povo brasileiro, por um efeito totalizante, enquanto coletividade, a quem o dizer do chefe de Estado quer reforçar a crença e a aderência às razões para o (não nomeado como tal) golpe de Estado. Ao se dirigir à coletividade dos brasileiros, o locutor sustenta como *imperiosa a adoção de medidas* que afetariam o modo de conduzir o regime, o governo e as instituições (recorte (2)), isto é, medidas *de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país* (recorte (1)), que se apresentam como a única maneira de solucionar os problemas políticos, econômicos e sociais que afetavam o Brasil naquele momento. *Povo* é determinado no dizer como aquele que *estimulou e acolheu com demonstrações de regozijo o desfecho deste movimento* de 1937 (recorte (11)); e, deste modo, construído enunciativamente como a parte majoritária da coletividade, parte esta que concordou, apoiou e permitiu a instauração de um novo regime pelo chefe de Estado Getúlio Vargas.

Por meio deste enunciador genérico, produz-se, portanto, como efeito de sentido, que todos sabem que são as *exigências do momento histórico* (recorte (2)), *as circunstâncias* (recorte (1) e (11)), mas também *as solicitações do interesse coletivo* (recorte (2)) que impõem ao *homem de estado* (recorte (1)) a adoção de *medidas excepcionais* (recorte (9)), isto é, uma nova política de governo, uma vez que *as competições políticas* (recorte (14)) e a pluralidade de partidos se apresenta no dizer como uma ameaça à unidade nacional. Por outro lado, os *quadros legais* (recorte (9)), que referem implicitamente à Constituição de 1934, significam como não sendo mais capazes de atender às demandas e às necessidades da máquina pública. A designação deste novo regime, desse modo, aponta para os sentidos de que ele é a única e verdadeira fórmula para a solução da crise e para o desenvolvimento do

país, o que é dito de um lugar de dizer pelo qual se apresenta um acordo sobre o sentido. A instauração de um *regime forte, de paz, de justiça e de trabalho* (recorte (10)) é, portanto, necessária e urgente: é, no dizer, o único meio para se realizar uma reforma política efetiva.

O acontecimento enunciativo do texto da proclamação de 1937 instaura outra cena enunciativa em que o locutor-chefe de Estado mobiliza um lugar de dizer coletivo, isto é, “corporativo, de um conjunto” (GUIMARÃES, 2013, p.274), neste caso, o conjunto do governo. Desse modo, o Locutor assume esta perspectiva de dizer para si, e a voz do coletivo do governo se mostra pelas marcas de primeira pessoa do plural: *chegamos* (recorte (3)); *atravessamos* (recorte (7)); *nossa* vida política (recorte (6)); *nossas* responsabilidades, *nossa* existência política, *conduzir-nos* (recorte (8)). O enunciador-coletivo se põe também no nome *Nação* (recortes (7) e (9)), que significa como o coletivo do governo e, deste modo, constrói como referente o próprio Estado, o que se mostra em:

- a democracia de partidos (...) ameaça a unidade pátria e põe em perigo a *existência da Nação* (...)
- (...) a *Nação*, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros (...)

Pelas relações de articulação nos enunciados acima do texto da proclamação de 1937, produz-se uma distinção entre *Nação* e *maioria absoluta dos brasileiros* (recorte (9)), uma vez que aquela conta com o patriotismo desta para existir, para manter-se soberana, o que nos indica que há uma disparidade entre o que se constrói como o lugar ocupado pela Nação, enquanto Estado, e o lugar ocupado pelo povo brasileiro na partilha do real dos acontecimentos políticos. Posto que cabe a Nação lançar mão de *medidas excepcionais* que configurarão o novo regime, *Nação* não refere aqui, portanto, o povo, mas sim o próprio Estado/Governo Vargas. Nesse sentido, é a *Nação*, o Estado, quem age e toma medidas, cabendo ao povo brasileiro apoiá-la, isto é, oferecer-lhe seu patriotismo.

Ao mesmo tempo, porém, no recorte (12), por um deslizamento dos sentidos, *Nação* parece agora designar *povo* e *brasileiros*, isto é, os *concidadãos* de Vargas: “(...) correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, (...) me encontro com o

firme propósito de continuar servindo à Nação”. Desse modo, produz-se pelo dizer uma possível coexistência entre Estado e povo brasileiro no nome *Nação*. Isso nos indica que a palavra *Nação* apresentaria um duplo funcionamento, construindo como referente o próprio Estado, e ao mesmo tempo *brasileiros, povo e concidadãos*. Este duplo movimento constrói um imaginário em que o povo brasileiro e o Estado constituem a Nação, embora, pelo próprio movimento dos sentidos, o lugar do Estado e o lugar do povo brasileiro, na sua relação com o regime do Estado Novo, são distintos e, no limite, opostos.

Predicado pelo enunciador-coletivo, o locutor se dirige ao povo brasileiro, construído como pró-destinatário, argumentando que a suposta situação de crise política e de estagnação econômica é algo meramente contingencial, não causado por atitudes do governo, mas por ele também não resolvido, exatamente por não dispor dos meios de ação necessários. Nesse sentido, as restrições aos Poderes impostas pela Constituição de 1934 e os *particularismos* locais significam um avanço ao Governo Vargas e a seu poder de decisão, mas também como uma ameaça de desintegração do próprio País. Desse modo, no dizer, pela voz coletiva do governo, as ações do locutor estão voltadas para a resolução de uma alegada crise político-institucional e para a restauração da *autoridade nacional*, o que se daria por meio da centralização do poder. O locutor busca assim tornar legítimo, a seus pró-destinatários, ao povo brasileiro, a instauração de um novo regime.

Ao mesmo tempo, o locutor instaura um contra-destinatário indireto que entendemos ser aqui os contrários à instauração desse novo regime, isto é, aqueles que são a favor da *democracia de partidos* e da *sucessão presidencial*, tal como estabelecido pela Constituição de 1934. Este contra-destinatário se mostra, tal como aponta García Negróni (2016), tanto pelo trabalho da adjetivação, que funciona como um marcador de desqualificação, como em *irrisória competição de grupos, promessas demagógicas, condição anômala da nossa existência política e tendências inconciliáveis* (recortes (6) e (8)); quanto pela incorporação crítica do dizer do outro: destacamos aqui a expressão “em lugar de”, presente no recorte (7):

- (...) a democracia de partidos, *em lugar de* oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, (...) subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação (...).

A expressão “em lugar de” rechaça o dizer dos contrários ao novo regime, isto é, o dizer pelo qual se afirma que a democracia de partidos oferece oportunidades de crescimento e de progresso. Ao rechaçar este dizer, a voz do governo afirma, deste modo, uma crença que é exatamente oposta: a de que a democracia de partidos *ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação*.

Os contrários à instauração do novo regime vão, deste modo, se delineando como opositores à *Nação*, isto é, ao Estado, mas também, tal como apontamos acima, por um efeito de evidência, à própria coletividade dos sujeitos brasileiros; e são construídos pelo dizer como os próprios partidos políticos e seus agrupamentos, uma vez que a *democracia de partidos* (recorte (7)) e as *competições políticas* (recorte (14)) significam a busca pela realização de *ambições pessoais* (recorte (4)), a causa da *discórdia civil* (recorte (7)), a defesa dos *particularismos de ordem local* (recorte (8)), o que estaria na contramão do interesse público. O pluripartidarismo significa, no limite, como algo que só traz caos e desordem, que se opõe à própria *continuação do Brasil* (recorte (13)), ou seja, um entrave ao desenvolvimento do País.

Novamente, destacamos aqui o trabalho da adjetivação presente na materialidade enunciativa da proclamação de 1937. Os adjetivos nela empregados necessariamente apontam para o dizer do outro, isto é, o dizer dos contrários, dos contra-destinatários, com o qual se estabelece, no e pelo dizer, o litígio enunciativo. Em outras palavras, a existência do dizer do outro só é apontada pelo trabalho mesmo da adjetivação. A adjetivação estabelece, portanto, uma fronteira, produzindo partições: se é possível dizer *velhos partidos* (recorte (4)), é porque se pressupõe a existência dos novos; se se apresentam *objetivos subalternos* (recorte (4)), pressupõe-se a existência de objetivos principais e dominantes; se se diz *verdadeira função* (recorte (5)), é porque existem as falsas; e assim por diante, como em *combinações oportunistas* (recorte (4)), *partidários tradicionais* (recorte (5)), *livre concorrência* (recorte (5)), *autoridade nacional* (recorte (8)), *condição anômala* (recorte (8)), *tendências inconciliáveis* (recorte (8)), *ameaças caudilhescas* (recorte (9)), *formações partidárias sistematicamente agressivas* (recorte (9)), *modo normal* (recorte (9)), etc.

Tais determinações, por meio do trabalho da adjetivação, vão produzindo, portanto, na coletividade dos brasileiros, um litígio com os contrários ao novo regime, como aqueles que se opõem à *Nação*, à *continuação do Brasil*, ao *interesse público*. A *maioria absoluta dos brasileiros*, por sua vez, é construída pelo dizer como um pró-destinatário a

quem o locutor se dirige. A designação desta formação nominal nos indica que fazem parte da maioria dos brasileiros somente aqueles que são patriotas (recorte (9)), os *concidadãos* que confiam nos rumos dados ao país pelo Estado Novo (recorte (1)), e o *povo* que acolheu e comemorou a instauração deste novo regime (recorte (11)). Nesse movimento de sentidos, o dizer vai construindo os sujeitos brasileiros como aqueles que delegam ao presidente, ao *homem de Estado*, por meio de sua confiança - a *confiança nacional* -, a responsabilidade de tomar decisões que modificam toda uma estrutura de governo (recorte (1)). O dizer do locutor-chefe de estado simula um pacto em que os cidadãos devem confiar ao chefe de Estado o poder de deliberação, acreditando que ele agirá *perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos*.

A palavra *consciência* é recorrente no texto da proclamação de 1937: há quatro ocorrências nos recortes selecionados. Entendemos que tal palavra, em dois de seus empregos, presentes nos recorte (1) e (13), determina (*todos os*) *brasileiros* e *concidadãos* e constrói como referente dessas palavras sujeitos alegadamente dotados de consciência, que sabem o que é certo e que escolhem fazer aquilo que é certo. Neste caso, o certo a fazer se apresenta, enunciativamente, pela concordância e pelo apoio à instauração do novo regime imposto por Getúlio Vargas. Desse modo, produz-se como efeito de sentido, no dizer do locutor-chefe de Estado, que está na própria consciência dos brasileiros a autorização para medidas políticas, os reclamos por mudanças sociais e econômicas, e a concordância com as ações governamentais: ou seja, é deste modo que se configura o exercício do patriotismo dos brasileiros. Já em seus outros dois empregos, presentes nos recortes (1) e (8), a palavra *consciência* determina o próprio locutor, pois enquanto *homem de Estado* e chefe do Governo, deve tomar decisões perante a *sua consciência*; esta, por sua vez, justifica e aprova as suas ações, postos como deveres e *responsabilidades inerentes* a sua *alta função* e, de algum modo, inevitáveis, o que o mantém, portanto, inabalável em sua atividade governamental de instaurar um novo regime e de modificar assim os modos de governo e da organização político-institucional.

Vejamos o DSD a seguir que dá visibilidade às nossas análises sobre as palavras *brasileiros* e *concidadãos*:

consciência

⊥

patriotismo ⊢ **BRASILEIROS - CONCIDADÃOS** ⊢ confiança nacional

(Onde se lê: *patriotismo* determina *brasileiros*, que está em relação de sinonímia com *concidadãos* que, por sua vez é determinado por *confiança nacional*. Ambos, *brasileiros* e *concidadãos*, são determinados por *consciência*).

Os recortes (12) e (13) da proclamação de 1937 dão visibilidade a uma outra cena enunciativa que, de algum modo, corrobora nossas análises e, por consequência, nosso DSD acima de *brasileiros*. Nesta cena, o locutor-chefe de Estado instaura um enunciador-individual pelo qual busca se legitimar como um servo da Nação, como, no limite, um mártir, pois se apresenta como aquele que se sacrifica a fim de atender aos próprios *apelos* de seus *concidadãos*. Nesse sentido, o locutor se legitima como a figura de um governante, vamos dizer, “salvador”, a quem os brasileiros recorrem e confiam nos momentos de crise. Ao mesmo tempo, afirma-se como um governante prestigiado, uma vez que conta com a confiança e o apoio dos militares. Civis e militares sustentam, portanto, o lugar de presidente ocupado por Getúlio Vargas: sem a confiança e o apoio das forças armadas, e sem os reclamos e o patriotismo do povo, não teria sido possível instituir um novo regime. Produz-se, assim, por um efeito de evidência, um gesto de alinhamento entre civis e militares, uma vez que ambos são construídos como aqueles que, seja por meio de sua consciência, seja por meio de sua confiança, sustentaram a possibilidade de se instaurar um regime que reformasse os modos de se fazer política, que refizesse a constituição.

Pelo movimento de sentidos na Proclamação de 1937, em virtude das próprias relações que se estabelecem entre as figuras enunciativas e as formas linguísticas, entendemos que se produz aqui um forte discurso autoritário. Por um lado, o dizer do locutor-chefe de Estado produz, pelo movimento do político na enunciação, um litígio com os contrários à instauração do novo regime, isto é, aqueles que são favoráveis à *democracia de partidos* e à *sucessão presidencial*, ambos condenados por Getúlio Vargas, e que, deste modo, estão excluídos da *maioria absoluta dos brasileiros*. A coletividade do povo brasileiro, enquanto destinatário e objeto do dizer, é construída, por um efeito de sentido, como formada por aqueles que acolhem e confiam nas decisões do governo, ou seja, por aqueles que apresentam um caráter patriótico e uma atitude de anuência diante das medidas de Getúlio Vargas - uma vez que estas designam, no dizer do locutor, os próprios reclamos da *consciência* dos cidadãos. Nesse sentido, o locutor-chefe de Estado, por sua vez, se diz como um governante que se reveste “da força necessária para absorver todo o poder do qual os governados ficam privados ‘temporariamente’”, por exemplo, o de escolher democraticamente seus governantes; no entanto, isso se mostra no dizer como algo legítimo e justificável “porque tal poder é

exercido em nome daqueles que dele são despojados para impedir a desagregação interna da nação.” (INDURSKY, 2013, p.76), isto é, para impedir as *tendências inconciliáveis* dos *particularismos de ordem local* (recorte (8)). Esse movimento dos sentidos constrói a imagem de um chefe de Estado autoritário, mas que só o é porque *não pode fugir ao dever* e, deste modo, apoia-se nas *circunstâncias* impositivas, nas *exigências do momento histórico*, na alegada *solicitação do interesse coletivo*, que demandariam dele tais medidas excepcionais, porém alegadas obrigatórias para a *existência da Nação* e para a *continuação do Brasil* - dizer que rememora a doutrina da segurança nacional e da restauração da autoridade nacional.

#### 4.4. Pronunciamento em comemoração ao cinquentenário da proclamação da República: 15 de novembro de 1939

No pronunciamento em comemoração ao cinquentenário do regime republicano, proferido por Getúlio Vargas, o locutor associa a *proclamação da República*, em 1889, à *instituição do Estado Novo*, em 1937, apresentando ambos, enunciativamente, como movimentos cujos propósitos foram regeneradores. Ambos os acontecimentos são determinados como indicadores de uma *evolução política* nos modos de governabilidade do Brasil (recorte (2), abaixo), de um modo tal que o regime do Estado Novo significa o aperfeiçoamento da República e, deste modo, como o momento próprio para *renovação patriótica* (recorte (1), abaixo). Ao mesmo tempo, o Estado Novo se apresenta no dizer como um regime que veio para salvar a Nação e engrandecer a Pátria e, portanto, quaisquer fórmulas ou modos de governo outros mostram-se, por um efeito de sentido, como inaptos para a continuidade do País.

Mencionamos anteriormente uma peculiaridade do pronunciamento de proclamação da República: a de que a palavra *república* não aparece nem uma vez ao longo da enunciação presidencial de Deodoro da Fonseca. Este fato, como dissemos, silencia a mudança nos modos de governo, bem como o próprio processo político que a instaurou. Em trabalho anterior (ORTIZ BRANDÃO, 2013), mostramos que República funciona, no texto de sua proclamação, pela formação nominal “revolução nacional”, que a significa como o resultado do trabalho conjunto de Deodoro, um marechal, e das Forças Armadas. Produz-se aqui, de algum modo, como futuridade do acontecimento enunciativo da proclamação da República, os sentidos de um militarismo cujo lugar privilegiado e decisivo nos rumos políticos do regime republicano é reivindicado tanto por Deodoro da Fonseca, no processo de instauração da República, quanto por Getúlio Vargas, em apoio ao papel das Forças Armadas na instauração e consolidação do regime do Estado Novo, o que se materializa tanto pelo texto da Proclamação do regime republicano, proferido por Deodoro, quanto pelo pronunciamento em comemoração ao cinquentenário da República, pronunciado por Vargas.

Nesse movimento, vejamos como circulam os sentidos de *brasileiros* e de *povo brasileiro*, modos de nomear os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado Novo no

texto de comemoração do cinquentenário da República. Eis o pronunciamento, dividido em seis recortes:

(1) **Brasileiros:** O empolgante espetáculo oferecido pelo Brasil, neste momento de intensa **renovação patriótica**, imprime extraordinária significação às festas comemorativas do **cinquentenário da República**, e leva-nos a evocar, com justificado orgulho, o denodo e o ardor dos **seus propagandistas** e de todos aqueles que, **irmanados pelo mesmo ideal**, lutaram para fazê-lo triunfar, dispostos de coração e ânimo resolutos a quaisquer sacrifícios.

(2) O **povo brasileiro** sempre encontrou em si mesmo a força necessária de *coesão* e *bravura* para realizar os grandes movimentos que o destino lhe tem reservado. Foi assim na **proclamação da República** e foi assim na **instituição do Estado Novo**, acontecimentos culminantes da **nossa evolução política**, aproximados através do tempo por *idênticos objetivos regeneradores*. Em ambos, as *gloriosas forças armadas* souberam interpretar **as verdadeiras aspirações da nacionalidade**, e ajudaram a consumir, sem lutas fratricidas, transformações políticas que a tantos outros povos custaram perdas cruentas e abalos profundos na estrutura social. Os *valerosos soldados* que dentro de poucos minutos desfilarão sob os vossos aplausos são **os continuadores das tradições nobilíssimas** de uma instituição a quem a **Pátria** muito deve, na guerra como na paz, desde os momentos incertos da Independência.

(3) Colocados sob a perspectiva histórica, estes cinquenta anos de vida republicana demonstram sobejamente a vitalidade dos *atributos morais*, a *coragem* e o *poder criador* do **nosso povo**. E não se diga que esse período foi uma idade de ouro para a Humanidade. Ao contrário, encerrando um dos mais brilhantes ciclos da civilização, o Mundo entrava numa fase de crises agudas e perturbações generalizadas. A par das **inevitáveis dificuldades oriundas da mudança de regime**, que, apesar de instituído entre aclamações jubilosas, foi consolidado à custa de áspera luta, tivemos de enfrentar os efeitos de graves acontecimentos internacionais, sobressaindo entre todos os da grande conflagração de 1914, que foi a primeira guerra verdadeiramente mundial.

(4) Contra tantos **fatores adversos**, ainda assim, avançamos de forma notável, quer no terreno cultural, quer no das realizações materiais, e o exame das nossas atividades, nos cinquenta anos transcorridos, constituem uma revelação que nos permite olhar o futuro com otimismo e confiança.

(...)

(5) **Brasileiros**: Homenageamos **os próceres da República**, e o fazemos em reconhecimento dos *seus atos de alta benemerência patriótica*. Mas, a forma atuante, a forma construtiva da **nossa veneração**, consistirá, sobretudo, em seguir-lhes *o exemplo*, aperfeiçoando *o legado das suas lutas e dos seus esforços*, sem temor a **fetichismos políticos e doutrinários**. Assim como eles agiram na hora justa, no sentido das **legítimas aspirações e necessidades nacionais**, também nós, para salvar **a Nação** dos perigos que ameaçavam a sua segurança e integridade, instituímos o Estado Novo, readaptando os ideais republicanos de 89 às condições sociais e econômicas da atualidade brasileira.

(6) Como há cinquenta anos atrás, neste período histórico da *sua expansão*, **o Brasil** permanece fiel aos próprios destinos, e há-de realizá-los com a energia e a decisão dos povos que amam a *sua soberania* e lutam para torná-la respeitada com as *armas da inteligência* e as *conquistas pacíficas do trabalho*. (VARGAS, 1939, grifos nossos).

Temos, no pronunciamento acima, uma cena enunciativa na qual o Locutor assume o lugar social de chefe de Estado e dirige-se à coletividade dos brasileiros, seu Alocutário (al-brasileiros), por meio do vocativo *brasileiros*, que se repete duas vezes ao longo do texto. A enunciação do Locutor instaura um lugar de dizer coletivo, isto é, um enunciador-coletivo, uma vez que traz, em perspectiva, o dizer de um grupo: há um *nós* no pronunciamento que vai significando a relação entre governante e governados, e que vai produzindo efeitos de sentido para *brasileiros/povo brasileiro* e para a própria República brasileira.

Este enunciador coletivo apresenta-se no dizer por marcas linguísticas da primeira pessoa do plural, tal como em:

- *leva-nos* a evocar (recorte (1));
- *nossa* evolução política (recorte (2));
- poder criador do *nosso* povo (recorte (3));

- *tivemos* de enfrentar (recorte (3));
- ainda assim *avancamos* (recorte (4));
- exame das *nossas* atividades (recorte (4));
- *nos* permite olhar o futuro (recorte (4));
- *homenageamos* os próceres da República e o *fazemos* em reconhecimento dos seus atos (recorte (5));
- *nossa* veneração (recorte (5));
- também *nós*, para salvar a Nação dos perigos que ameaçavam a sua segurança e integridade, *instituímos* o Estado Novo (recorte (5)).

Entendemos que este enunciador-coletivo se projeta por marcas linguístico-enunciativas de um “nós” excludente, uma vez que não inclui o outro a quem se dirige, isto é, seu destinatário, o *povo brasileiro*. Ao contrário, este “nós” excludente faz falar apenas a voz do governo, isto é, a voz do Estado, que, no dizer, é o agente responsável por instituir o Estado Novo e *salvar a Nação dos perigos* (recorte (5)), como aquele que *avança* e que *evolui*, moldando e adaptando os ideais republicanos de 1889 às condições sociais de sua época, qual seja, os anos 30 do século XX. O percurso das marcas da primeira pessoa do plural projeta, na materialidade enunciativa, um alinhamento entre governo e forças armadas que produz um gesto de exclusão do povo brasileiro deste conjunto. Nesse sentido, ao *povo brasileiro*, por sua vez, enquanto pró-destinatário na cena deste acontecimento enunciativo, cabe aplaudir os soldados pelos seus feitos em prol da Pátria e da República, tal como em: “os valorosos soldados que dentro de poucos minutos desfilarão sob os *vossos aplausos...*” (recorte (2)). No dizer, o lugar de ação possível ao *povo brasileiro*, na República e no Estado Novo, é sentir *orgulho* pelos *propagandistas* que fizeram *triunfar* a República (recorte (1)); é homenagear *os próceres da República* por seus *atos* alegados patrióticos e venerar o seu *exemplo* (recorte (5)); é amar a *soberania* do Brasil e lutar com aquilo que lhe cabe: *as armas da inteligência e as conquistas pacíficas do trabalho* (recorte (6)).

O alinhamento entre o governo e os militares é de tal modo decisivo que se produz como sentido, neste acontecimento enunciativo, que *as verdadeiras aspirações da nacionalidade* (recorte (2)) só foram corretamente interpretadas pelas forças armadas, tanto

no acontecimento da proclamação da República quanto na instauração do Estado Novo. Desse modo, o dizer produz como efeito de sentido que a *Pátria* deve muito aos militares, aos *soldados*, por estes terem interpretado suas aspirações e, dessa maneira, instituído a República, em 1889, com Deodoro da Fonseca; mantido as instituições republicanas e suas tradições; e, além disso, instaurado o regime do Estado Novo, um acontecimento que significa como a própria *evolução política* do País (recorte (2)), como a “readaptação” dos *ideais republicanos* (recorte 5)). As Forças Armadas, portanto, significam no dizer como um agente fundamental no processo das transformações políticas ao longo dos governos republicanos.

Destacamos aqui que, pelo movimento textual de reescrituração, as palavras *Pátria* (recorte (2)) e *Nação* (recorte (5)) se substituem, em uma relação de sinonímia, o que produz, deste modo, no dizer do locutor-chefe de Estado, uma indistinção entre elas. Esse movimento vai construindo assim um imaginário para a relação entre governante e governados, um imaginário de que tais nomeações referem os sujeitos brasileiros enquanto coletividade. No entanto, entendemos que, em um primeiro olhar, tais palavras designam, por um lado, o próprio Estado, uma vez que, no dizer, os militares ajudaram a *Pátria*, desde a Independência do Brasil, intervindo nos processos políticos e nos períodos de mudança de regime, ou seja, apoiaram, em verdade, o Estado e seus diferentes governantes; ao mesmo tempo, o Governo Vargas, *para salvar a Nação*, isto é, para fortalecer seu poder sobre o Estado, instituiu o regime do Estado Novo. Destarte, é o Estado quem *deve* aos militares, de cuja ação dependeu, ao longo dos diferentes governos, e ainda depende para consumir, sem resistência, as transformações políticas que institui. Uma dívida cuja configuração está indeterminada: não se explicita seu objeto, sua duração, ou tampouco os meios de quitá-la. Por outro lado, a questão se mostra mais complexa: no dizer, os interesses do Estado são os mesmos que os do povo brasileiro. Nesse sentido, *Nação* e *Pátria* designam *povo brasileiro/ brasileiros* exatamente nessa indistinção em que a sua vontade é alegada como sempre coincidente com a do Estado. Deste modo, “salvar” o Estado significa, por um efeito de sentido, “salvar” o próprio povo - que, por conseguinte, também deve aos militares.

A articulação entre o governo e as forças armadas, que apontamos acima, é enunciada também como crucial para *consumar sem lutas fratricidas as transformações políticas* decorrentes da proclamação da República e da instituição do Estado Novo (recorte (2)), e para superar as *inevitáveis dificuldades* que resultaram da mudança do regime imperial

para o republicano, cujo processo de consolidação envolveu uma *áspera luta* (recorte (3)). Por um lado, vemos aí o litígio que significa nas próprias formações nominais, construindo-se, portanto, enunciativamente, por meio do trabalho da adjetivação, o que evidencia as divisões e dissensos que se produzem no seio mesmo do regime republicano brasileiro: houve e há *lutas e dificuldades*; houve e há opositores e contrários tanto à instauração da República quanto do Estado Novo. Por outro lado, ao mesmo tempo, este dizer significa a forte intervenção militar como fundamental nos rumos do republicanismo, atribuindo a ela o propósito de dissipar adversidades e silenciar opositores.

Anteriormente, em nossas análises sobre os pronunciamentos e decretos de Floriano Peixoto (ORTIZ BRANDÃO, 2013), constatamos que já ali o processo de consolidação da República se enuncia como um processo penoso e litigioso. Nesses pronunciamentos, a palavra *República* significa pelo viés do conflito e seus sentidos parecem apontar para uma constante ameaça na ordem interna do regime e na integridade do território, em razão dos muitos levantes contra/durante o governo de Floriano, significando-a, deste modo, pela possibilidade de *completa ruína*. O povo brasileiro, por sua vez, é construído enunciativamente por um litígio entre aqueles que amam *a Pátria e a honra da República* e aqueles que promovem a discórdia e a desordem no país. Desse modo, Floriano se dirige a uma coletividade dividida entre aqueles que estão a favor de seu governo e os que são contra ele; tal divisão apresenta-se como a responsável por colocar em risco a própria República.

Os sentidos de *povo brasileiro* e de *brasileiros*, na sua relação agora com o regime do Estado Novo, estão também afetados pela divisão entre governo, articulado aos militares, e povo: o governo conta com os militares para governar, para consolidar o regime republicano, e para controlar o povo. Os sujeitos brasileiros, por sua vez, encontram-se submetidos a duas ordens unidas: os militares e o governo federal, a quem, segundo o dizer do locutor-chefe de Estado, seguem como exemplo, amam e veneram. Tais sentidos fazem ver o litígio que se produz, pelo movimento do político na enunciação, entre a parcela do povo brasileiro e a parcela que compreende o alinhamento entre as Forças Armadas e o Governo no seio do regime varguista.

O texto do pronunciamento em comemoração ao cinquentenário da República produz também um gesto de exaltação tanto ao *povo brasileiro*, quanto às *forças armadas*. O primeiro é enaltecido pelas determinações *coesão e bravura* (recorte (2)), *atributos morais*,

*coragem e poder criador* (recorte (3)), o que se apresenta no dizer como atributos dos quais fez uso diante das dificuldades oriundas da instauração do regime republicano e dos graves acontecimentos internacionais, como a Primeira Guerra Mundial. Tais características são morais e psicológicas, e não apontam para os sentidos de uma ação política que esteja além do apoio e da obediência ao Governo. As últimas, ou seja, as *forças armadas*, são exaltadas pela determinação *gloriosas*, e seus *soldados*, por sua vez, são exaltados pelas determinações *valorosos, continuadores das tradições nobilíssimas, e próceres da República*, apresentando-se no dizer como a parcela da sociedade a quem o próprio Estado deve, o que produz, como efeito de sentido, um gesto de valorização e de estima ao lugar do militarismo. *Povo brasileiro*, por sua vez, afetado por tais sentidos, significa no dizer como a parcela excluída do alinhamento e da parceria consolidada entre Governo e Forças Armadas, e estabelece, deste modo, uma relação de submissão para com os militares.

Nesse movimento dos sentidos, a relação que se constrói enunciativamente entre governante e governados é determinada pelos sentidos de *veneração* (recorte (5)): *povo brasileiro*, destinatário do enunciador-coletivo, mas excluído do *nós* que este projeta no dizer, é construído como a parcela que atua na sociedade por meio de sua *veneração* aos grandes representantes da Nação, os militares, de quem os brasileiros devem *seguir o exemplo e aperfeiçoar o legado de seus esforços*. Tal tarefa se apresenta no dizer como só podendo ser realizada por meio do *amor à soberania* do País e pela luta com as *armas da inteligência* e com as *conquistas pacíficas do trabalho* (recorte (6)). Produz-se assim uma transferência das armas e do pacifismo para o povo pela inteligência e pelo trabalho, restando as armas de fogo e as lutas aos militares. Desse modo, *povo brasileiro* é determinado por sentidos tais que vão configurando o seu lugar como aquele no qual não há espaço para agitações, mas apenas para o amor e para o pacifismo, representados aqui pela rotina do trabalho, pela dedicação ao processo produtivo e às atividades econômicas, o que se coloca sob a forma de uma afirmação categórica, produzindo assim um dizer deôntico, normativo e, no limite, proibitivo e autoritário.

Neste ponto, trago aqui um dizer de Rancière sobre a *partilha das ocupações*: segundo o filósofo, ela sustenta a repartição dos domínios de atividade, de um modo tal que se configura “uma partilha entre os que agem e os que suportam; entre as classes cultivadas, que têm acesso a uma totalização da experiência vivida, e as classes selvagens, afundadas nas

fragmentações do trabalho” (RANCIÈRE, 2009, p.66). Rancière aponta ainda que esta partilha faz ver “quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (RANCIÈRE, 2009, p.16). É, portanto, esta *partilha das ocupações* de que fala o filósofo, que o litígio, produzido pelo movimento do político na enunciação, faz ver no pronunciamento de 1939: uma sociedade fundada sobre a oposição entre os que agem e decidem, e os que são destinados aos trabalhos materiais.

Em um momento em que o regime autoritário do Estado Novo precisa estar consolidado em bases sólidas, não há outra alternativa para os sujeitos brasileiros senão o de ocuparem o lugar da passividade, da obediência ao Governo e da gratidão pelos esforços e pelos feitos pró-governo por parte dos militares.

Vejamos a seguir o DSD (1) de *brasileiros e povo brasileiro*:

ATRIBUTOS MORAIS, CORAGEM E PODER CRIADOR

⊥

VENERAÇÃO — **BRASILEIROS - POVO BRASILEIRO** — COESÃO E BRAVURA  
AOS PRÓCERES DA  
REPÚBLICA

⊤

AMOR À SOBERANIA, ARMAS DA INTELIGÊNCIA E CONQUISTAS PACÍFICAS DO  
TRABALHO

(Onde se lê: *veneração aos próceres da República* determina *brasileiros*, que está em relação de sinonímia com *povo brasileiro* que, por sua vez é determinado por *coesão e bravura*. Ambos, *brasileiros* e *povo brasileiro*, são determinados por *atributos morais, coragem e poder criador*, e por *amor à soberania, armas da inteligência e conquistas pacíficas do trabalho*).

O lugar da ação e da possibilidade de decisão, por sua vez, está ocupado, prioritariamente, pelas Forças Armadas que, exatamente por isso, estão em oposição ao lugar ocupado pelo povo brasileiro. Vejamos o DSD (2) a seguir:

## BRASILEIROS - POVO BRASILEIRO

---

VALOROSOS | SOLDADOS - FORÇAS ARMADAS | GLORIOSAS

┐

CONTINUADORES DAS  
TRADIÇÕES NOBILÍSSIMAS

┐

PRÓCERES DA  
REPÚBLICA

(Onde se lê: *valerosos* e *continuadores das tradições nobilíssimas* determinam *soldados*, que está em relação de sinonímia com *forças armadas* que, por sua vez é determinado por *gloriosas* e por *próceres da República*. Ambos, *soldados* e *forças armadas* estão em relação de antonímia com *brasileiros* e *povo brasileiro*, que apresentam uma relação de sinonímia entre si).

Nesse movimento dos sentidos, a República, enquanto fato político, está afetada fundamentalmente por esse lugar do militarismo - é decisivo observar que a comemoração do cinquentenário da República é feita por um desfile de soldados, tal como posto no recorte (2): “os valorosos *soldados* que dentro de poucos minutos desfilarão sob os *vossos aplausos...*”. A palavra *soldados* designa, na materialidade enunciativa, os *propagandistas* (recorte (1)) do regime republicano, e são construídos no dizer como *os continuadores das tradições nobilíssimas* (recorte (2)), ou seja, aqueles que estão *irmanados pelo mesmo ideal* de República e lutam *para fazê-lo triunfar* (recorte (1)). Isso nos indica que, desde o momento de sua instauração até a comemoração de seu cinquentenário, o regime republicano estava se configurando a partir dos atos e das decisões dos militares, em articulação com os diferentes governos que ascenderam ao poder neste período da história política do Brasil.

Tal configuração dá visibilidade ao movimento do político na enunciação, tal como o concebe Guimarães (2002), afeta materialmente o acontecimento enunciativo, exatamente porque produz um litígio que designa e, portanto, constrói *brasileiros* e *povo brasileiro* como a parcela excluída do alinhamento entre o Estado e as Forças Armadas - configuração insistente que se repete, desde a instauração do regime republicano, em diferentes governos, inclusive e fundamentalmente no Estado Novo, chefiado por Getúlio Vargas.

#### **4.5. Pronunciamento de posse: 31 de janeiro de 1951**

Getúlio Vargas foi afastado da presidência em outubro de 1945, segundo Fausto (2006), pelas Forças Armadas, pela classe média letrada e por clãs familiares estaduais, e retornou ao Congresso como senador do Rio Grande do Sul, por meio das eleições ocorridas em dezembro daquele mesmo ano, recolhendo mais de 1 milhão de votos em sete unidades da Federação (naquela época, a legislação eleitoral permitia que os candidatos concorressem por mais de um estado). Segundo Fausto (2006, p.163), Getúlio afirmava que, mais do que um líder político, estava voltando como um “líder das massas”, o que “deu origem ao mais popular dos slogans da futura campanha do candidato: ‘Ele voltará’”.

Alguns anos depois, em 1950, Vargas começaria sua campanha política para tornar-se novamente presidente do Brasil. Os temas centrais de sua campanha foram o nacionalismo e a reforma social. Segundo o historiador Fausto:

No primeiro [o nacionalismo], ele destacava os grandes empreendimentos de seu governo - a Companhia Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de Motores e a usina siderúrgica de Volta Redonda - e prometia ampliar a ação do Estado, sem renunciar aos investimentos estrangeiros. No segundo [a reforma social], acenava com a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo, para manter e ampliar as conquistas alcançadas pacificamente, sem o apelo à luta de classes, em favor dos que trabalham e produzem. Atacava a “máquina montada em nome da liberdade política, com sacrifício da igualdade social”, ao mesmo tempo que defendia a colaboração de classes (...) (FAUSTO, 2006, p.163-164).

Apoiado pelas áreas mais urbanizadas do país, onde se concentravam as grandes massas de trabalhadores, Vargas retorna à Presidência, depois de tê-la ocupado por 15 anos, pelo voto popular, “após uma disputa em que a fraude fora muito reduzida quando comparada aos tempos da Velha República, graças ao voto secreto e ao surgimento da Justiça Eleitoral, que ele próprio criara” (FAUSTO, 2006, p.166). Em 31 de janeiro de 1951, Vargas tomava posse no Palácio do Catete, no âmbito de um regime democrático. Eis seu pronunciamento:

## Brasileiros!

(1) Ao deixar o recinto do Congresso Nacional, onde ao lado do ilustre Vice-Presidente da República, Sr. Café Filho, meu companheiro de chapa e de Governo, prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao **Povo** para participar do **seu contentamento** e comungar das **suas esperanças**. Eleito a 3 de outubro como o **candidato do Povo**, aspiro e espero governar como o **Presidente do Povo**.

(...)

(2) Não temia os **riscos**, os **ônus** e as **vicissitudes** de luta política, nem me enfraqueciam o ânimo, as **ameaças** e as **provocações diretas ou veladas**. Mesmo assim não me decidi a disputar o pleito sem antes esgotar todos os recursos de conciliação e harmonia das forças políticas. O insucesso dos meus esforços e o malogro das minhas esperanças não abriram outro horizonte que não fosse o da luta que procuramos manter em termos de isenção e elevação. Os **profetas de calamidades**, como **aves agoureiras**, andaram anunciando a aproximação das horas de cataclismo. Outros, como **falsos pastores**, pretendiam assumir uma espécie de **curatela da opinião popular** porque ainda não estávamos amadurecidos e preparados para os prélios cívicos e os embates ideológicos que fortalecem e vivificam o exercício e a prática da democracia.

(3) Os seus **prognósticos lúgubres** e as suas **previsões funestas** não se confirmaram. A eleição de 3 de outubro *desmentiu* os seus **presságios** e também os **argumentos engendrados** que apenas escondiam os receios duma competição livre que permitisse ao **povo** exprimir a escolha e a preferência. A ordem não foi perturbada. Os poderes públicos permaneceram nos limites constitucionais e não precisaram extravasar para os recursos das medidas de exceção. A **Nação** não interrompeu o ritmo dos seus trabalhos e atividades. **O Governo Federal, os órgãos da magistratura e as Forças Armadas** merecem louvores pela sua contribuição para a lisura, a liberdade e a tranquilidade da propaganda e do pleito. Os **profissionais da desordem**, os **conspiradores impenitentes** e os **inimigos da paz social** não encontraram ambiente propício para a aventura, o terror, a violência ou a demagogia. O **povo brasileiro** ofereceu um exemplo vivo de **maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo**. Não reagiu às **provocações** nem se deixou emaranhar nas **ciladas da traição**. Não se deixou vencer pelo **engodo das promessas** ou pelas **tentações da corrupção**. Não perdeu por um só momento a **calma, a confiança, as virtudes da fé e a convicção serena** de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado. Não valeriam

contra a sua vontade nem prevaleceriam contra a sua decisão os **sofismas**, as **maquinações**, as **intrujices**, as **chicanas** e as **rabulices jurídicas** *dos que* andaram tentando fraudar e perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida e proclamada como a mais livre e honesta da nossa história republicana.

(...)

(4) Ao deixar o Governo, o **apodo**, as **invectivas** e a **calúnia** fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. *Malsinaram* atos, intenções e propósitos e *desfiguraram* a verdade ao sabor das suas prevenções e malignidades. Nunca ditei uma palavra de amargor e sufoquei sempre as penas e as mágoas que me causavam **a fúria e a impiedade das suas setas envenenadas**. As mensagens de solidariedade, as palavras de conforto, as numerosas provas de gratidão e bondade, partidas da **gente anônima e obscura** e que chegaram diariamente ao meu retiro, tiveram o efeito dum bálsamo consolador e ao mesmo tempo reavivaram a crença nas **virtudes do povo brasileiro** e no dever que me competia de continuar pugnando pelos seus direitos e pelas suas causas.

(5) A minha candidatura não nasceu, por isso, das injunções da política ou das combinações dos Partidos. Ela veio diretamente do **povo**, dos **seus apelos** e dos **seus clamores**. (...) Serei fiel ao mandato, às responsabilidades e aos deveres que me impusestes numa alentadora **renovação de apoio e confiança**.

(...)

(6) O **Governo** não é uma entidade abstrata, um instrumento de coerção ou uma força extrínseca da comunidade nacional. Não é um agente de partidos, grupos, classes ou interesses. É a própria **imagem refletida da pátria** na soma das suas aspirações e no conjunto das suas afinidades. É a **emanação do povo** e como tal **servo da sua vontade**, provador de suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da cooperação e da harmonia das classes e dos interesses.

(7) **Brasileiros!** A jornada eleitoral foi encerrada e podeis estar orgulhosos da página de glória com que enriquecestes os anais da nossa vida política. Precisamos agora amortecer as paixões, esquecer os dissabores, aplacar os espíritos e apagar as cicatrizes da batalha. Temos diante de nós uma imensa tarefa de recuperação e consolidação a realizar e para ela, sem exclusões partidárias, convoco **a boa vontade, a inteligência e o patriotismo dos brasileiros**. Estou certo de **vossa ajuda** e conto com a **vossa cooperação** porque assim estaremos servindo não ao efêmero dum Governo, mas à perenidade, à

perpetuidade e à grandeza da **Nação brasileira** (VARGAS, 1951, grifos nossos).

No pronunciamento de posse, proferido por Getúlio Vargas em 1951, o Locutor se afirma como *Presidente do Povo*, buscando, deste modo, legitimar o seu dizer, uma vez que se apresenta como aquele que só pôde tomar a palavra porque foi escolhido e eleito pelo povo. Destarte, entendemos que o Locutor assume, portanto, o lugar social de presidente (l-presidente), e que, ao assumir tal lugar, instaura, como seu alocutário direto, os brasileiros, seus eleitores (al-x). Ao fazer uso do vocativo “Brasileiros!” duas vezes, o locutor interpela os sujeitos pela nacionalidade, designando um a um como parte do todo. Observamos ainda que se dá aqui uma substituição das palavras que apontam para um pertencimento político republicano, como *cidadãos* e *concidadãos*, ausentes nesta materialidade enunciativa, pela palavra de pertencimento nacional, qual seja, *brasileiros*.

O dizer do Locutor instaura um enunciador-individual, marcado, ao longo de todo o texto, pela primeira pessoa do singular, o que produz, por conseguinte, um efeito de origem no dizer, tal como no recorte (1):

- (...) *prestei* o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o *meu* primeiro desejo foi dirigir-me ao Povo para participar do seu contentamento e comungar das suas esperanças. *Eleito* a 3 de outubro como o candidato do Povo, *aspiro* e *espero* governar como o Presidente do Povo.

Por esta voz individual, o Locutor se significa, em um dizer pretensamente servil e paternalista, como um servo do Brasil, como o *Presidente do Povo* (recorte (1)) e, portanto, obediente e dedicado a este povo, bem como devotado *aos interesses, às aspirações e ao serviço da comunidade nacional* (recorte (4)).

Cabe destacar aqui também que a própria candidatura de Vargas se apresenta como vinda dos apelos do povo. Nesse sentido, o Locutor, legitimado pelo enunciador-individual, entra em relação com um pró-destinatário que, neste caso, é o *povo brasileiro*, construído pelo dizer como aquele que adere aos valores do presidente e persegue os mesmos

objetivos que ele, o que cria um efeito de aprovação do próprio Getúlio como representante máximo da nação. Deste modo, constrói-se enunciativamente, por um efeito de evidência, que *povo brasileiro* constitui-se por aqueles que desejaram Getúlio Vargas de volta ao poder e, por isso, o elegeram para o cargo da presidência do Brasil, o que se apresenta como algo verdadeiro e inquestionável, uma vez que fora comprovado pelo resultado das urnas.

O dizer vai construindo, portanto, pelas determinações e pela configuração da própria cena enunciativa, que *povo brasileiro* é aquele que *clama* por Getúlio Vargas para o cargo da presidência (recorte (5)); aquele que deu apoio a ele durante seu período de afastamento por meio de *mensagens de solidariedade* (recorte (4)), e que agora o apoia também em seu retorno político, o que está posto em: “A minha candidatura não nasceu, por isso, das injunções da política ou das combinações dos Partidos. Ela veio diretamente do povo, dos seus apelos e dos seus clamores” (recorte (5)). Tais atitudes do povo brasileiro significam, neste acontecimento enunciativo, como um traço de virtude (recorte (4)), isto é, como uma qualidade moral. A *virtude do povo brasileiro* encontra-se, deste modo, na atitude de apoiar Vargas e fazê-lo retornar ao poder pelo próprio processo eleitoral.

Ao mesmo tempo, o dizer do locutor-presidente entra em relação com um contra-destinatário, de posição contrária à do Locutor, não havendo, portanto, identificação entre eles. Na materialidade enunciativa que aqui analisamos, o contra-destinatário a quem o locutor destina o seu dizer é a própria oposição ao presidente Vargas, a sua candidatura e as suas propostas de governo. O contra-destinatário não é designado nem explícita nem oficialmente pelo locutor; seus indícios são a alusão, o questionamento ou a negação de dizeres alheios. Nesse sentido, a voz do outro, isto é, da oposição, irrompe e atravessa o dizer do locutor-presidente, tal como em:

- i) Os profetas de calamidades, como aves agoureiras, *andaram anunciando* a aproximação das horas de cataclismo (recorte (2));
- ii) Os seus *prognósticos lúgubres* e as suas *previsões funestas não se confirmaram*. A eleição de 3 de outubro *desmentiu* os seus *presságios* e também os *argumentos engendrados* (recorte (3));

- iii) (...) *o apodo, as invectivas e a calúnia fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. Malsinaram atos, intenções e propósitos e desfiguraram a verdade ao sabor das suas prevenções e malignidades (recorte (4)).*

Ao aludir, questionar ou negar o dizer do outro, o locutor dirige ao contra-destinatário atos de desqualificação. Nesse sentido, o trabalho da adjetivação no texto, ao designar a oposição ao Governo Vargas, vai também desqualificando-a, o que produz um litígio, uma partição, uma fronteira entre o destinatário positivo, *povo brasileiro*, que elegeu e, portanto, apoia o atual governo, e o destinatário negativo, a oposição ao governo de Vargas. Desse modo, estes dois destinatários simultâneos são apresentados, pelo dizer, como constitutivamente opostos. Este litígio significa no e pelo trabalho mesmo dos adjetivos, que vão, pela determinação, construindo os contra-destinatários, tal como em: “aves *agoureiras*”, “*falsos* pastores”, “prognósticos *lúgubres*”, “previsões *funestas*”, “argumentos *engendrados*”, “conspiradores *impenitentes*”, “impiedade das suas *setas envenenadas*”.

Observando os movimentos textuais de reescritura e articulação, a formação nominal *povo brasileiro* é determinada, neste acontecimento enunciativo, por *maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo* (recorte (3)), o que produz, como efeito de sentido, um gesto de exaltação aos sujeitos brasileiros, enquanto atores políticos, em razão de seu exercício cívico: eles exprimiram sua escolha e acreditaram que o resultado das urnas seria respeitado, agindo, deste modo, com *calma e confiança*, e demonstrando as *virtudes da fé* e a *convicção serena* no voto depositado nas urnas - expressões que, portanto, igualmente designam *povo brasileiro*. Mais especificamente, os sujeitos brasileiros são exaltados exatamente porque elegeram Getúlio Vargas para o cargo de presidente. O locutor-presidente evoca certos atributos do povo brasileiro, isto é, *a boa vontade, a inteligência e o patriotismo* (recorte (7)) para ajudar e cooperar em seu Governo, em prol não apenas de seu mandato, efêmero posto que é finito, mas também da *grandeza da Nação brasileira*. Desse modo, o dizer do locutor-presidente significa que o povo deve fazer uso de tais atributos para que seja possível a Vargas governar e exercer seu mandato. Não é a consciência nacional que é aqui convocada, tal como vimos no pronunciamento de instauração do Estado Novo, mas sim a cooperação dos sujeitos brasileiros para com o Estado. Tal cooperação se configura pela concordância do povo com as medidas e decisões tomadas pelo Governo Vargas, pelo

esquecimento das discordâncias, pelo amortecimento das paixões e, no limite, pelo apagamento mesmo das divergências.

Há um movimento dos sentidos da palavra *Nação*, se observarmos as relações intertextuais entre os pronunciamentos aqui analisados. Nos pronunciamentos anteriores, *Nação* designa ou o próprio Estado, enquanto o governo que rege as instituições, ou a coexistência entre o povo brasileiro e o Estado, cujas vontades e interesses são construídos como coincidentes. No pronunciamento de posse de 1951, *Nação* também designa a coletividade do povo brasileiro coexistindo com o Estado, de modo que se produz como sentido no dizer que a grandeza de um se sustenta e se perpetua pela grandeza do outro, o que está posto em: “estaremos servindo não ao efêmero dum Governo, mas à *perenidade*, à *perpetuidade* e à *grandeza da Nação brasileira*” (recorte (7)). Nesse sentido, sem os atributos que determinam *povo brasileiro* no dizer, apontados acima, não seria possível a Vargas governar, nem à *Nação* se desenvolver. Ao mesmo tempo, temos um deslocamento nos sentidos de *Nação*, que passa a designar, por um efeito de evidência, os sujeitos brasileiros, em sua rotina diária de trabalho, tal como no recorte (3): “A *Nação* não interrompeu o ritmo dos *seus* trabalhos e atividades”. Isso nos indica que a palavra *Nação*, em seus empregos na enunciação presidencial de Vargas, analisados até agora, vai se construindo como um imaginário da coletividade dos sujeitos brasileiros.

Vejamos a seguir o DSD (1) de *povo brasileiro*:

BOA VONTADE, INTELIGÊNCIA E PATRIOTISMO

⊥

MATURIDADE POLÍTICA | **POVO BRASILEIRO** | COOPERAÇÃO & AJUDA

⊥

CULTURA CÍVICA

(Onde se lê: *maturidade política* determina *povo brasileiro*, que é determinado por *cultura cívica*, por *cooperação & ajuda*, e também por *boa vontade, inteligência e patriotismo*).

O dizer do locutor-presidente significa ainda que o povo brasileiro se constitui apenas pela parcela daqueles que não se deixaram influenciar pelos *profissionais da desordem*, pelos *conspiradores impenitentes* e pelos *inimigos da paz social*, nem caíram no *engodo das promessas* nem nas *tentações da corrupção*. Vemos aqui, por conseguinte, delinearem-se enunciativamente, tanto pela configuração da cena, que instaura dois destinatários cuja relação entre eles é de oposição, quanto pelo procedimento semântico da designação, divisões entre aquilo que designa e configura *povo brasileiro*, exaltado no dizer pelo seu exercício cívico, e o que se constrói como os contrários ao governo: os desordeiros, os conspiradores, os sem-lugar.

Vejamos o DSD (2), que ilustra nossas análises:

**POVO BRASILEIRO**

---

**PROFISSIONAIS DA DESORDEM - INIMIGOS DA PAZ SOCIAL**

(Onde se lê: *profissionais da desordem* está em relação de sinonímia com *inimigos da paz social* que, por sua vez, estão ambos em relação de antonímia com *povo brasileiro*).

Constatamos também que a apresentação dos contra-destinatários no dizer se dá de maneira vaga e genérica, isto é, a oposição à Vargas não é especificada na materialidade enunciativa. Ao contrário, está diluída na própria indeterminação dos nomes que recebe: *profetas de calamidades, aves agoureiras, falsos pastores, conspiradores impenitentes, sofismas, maquinações, ciladas da traição* (recortes (2) e (3)). Desse modo, os opositores ao governo significam, no limite, como tipos, entidades, alegorias: o mau-agouro, o pessimismo, a desordem, a enganação, o engodo.

Essa indefinição/generalização dos agentes inimigos do Governo minimiza e desvaloriza tal parcela, pois não nomeá-la explicitamente e predicá-la com palavras que atribuem a ela valor negativo produzem como efeito um gesto de censura. Além disso, a sua caracterização como um segmento perigoso, pois sub-reptício, justifica a sua exclusão da coletividade que se constrói como *povo brasileiro*. Desse modo, o locutor estabelece uma argumentação na qual a oposição e as dissidências políticas devem ser obliteradas, ao mesmo tempo em que as *paixões*, incontroláveis e causadoras da desordem, devem ser aplacadas, para que, deste modo, os brasileiros - sem pessimismo, sem paixões, sem emoções exacerbadas - possam *ajudar e cooperar* com o País, de maneira pacífica, sem conflitos, sem divergências - o que se mostra no recorte (7): “Precisamos agora *amortecer as paixões, esquecer os dissabores, aplacar os espíritos e apagar as cicatrizes da batalha*”.

A oposição ao Governo Vargas, ao não ser diretamente interpelada nem explicitamente designada pelo locutor-presidente, adquire o status de terceiro discursivo; ou seja, em outras palavras, está excluída do “coletivo de identificação” estabelecido entre o enunciador e o pró-destinatário, tal como afirma Verón (1986). Está, portanto, excluída igualmente da própria designação de *povo brasileiro*. Vemos aí, deste modo, o movimento do político na enunciação, produzindo o litígio, que se faz ver tanto pelo trabalho enunciativo da cena, quanto pelo trabalho da designação, tal como procuramos mostrar.

É igualmente decisivo mencionar aqui que o fato de o novo período do governo de Vargas agora se dar em um regime democrático, isto é, em que os eleitores escolhem seus dirigentes, produz um aparente movimento dos sentidos já postos, se compararmos aos pronunciamentos anteriores: o dizer do pronunciamento de posse de Getúlio de 1951 instaura um gesto de pertencimento do povo ao próprio processo de decisão política. No entanto, a

participação dos sujeitos brasileiros se limita, neste momento, à formalidade das urnas. Ao mesmo tempo, porém, este acontecimento produz como futuridade a possibilidade de o poder emanar do próprio povo, uma vez que *Governo* é determinado por *emanação do povo*, *servo da sua vontade* [isto é, da vontade do povo] e *imagem refletida da pátria* (recorte (6)), significando, portanto, como voltado aos governados e as suas necessidades e, além disso, como reflexo dos próprios sujeitos brasileiros, como fruto de suas vontades e decisões.

Todavia, esta participação formal dos sujeitos brasileiros, isto é, por meio das urnas, significa como só tendo sido bem sucedida devido à contribuição do *Governo Federal*, dos *órgãos da magistratura* e das *Forças Armadas* (recorte (3)), que contribuíram para manter a *lisura* e a *tranquilidade* da disputa eleitoral. Isso nos indica que o lugar do povo brasileiro se configura a partir do lugar que é próprio ao Estado e aos militares, ou seja, a partir do alinhamento entre o Governo e as Forças Armadas - o que nos mostra ainda que este lugar do povo brasileiro precisa ser constantemente assegurado pela autoridade, mantido em vigilância e, portanto, limitado pela ordem, pela segurança, pelo ritmo do trabalho. O que está fora ou para além disto significa como abuso, desordem, conspiração e conflito, ocupando, portanto, o lugar da oposição: excluído do “coletivo de identificação” e, por conseguinte, da própria parcela do povo brasileiro.

#### **4.6. Pronunciamento ao ensejo da passagem do ano: 31 de janeiro de 1953**

Ao longo de seu último mandato presidencial, Getúlio Vargas promoveu diversas medidas políticas, sociais e econômicas que, até os dias de hoje, persistem e continuam produzindo efeitos na nossa sociedade, como, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual BNDES, cuja fundação, em 1952, foi justificada no dizer presidencial pelo propósito de acelerar o desenvolvimento industrial e, assim, contribuir para a constituição de uma infra-estrutura básica. Lima defende que o objetivo do governo de Vargas era aumentar a produção do país através de uma política de desenvolvimento “sem pressa, mas em bases sólidas e estáveis” (LIMA, 1990, p.108). O progresso econômica se mostrava como a questão mais importante de seu governo, “tendo por objetivo a expansão da riqueza em proveito de todas as classes sociais” - política chamada de “redistributivismo” (LIMA, 1990, p.108).

Em outubro de 1953, Vargas sancionou a lei de criação da Petrobras, que se constituiu como o símbolo do nacionalismo do Estado brasileiro, exatamente em virtude de ser uma empresa de propriedade e controle totalmente nacionais,

com participação majoritária da União, encarregada de explorar, em caráter monopolista, todas as etapas da indústria petrolífera, menos a distribuição. Na prática, a lei consagrava o monopólio estatal do petróleo e excluía a participação de empresas estrangeiras. (FAUSTO, 2006, p.172)

No mandato em que Vargas assumiu como presidente eleito democraticamente, o Estado manteve seu caráter centralizador, exercendo sua influência principalmente no setor econômico, o que levou os setores do empresariado industrial a se oporem às políticas econômico-financeiras do governo. O Governo recebeu críticas também por sua especial atenção à classe trabalhadora e aos dirigentes sindicais. Lima (1990) aponta que Getúlio Vargas, especialmente em seus pronunciamentos dirigidos aos trabalhadores brasileiros, analisados pela autora, denuncia aqueles que acumulam riquezas por meio da exploração da

maioria da população, que se sacrifica e sofre privações. Vargas, ao denunciar tais “injustiças sociais”, opõe os ricos aos pobres e, deste modo, toma partido destes últimos, tornando-se assim o “bem amado”, o “pai dos pobres”.

Os pronunciamentos de Getúlio Vargas, portanto, incomodavam os empregadores, uma vez que incentivavam as organizações dos trabalhadores, propunham iniciativas de taxar os lucros excessivos dos empresários e projetavam um aumento do salário mínimo. Segundo Lima (1990), no entanto, a relação de Vargas com as classes sociais tem suas contradições:

Durante seu segundo governo, em 1954, Vargas se tornará cada vez mais progressista e até mesmo revolucionário; ele quer a independência econômica do Brasil contra o capitalismo externo, opõe-se ao partido do estrangeiro que constitui a burguesia industrial “não-nacional”, diretamente ligada ao imperialismo americano. Mas, ao mesmo tempo, Vargas não tinha dado as condições para que a classe operária e as massas populares se organizassem para a sua própria defesa e para a defesa econômica do Brasil (LIMA, 1990, p. 68).

(...) sendo sempre o “pai dos pobres e dos humildes” e representando os operários no Estado, Vargas não permite verdadeiramente aos trabalhadores fazerem as reivindicações próprias à sua classe, nem se organizarem fora do Estado; (...) tudo o que ele proclama é, em última instância, dito em nome da harmonia de classes (LIMA, 1990, p.111).

Lima (1990) defende que Getúlio Vargas constituiu o “povo brasileiro” como uma “massa” e, deste modo, negou ao operariado uma existência fora da égide do Estado, o que, por conseguinte, tornou a classe operária politicamente “fraca” e desarticulada. Nessa direção, vejamos como circulavam os sentidos da palavra *brasileiros* no pronunciamento do presidente Getúlio Vargas, transmitido pela “Voz do Brasil” em cadeia com todas as emissoras do país, no momento da passagem do ano de 1953 para 1954.

### **Brasileiros.**

(1) Neste dia voltado às esperanças da vida e às doces festas de família, em que as forças da alma se concentram para nos alentar nos trabalhos e nas lutas de um novo ano, venho trazer-vos a minha palavra de confiança no **futuro da Pátria** e de profundo *apreço* por **todos os bons brasileiros** que se esforçam para engrandecê-la. De modo especial, quero exprimir o meu *fervoroso reconhecimento* como também a minha *admiração constante* ao **povo humilde**, o que mais sofre em meio às dificuldades presentes e o que mais dá **exemplo de fé nos destinos gloriosos do País**.

(2) Para que se encerre de vez o **ciclo das provações**, para garantir o bem-estar vindouro dessa *esplêndida gente nossa, tão ordeira, tão laboriosa e inquebrantável na sua fibra*, cuida o **Governo** de resolver **os graves problemas atuais** através de complexas medidas e vultosos empreendimentos, cujos efeitos demoram a se fazer sentir, mas que serão altamente benéficos e duradouros, assentando em bases sólidas o progresso geral. Estamos construindo para o futuro e o tempo apresentará o balanço dessas realizações.

(3) Devo anunciar-vos que em 1954 começarão a ser executados três grandes planos, de relevância extraordinária, destinados a transformar a estrutura econômica e a fisionomia do país, abrindo-lhe um novo e portentoso ciclo de prosperidade. O primeiro é o da Petrobras, por meio do qual demonstraremos de maneira concreta aos **pessimistas e descrentes** que estamos aptos a resolver o problema do petróleo em bases nacionalistas, isto é, com o trabalho, a técnica e o capital exclusivamente brasileiros.

(...)

(4) No pórtico deste Ano Novo, sinto a alma plena de confiança e de otimismo. Tudo indica que no correr de 1954 já se farão sentir consideravelmente, em todos os setores de nossa estrutura social, as providências de base destinadas a expandir a produção nacional, aumentar a exportação e incentivar o consumo, que estão sendo postas em prática contra **a inércia e o ceticismo dos descrentes e a resistência passiva dos aproveitadores de situações difíceis**.

(...)

(5) Enquanto a recuperação material do país oferece perspectivas tão animadoras, não descuro o **Governo** de satisfazer às necessidades mais prementes dos que se dedicam ao trabalho produtivo, quer ao serviço do Estado, quer nos labores da iniciativa privada.

(...)

### Meus compatriotas.

(6) De novo se exercerá no ano que ora se inicia, em toda a sua plenitude, o direito soberano do Povo de escolha de seus dirigentes, através da renovação dos quadros do Congresso Nacional, dos Legislativos estaduais e da indicação de vários Governadores de unidades da Federação.

(...)

(7) Hoje podemos proclamar com orgulho que foram *para sempre extirpados* do Brasil **o aventurismo demagógico, os interesses ocultos** manejando influências e coações, **os recursos da fraude e da prepotência**. Cessadas as perseguições do poder, o voto dado é voto contado - cercando-se de todas as garantias a declaração espontânea de preferência por um nome ou simpatia por uma causa - *voto* que pesará na decisão final e irrecorrível exprimindo **a vontade do Povo**.

(8) Reivindico para a **Revolução de 1930** como uma de suas conquistas a instauração da verdade eleitoral no Brasil, graças à qual só o **Povo** é a **fonte do Poder** e só a ele cabe decidir dos **destinos da Pátria**.

(9) Não ignoro o quanto crescem as minhas responsabilidades ao verme investido do encargo de presidir as próximas eleições. Porque foi no *meu Governo* que se instituiu a *Justiça Eleitoral*, será também um ponto de honra para o meu Governo que as eleições se processam sem **abusos de poder**, sem **agitações subversivas**, sem **excessos facciosos**.

(...)

(10) Estou certo de que **a consciência popular** coibirá a **ação dos insofridos**, que a pretexto de um pleito eleitoral futuro desejam interromper o curso dos trabalhos encetados e ver adiadas as soluções dos problemas que mais preocupam a **Nação**.

(...)

### Brasileiros.

(...)

(11) Sejam de *harmonia fraterna*, de *fecundo trabalho*, de *entusiasmo criador*, de *amor ardente ao Brasil* os dias novos que vamos viver, santificados pelas bênçãos de Deus. (VARGAS, 1953, grifos nossos).

No pronunciamento acima, uma mensagem de Ano Novo que recapitula os feitos do Governo e que, ao mesmo tempo, apresenta suas futuras realizações, temos um Locutor que assume o lugar social de presidente (l-x), e que se dirige à coletividade dos brasileiros, seu alocutário (al-x), utilizando como vocativo tanto o nome *brasileiros*, quanto a formação nominal *meus compatriotas*. Desse modo, o locutor interpela os sujeitos pela nacionalidade, designando um a um como parte de um todo, sendo este todo um país, um território. Tais palavras, *brasileiros* e *compatriotas*, não produzem, portanto, um gesto de pertencimento político republicano para o povo brasileiro na sua relação com o Estado, mas apontam somente para os sentidos de pertencimento nacional, de tal modo que basta ser brasileiro para ser compatriota, para pertencer. Ao mesmo tempo, no entanto, produz-se, enunciativamente, um gesto de exclusão, um litígio no conjunto do povo brasileiro, uma vez que o dizer vai construindo também os contrários, os opositores ao Governo, isto é, aqueles que estão céticos sobre os planos de ação de Getúlio Vargas, tal como veremos adiante.

Ao longo do pronunciamento de 1953, o Locutor instaura dois lugares de dizer que se sobrepõem ao longo do texto: um enunciador-individual e um enunciador-coletivo. Pelo enunciador-individual, que significa no dizer por marcas da primeira pessoa do singular, o locutor-presidente fala enquanto indivíduo sobre seus feitos, suas responsabilidades, seus sentimentos, tal como em:

- *venho* trazer-vos a *minha* palavra de confiança (recorte (1));
- *quero* exprimir o *meu* fervoroso reconhecimento como também a *minha* admiração (recorte (1));
- *devo* anunciar-vos (recorte (3));
- *sinto* a alma plena de confiança (recorte (4));
- não *ignoro* o quanto crescem as *minhas* responsabilidades (recorte (9));
- *meu* Governo (recorte (9)).

Pelo enunciador-coletivo, o locutor-presidente faz falar a voz do governo, em uma dimensão coletiva, enquanto agente dotado de responsabilidades, que partilha decisões

políticas em grupo: “*cuida o Governo* de resolver os graves problemas atuais” (recorte (2)) e “*não descuro o Governo* de satisfazer às necessidades mais prementes” (recorte (5)), por exemplo. Este enunciador-coletivo significa no dizer por um *nós* excludente, que inclui apenas os membros do Governo e fala de suas ações e projetos, deste modo, excluindo o outro a quem se destina o dizer, tal como em:

- *Estamos* construindo para o futuro e o tempo apresentará o balanço dessas realizações. (recorte (2));
- (...) O primeiro é o da Petrobras, por meio do qual *demonstraremos* de maneira concreta aos pessimistas e descrentes que *estamos* aptos a resolver o problema do petróleo em bases nacionalistas (recorte (3)).

O locutor instaura destinatários simultâneos a quem dirige o seu dizer: um positivo e outro negativo. O destinatário positivo é construído pelo dizer como os *bons brasileiros*, isto é, os *compatriotas* de Vargas, que se identificam com os valores do governo e, por isso, aderem as suas medidas políticas, bem como confiam e apoiam o presidente. A nomeação *bons brasileiros* é determinada por *povo humilde e gente nossa*; determinações que vão construindo o pró-destinatário como sujeitos ordeiros, trabalhadores, entusiasmados e, no limite, satisfeitos com os rumos tomados pelo Estado para o País.

O destinatário negativo, por sua vez, funciona como uma terceira pessoa discursiva, pois aparenta ser aquele de quem o locutor-presidente fala, isto é, localizado na exterioridade, aludido como uma não-pessoa, mas que de fato se constitui naquele a quem se fala. Entendemos que o contra-destinatário, nesta materialidade, é construído pelo próprio litígio enunciativo, pois se o dizer traz a nomeação *bons brasileiros*, isso nos indica por implícito que também existem os maus brasileiros, os anti-compatriotas, os que estão, portanto, fora da designação do destinatário positivo. Os contra-destinatários são construídos com um elevado grau de generalização, daí decorrendo sua vaguidade referencial, o que os caracteriza como um segmento pouco expressivo e indeterminado: eles são nomeados no dizer, por exemplo, como *pessimistas, descrentes e aproveitadores de situações difíceis*.

É pela sobreposição das vozes individual e coletiva, na materialidade enunciativa, que o locutor-presidente produz sentidos para *brasileiros*. Pelas determinações que esta palavra, empregada como vocativo para chamar a coletividade, vai recebendo ao longo do pronunciamento de 1953, entendemos que se produz, enunciativamente, um litígio entre os bons brasileiros, pró-destinatários do dizer, e os maus brasileiros, os contra-destinatários, que, deste modo, estabelecem uma relação de oposição, isto é, de antonímia, entre si.

Nesse sentido, a designação de *brasileiros* produz uma partição: apresentam-se no dizer tanto aqueles que fazem oposição ao Governo, ou seja, os *pessimistas e descrentes* (recorte (3)) e os *aproveitadores de situações difíceis* (recorte (4)), construídos, por um efeito de sentido, como os excluídos da parcela dos bons brasileiros; quanto aqueles que são os *bons brasileiros* (recorte (1)), os *compatriotas* de Getúlio Vargas, isto é, os que apoiam e confiam nas medidas do governo, os que se esforçam para *engrandecer a Pátria*. Vemos aí, portanto, o próprio movimento do político na enunciação: há um litígio que divide a designação de *brasileiros* entre os compatriotas de Vargas, isto é, aqueles que são nomeados no dizer como *bons brasileiros*, e os que são nomeados como *pessimistas e descrentes*, deste modo, construídos como os opositores ao Governo.

*Brasileiros*, deste modo, significa pelas determinações *compatriotas e todos os bons brasileiros* (recorte (1)), o que produz um deslocamento dos sentidos: *brasileiros* não refere a uma coletividade sem divergências, unânime, tal como o vocativo, por um efeito de evidência, nos indica; a convocação dos brasileiros é reduzida, portanto, a apenas aqueles que são bons, aos compatriotas de Getúlio Vargas. Nesse sentido, entendemos que as formações nominais *todos os bons brasileiros* e *compatriotas* estabelecem entre si uma relação que produz um efeito de sinonímia, uma vez que ambas constroem enunciativamente o pró-destinatário do dizer do locutor-presidente.

Observemos mais atentamente a formação nominal *todos os bons brasileiros*. Ela apresenta como determinação a formação nominal *povo humilde* (recorte (1)), o que, por conseguinte, afeta igualmente os sentidos de *brasileiros*. O *povo humilde* significa como aquele que *sofre em meio às dificuldades*, sendo determinado, por sua vez, pela expressão *exemplo de fé nos destinos gloriosos do País* (recorte (1)), isto é, um exemplo a ser seguido pelos *brasileiros*. Produz-se assim, como efeito de sentido, que o povo humilde merece o reconhecimento e a admiração de seu líder e de todos os brasileiros exatamente porque sofre,

mas, e principalmente, porque confia de modo incondicional no Governo e nas medidas adotadas por Vargas para levar o País ao progresso. A determinação indireta de *brasileiros* por *povo humilde* promove uma outra divisão, um outro litígio, mas um que se dá de outra maneira, qual seja, pelas condições econômicas. As tensões sociais estão agora, de algum modo, mais expostas em torno da própria divisão econômica presente na sociedade.

A formação nominal *todos os bons brasileiros* também é determinada por *gente nossa* (recorte (2)). Por sua vez, esta última tem por determinação os adjetivos *esplêndida*, *ordeira*, *laboriosa*. Desse modo, os *bons brasileiros* estão afetados por sentidos de ordem e de trabalho, além de serem determinados por uma grande qualidade nada específica: o de serem esplêndidos. Produz-se assim, como efeito de evidência, sentidos de valorização dos trabalhadores e de seu lugar na sociedade. Isso nos indica que o esforço do brasileiro para *engrandecer a Pátria*, tal como mencionamos acima, se daria por meio da realização de atividades produtivas, isto é, por meio de seu trabalho, o que mostra o forte viés econômico-desenvolvimentista do governo Vargas, mas também, ao mesmo tempo, sua convocação e, no limite, seu apelo à classe trabalhadora.

Há, nesse pronunciamento, uma menção à *consciência popular* (recorte (10)) que não poderia nos passar despercebida. Já mencionada anteriormente, tal consciência aponta para os sentidos de um sujeito, neste caso, de uma sociedade, ou de parte dela - pois trata-se de uma consciência popular - que se constrói, no e pelo dizer, como quem sabe o que faz e que faz o que é certo. Aqui, este agir corretamente significa reprimir e impedir, de modo geral, tudo aquilo que for sectário em relação ao governo: as *agitações subversivas*, os *abusos de poder* e os *excessos facciosos* que possam ocorrer durante as eleições vindouras. De algum modo, a *consciência popular* significa pelo seu caráter gregário e, por sua vez, as divisões e discordâncias devem ser combatidas e obliteradas.

Nessa direção, as propostas do locutor-presidente para o Ano Novo (recorte (11)) que se aproxima são: que os *brasileiros* estejam em uma relação de *harmonia fraterna* e de irmandade entre si e, no limite, com o Governo, o que produz, como efeito de sentido, um gesto de sentimentalismo; que se voltem entusiasmadamente para o trabalho (*sejam de (...) fecundo trabalho*), isto é, que se voltem para o processo produtivo e, deste modo, esqueçam as divergências políticas; e que amem o Brasil (*amor ardente ao Brasil*), o que mobiliza, de uma maneira pouco latente, sentidos de patriotismo. Isso nos confirma aquilo que a cena

enunciativa e a designação de *brasileiros* já vinham nos mostrando: produz-se, no pronunciamento de 1953, um litígio entre os *bons brasileiros* e os *pessimistas, descrentes* e agitadores, de um modo tal que só pertencem à parcela dos compatriotas de Vargas, isto é, dos bons brasileiros, aqueles que respeitam a ordem estabelecida pelo governo, que se dedicam arduamente ao trabalho, que não promovem agitações... enfim, aqueles que amam a Pátria.

Vejamos o DSD abaixo que procura apresentar o resultado interpretativo de nossas análises:

## PESSIMISTAS E DESCRENTES

---

**COMPATRIOTAS - TODOS OS BONS BRASILEIROS** ┤ GENTE NOSSA

├

POVO HUMILDE ┤ EXEMPLO DE FÉ NOS DESTINOS  
GLORIOSOS DO PAÍS

(Onde se lê: *compatriotas* está em relação de sinonímia com *todos os bons brasileiros*, que é determinado por *gente nossa* e por *povo humilde*. Este último, por sua vez, é determinado por *exemplo de fé nos destinos gloriosos do país*. *Compatriotas* e *todos os bons brasileiros* estão ambos em relação de antonímia com *pessimistas e descrentes*).

Retomemos aqui a discussão sobre as palavras *Pátria* e *Nação*. No pronunciamento de 1953, pelo movimento textual de reescrituração, a relação entre as palavras *Pátria*, *País* e *Brasil* produz um efeito de sinonímia, uma vez que elas se substituem umas pelas outras no texto, subsumindo assim o sentido de *país* enquanto território demarcado por um Estado pelo sentido de *Pátria* enquanto território de identificação nacional cuidado pelo Estado e amado pelo governo e pelo povo. É o que se observa nas determinações que recebem no encadeamento dos enunciados pela movimento textual de articulação:

- futuro da *Pátria* (recorte (1));
- destinos da *Pátria* (recorte (8))
- destinos gloriosos do *País* (recorte (1));
- a estrutura econômica e a fisionomia do *país* (recorte (3));
- recuperação material do *país* (recorte (5));
- foram para sempre extirpados do *Brasil* o aventurismo demagógico, os interesses ocultos (...) (recorte (7));
- instauração da verdade eleitoral no *Brasil* (recorte (8));
- amor ardente ao *Brasil* (recorte (11)).

No dizer de Vargas, *Brasil*, *País* e *Pátria* se reescrevem e afetam os sentidos de *brasileiros*, confirmando aquilo que observamos anteriormente. Desse modo, a designação de *brasileiros* vai construindo uma coletividade que deve *amar* o *Brasil*, sua *Pátria*, *trabalhar* para sua *recuperação material*, e *ter fé* nos seus *destinos*, pois a *verdade eleitoral* foi instaurada e, portanto, seu líder, escolhido legitimamente pelas urnas, conduzirá o *país* a tais *destinos gloriosos*.

A palavra *Nação*, por sua vez, reescreve *Povo*, o que produz um efeito de sinonímia entre elas, mas também uma deriva de sentidos para *brasileiros*, afetando, desse modo, a sua designação. Observemos os enunciados em que ocorrem:

- direito soberano do *Povo* de escolha de seus dirigentes (recorte (6));
- *Povo* é fonte do Poder e só cabe a ele decidir dos destinos da Pátria (recorte (8));
- os problemas que mais preocupam a *Nação* (recorte (10)).

*Nação* e *Povo*, embora projetem o imaginário de uma totalização dos sujeitos brasileiros que habitam e pertencem ao País, produzem também um deslocamento de sentido para a designação de *brasileiros*. Desse modo, *Nação* e *Povo* significam, no pronunciamento de 1953, como uma coletividade de sujeitos que passa a ocupar também um lugar de deliberação e, nesse sentido, pode agir para *solucionar os problemas que mais preocupam a Nação*, uma vez que tem direito a *decidir os destinos da Pátria*, “através da renovação dos quadros do Congresso Nacional, dos Legislativos estaduais e da indicação de vários Governadores de unidades da Federação” (recorte (6)), ou seja, pelo voto.

A designação de *brasileiros* é, portanto, afetada, no pronunciamento ao ensejo da passagem do ano, pelos sentidos da palavra *povo*, aqui empregada para dizer sobre o processo eleitoral que se aproximava. Desse modo, a expressão *direito soberano de escolha dos dirigentes* (recorte (6)), ao determinar *povo*, por uma relação de articulação, designa também *brasileiros*, o que produz um aparente gesto de inclusão dos sujeitos nos processos de decisão sobre os rumos políticos do País, isto é, sobre os *destinos da Pátria* (recorte (8)). No entanto, tal inclusão se dá apenas no plano da formalidade, isto é, pelas eleições.

Destacamos aqui que, muito embora, após o período do Governo Provisório, em 1937, Vargas, apoiado pelos militares, tenha instituído o Estado Novo, um regime que acabou com o pluripartidarismo e com as competições políticas, o veredito das urnas e a *verdade eleitoral* significam, no pronunciamento de 1953, como heranças da própria “Revolução” de 1930 (recorte (8)) e, deste modo, como obras do governo de Getúlio Vargas - curiosamente, aquele que por 15 anos liderou um regime autoritário.

*Povo* é, desse modo, agora determinado como *fonte do poder* (recorte (8)) e o voto, por sua vez, exprime a *vontade do Povo* (recorte (7)). No pronunciamento de 1930, a *vontade do povo* significa o apoio ao acontecimento da Revolução, que depôs o governo de Washington Luís e instaurou um novo governo, liderado por Getúlio Vargas; já no pronunciamento de 1953, proferido durante um governo eleito democraticamente, é o próprio

resultado das urnas que designa a *vontade do Povo*. Produz-se, de algum modo, uma aparente reconfiguração da relação política dos sujeitos brasileiros, enquanto atores políticos que a enunciação constrói, com o Estado. No entanto, essa reconfiguração aponta tanto para uma cidadania formal, que se pratica apenas pelo exercício do voto, quanto para um modo de governo em que o Estado, embora proteja o povo, em especial os humildes e os trabalhadores, limita as possibilidades de ação dos sujeitos brasileiros, restringindo-as ao exercício cívico, às eleições, a uma participação meramente formal.

## Considerações Finais

Nossa entrada de análise, neste trabalho, se deu pela designação das formações nominais que vão construindo sentidos para os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, bem como para o governante Getúlio Vargas em seu dizer enquanto presidente. O movimento do político na enunciação permitiu ver o litígio instaurado nos nomes e em sua designação, inscrita na cena enunciativa que, além dos alocutários explícitos, traz uma divisão entre os pró e contra-destinatários do dizer e produz um conjunto de imagens para o locutor-governante e seus governados. As análises buscaram dar visibilidade ao litígio instaurado no dizer, pelo qual se produzem sentidos para os sujeitos brasileiros, enquanto governados, na sua relação com o Estado, e enquanto atores políticos construídos pela enunciação presidencial de Vargas.

Destacamos o litígio que significa, ao longo do *corpus*, na designação de *povo brasileiro* e *brasileiros*: esses nomes vão construindo no dizer uma coletividade a quem o locutor se dirige, configurando-a como partidária às medidas do Governo e como constituída apenas por *bons brasileiros*, isto é, aqueles que apoiam o governo, concordam com suas medidas e obedecem seus comandos. Por sua vez, a presença do contra-destinatário a quem o locutor se dirige vai produzindo fissuras na coletividade desse povo, o que se observa tanto na configuração da cena enunciativa, dividida entre pró e contra-destinatários, quanto nas nomeações e determinações que designam os contrários ao Governo Vargas como agentes inimigos, desqualificando-os enquanto cidadãos: eles são os *dissidentes*, os *pessimistas*, os *descrentes*, os *rebeldes*, os *profissionais da desordem*, e, deste modo, estão excluídos daquilo que se constrói enunciativamente como a coletividade dos sujeitos brasileiros.

As análises deram visibilidade também para outro litígio que se instaura no dizer presidencial de Getúlio Vargas e significa na formação nominal *povo brasileiro*. Estabelece-se um alinhamento, construído enunciativamente, entre o governo e as forças armadas, de tal modo que, no dizer, o governo conta com os militares para governar e para submeter o povo a uma determinada ordem. Este alinhamento reduz o lugar de fala dos sujeitos brasileiros enquanto atores políticos, produzindo sobre eles um sentido de passividade e concordância com o governo, que é visível nas próprias determinações de *povo brasileiro*: ele *aplaude*,

sente *orgulho*, *homenageia* e *venera* os militares. Ao mesmo tempo, ele deve confiar ao Governo e às Forças Armadas a missão de gerir o País, que é também a de construir e de salvar a Pátria, dando a eles seu apoio e colaboração. Isso nos permite afirmar que, na história dos sentidos que afetam os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, o lugar de deliberação sobre as formas de governabilidade foi se construindo, na enunciação presidencial de Getúlio Vargas, por uma articulação entre o Estado e as Forças Armadas, o que, por conseguinte, produz um gesto de exclusão dos próprios sujeitos brasileiros, cujo lugar de inferioridade e submissão não aponta para uma ação política que esteja além do apoio, da obediência e mesmo da veneração ao governo e aos militares.

Quanto ao Locutor, que se torna responsável pelo dizer como Getúlio Vargas, a tomada da palavra pelo locutor-x (l-x) nos diferentes modos de estar ou de se tornar chefe de Estado produz diferenças e deslocamentos nos modos de identificação e de designação dos sujeitos brasileiros e dele próprio. No primeiro momento do governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1934, o dizer do pronunciamento de 1930, no qual o locutor ocupa o lugar social de chefe do governo provisório, simula o lugar de dizer do locutor como o de um representante que fala em nome de todos, apresentando-se assim como o *delegado da revolução*, como o porta-voz do acontecimento histórico e político da “revolução”, isto é, como o intérprete dos anseios populares, da *vontade do povo brasileiro*. *Povo brasileiro*, por sua vez, enquanto pró-destinatário a quem o locutor dirige o seu dizer, significa, como defensor e aliado do “movimento revolucionário”, como aquele que fez o acontecimento da “revolução”, isto é, que levou Vargas ao poder. O dizer de Vargas produz um efeito de pertencimento e de inclusão do *povo brasileiro* no “movimento revolucionário”, o que serve como um modo de legitimação ao novo governo e a sua instauração. Este efeito de pertencimento se mostra por marcas da primeira pessoa do plural que permeiam o pronunciamento de 1930 e produzem um efeito de inclusão que alinha o governo de Getúlio Vargas e o povo brasileiro como agentes da revolução, o que produz um efeito de homogeneização da própria *vontade do povo brasileiro*. Esta vontade, construída pelo dizer como homogênea, una e sem divergências, produz como sentido tanto o reconhecimento do movimento revolucionário como legítimo, quanto o apoio popular ao novo governo que se instaurava naquele momento da história do Brasil.

O dizer do manifesto de 1932 inscreve um litígio na designação de *povo brasileiro*, o que se observa na nomeação, vaga e genérica, dos contrários ao governo Vargas,

postos fora do que se constrói como a coletividade dos sujeitos brasileiros, exatamente por não apoiarem as ações governamentais nem confiarem no chefe do governo, devendo, por isso, ser combatidos e silenciados. Tais sentidos se confirmam pela própria auto-denominação do locutor como um *soldado*, que significa, de algum modo, como uma ameaça aos seus opositores, a quem ele enfrentará para defender *os ideais da revolução*. Esse movimento quebra os efeitos de homogeneidade da *vontade do povo brasileiro* e de unidade do *povo brasileiro*, construídos anteriormente pelo dizer no pronunciamento de 1930.

Já no período do regime do Estado Novo, de 1937 a 1945, nos pronunciamentos de 1937 e 1939, as nomeações *povo (brasileiro)*, *concidadãos* e *(todos os) brasileiros* vão construindo os sujeitos brasileiros, por um efeito totalizante, como uma coletividade a quem o dizer do chefe de Estado quer reforçar a aderência ao novo regime. Tais nomeações vão construindo o objeto de dizer como uma coletividade que apoia e comemora a instauração do Estado Novo, e que, mais além, delega a Getúlio Vargas, por meio de sua confiança, a responsabilidade de tomar as decisões sobre os rumos políticos do País. Nesse sentido, o locutor-chefe de Estado busca se legitimar como um *servo da Nação*, apresentando-se, para isso, como aquele que se *sacrifica* a fim de atender aos *apelos* de seus *concidadãos*, apelos estes significados como o próprio modo de anuência dos sujeitos brasileiros à instauração do Estado Novo, deste modo, legitimando o regime imposto por Vargas. Ao mesmo tempo, o dizer presidencial dá visibilidade, pelo trabalho da adjetivação, que desqualifica e rechaça os contrários a Vargas, e pela configuração de uma cena enunciativa dividida entre destinatários positivos e negativos, ao litígio enunciativo com a designação das nomeações *povo (brasileiro)* e *brasileiros*, que não inclui os opositores à instauração e à consolidação do Estado Novo.

No último período de governo de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954, em que já se haviam instituído as eleições democráticas, as nomeações *povo brasileiro* e *brasileiros*, pelas determinações que recebem nos pronunciamentos de 1951 e 1953, designam aqueles que aderem aos valores do presidente e perseguem os mesmos objetivos que ele, sendo exaltados pelo dizer presidencial pelas formações nominais *bons brasileiros* e *povo humilde*, o que novamente reforça o sentido de subserviência em relação ao governo. Os sujeitos brasileiros são construídos pelo dizer como aqueles que desejaram Getúlio Vargas de volta ao cargo da presidência, o que se mostra como algo inquestionável em razão de ter sido comprovado pelo

resultado das urnas. Ao mesmo tempo, eles são construídos pelos sentidos de *ordem*, *trabalho* e *entusiasmo* na sua relação com o Estado. O dizer presidencial convoca a *cooperação* dos *brasileiros*, que se configura, por um efeito de sentido, como a concordância do povo brasileiro com as medidas e decisões tomadas pelo Governo Vargas. O locutor, por sua vez, se afirma como *Presidente do Povo* e *servo do Brasil*, apresentando-se como aquele a quem é legítimo tomar a palavra tanto porque foi escolhido e eleito pelo povo, quanto porque é obediente e dedicado a ele. No entanto, a exclusão do cômputo de *povo brasileiro/brasileiros* dos contrários a Getúlio e a sua ação governamental toma corpo tanto na nomeação, genérica e de valor negativo, dos opositores ao Governo, quanto na configuração da cena enunciativa, dividida entre os pró e contra-destinatários do locutor-presidente.

Ressaltamos que ao se afirmar como *Presidente do Povo*, nos pronunciamentos de 1951 e de 1953, o locutor produz uma aparente movimentação nas filiações dos sentidos já postos e, por conseguinte, realiza um gesto de pertencimento e de inclusão do *povo brasileiro* no processo de decisão dos rumos políticos do País. No entanto, a participação dos sujeitos brasileiros, enquanto atores políticos, constrói-se, no dizer presidencial, unicamente pelo exercício do voto, restringindo-se, deste modo, naquele momento, a uma participação formal limitada às eleições.

A tomada da palavra pelo Locutor nos diferentes modos de estar chefe de Estado constrói, desse modo, um conjunto de imagens para Getúlio Vargas, enquanto governante. De *delegado da revolução*, escolhido pelos militares; *soldado*, que combate os opositores ao governo “revolucionário”; *homem de Estado* que, *servindo à Nação*, significa a instauração do regime autoritário do Estado Novo como um gesto de sacrifício pela *continuação do Brasil*; a *Presidente do Povo* que, uma vez escolhido e eleito pelo povo, *serve ao Brasil*: Getúlio Vargas se apresenta, pela nomeação, como submetido ao povo, como servo a ele dedicado pelo suposto “bem” e pela suposta “salvação” da Pátria e da Nação. No entanto, todo o seu dizer aponta, tal como procuramos mostrar ao longo deste trabalho, a submissão na direção contrária, isto é, do povo brasileiro ao governo. A própria construção da figura enunciativa do enunciador nos indica isso: o jogo contraditório entre o enunciador-individual e o enunciador-coletivo é dominante e afeta essa divisão do Locutor entre o que tem autoridade, porque apoiado pelas forças armadas, e o que a tem porque fala em nome do povo brasileiro, legitimado por seus *apelos*. Nesse sentido, ao mobilizar um enunciador-coletivo,

que se sobrepõe ao enunciador-individual, o Locutor significa seu dizer de indivíduo e seu lugar de autoridade como uma posição coletiva, isto é, como fruto da *vontade do povo*, dos *apelos dos concidadãos*, da *cooperação dos brasileiros*. Esse jogo de aparente inclusão do povo indica a persistência do discurso autoritário, na inversão das obediências postas no fio do dizer de Getúlio Vargas.

A mudança nos modos de identificação da coletividade dos sujeitos brasileiros, observada nas enunciações presidenciais de Getúlio Vargas, mostra que a designação dos nomes que referem os sujeitos brasileiros se desloca e aponta para possíveis diferenças nas relações de sentido, o que nos indica que tais palavras não são neutras. Ao contrário, por seu efeito material, elas participam da construção de um projeto político para o país e, desse modo, constroem também sentidos (e colocam perguntas) para a República, tal como se constituiu no Brasil, e para seus modos de funcionamento. Nessa direção, o Estado também vai se construindo pelas nomeações que recebe: *Governo*, *Pátria* e também *Nação*. *Nação*, nos fios contraditórios do dizer presidencial de Vargas, designa a coexistência dos sujeitos brasileiros com o Estado, produzindo o imaginário de uma totalização destes sujeitos. Juntos, estes três nomes significam o Estado, comandado por Vargas, como provedor e como definidor dos *destinos do povo brasileiro*. O referente de *povo brasileiro*, por sua vez, vai se construindo, no e pelo dizer, como uma coletividade que é acolhida, mas também tolhida por esse Estado: ora sua participação política como coletividade dos cidadãos é minorada, ou mesmo, anulada, pela ligação entre o governo e as forças armadas, garantidora da estabilidade política, social e econômica, alegadamente necessária para a *continuação do Brasil* e para a *salvação da Pátria*; ou ainda pela atribuição de sentimentos e atitudes patrióticas que funcionam na direção de apoio ao governo: *confiança*, *comemoração*, *harmonia*, *veneração*, *pacifismo*, *ordem*, *entusiasmo*, *cooperação*, *obediência* e *amor*. Ora seu modo de pertencimento político está limitado à formalidade do processo eleitoral, e qualquer *agitação* se apresenta como *ameaça* e *subversão*, de modo que mesmo as disputas eleitorais devem ser vigiadas e asseguradas pela autoridade do *Governo Federal* e das *Forças Armadas*.

Nosso trabalho permitiu ver, pelo movimento enunciativo da reescrituração e da articulação, e pelos memoráveis presentes no dizer e sua filiação na memória interdiscursiva, o movimento do político na enunciação de Getúlio Vargas construindo sentidos para os sujeitos da República, enquanto cidadãos brasileiros, no entrecruzamento dos sentidos do

militarismo com o autoritarismo. O primeiro, devido ao alinhamento enunciativo que se estabelece entre o Locutor, que fala a partir do lugar social de chefe de Estado, com os militares, protagonistas das ações políticas ao longo dos governos de Getúlio Vargas; o segundo, pelo próprio modo do Locutor de tomar a palavra, isto é, pelo jogo entre o lugar de dizer coletivo e o lugar de dizer individual, tal como apontamos acima - jogo que produz como efeito a legitimação de seus atos e decisões individuais como fruto de vontades e aspirações coletivas.

O entrecruzamento dos sentidos do militarismo com o autoritarismo é determinante na direção argumentativa do dizer presidencial de Vargas: em outras palavras, é este lugar que promove e mantém a exclusão do povo como coletividade cidadã e que o coloca no lugar da subserviência, da aceitação, do apoio e da veneração ao governo de Vargas. Nesse sentido, pelas determinações de *povo brasileiro/brasileiros*, o dizer presidencial de Vargas constrói os sujeitos brasileiros como mantenedores de uma ordem social imposta pelo Governo e cuja existência não se mostra possível fora da égide do Estado, significado pela aliança entre governo e Forças Armadas. O exercício de sua cidadania e de seu patriotismo, desse modo, se dá pelo estabelecimento de relações de irmandade e de *harmonia fraterna*, pelas *armas da inteligência* e as *conquistas pacíficas do trabalho*, e pelo *amor ardente ao Brasil*. Neste ponto, nossos resultados vão ao encontro do que aponta Lima (1990) sobre a constituição do povo brasileiro como uma “massa” conduzida por Getúlio Vargas, o “pai dos pobres”, e da classe dos trabalhadores como politicamente desarticulada, a quem não foram dadas as condições necessárias de organização para além do controle estatal.

O dizer presidencial de Getúlio Vargas, em seus diferentes períodos de governo, constrói, por meio das nomeações *povo brasileiro* e *brasileiros* e suas designações, um imaginário de *bons sujeitos* como aqueles que apoiam o governo, e de *dissidentes* e *contrários* ao governo como marginais, não incluídos na alegada *vontade do povo*. A coletividade do povo brasileiro é significada, desse modo, como constituída por aqueles que se dedicam arduamente ao trabalho para a recuperação material e para o desenvolvimento econômico do país; por aqueles que respeitam, apoiam e obedecem a ordem estabelecida pelo governo, seja porque ela é alegadamente fruto da sua própria vontade, seja porque ela é resultado do processo eleitoral; por aqueles que confiam nos destinos da Pátria, designados pelo seu governante, e que amam incondicionalmente o seu País - o que se traduz, por fim, como o

modo de inscrição e de pertencimento dos sujeitos brasileiros ao regime republicano tal como se instituiu e se consolidou no Brasil durante a Era Vargas.

## Referências Bibliográficas

- BIBLIOTECA da Presidência da República: banco de dados. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>>. Acesso em 13 mai. 2014.
- BONFIM, J.B.B. **Palavra de presidente**: discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: Lge Editora, 2004.
- CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- D'ARAUJO, M.C. (Org.). **Getúlio Vargas**: série perfis parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, n.62, 2011. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio\\_vargas.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas.pdf)>. Acesso em 13 ago. 2013.
- DIAS, L.F. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. **Letras**: Santa Maria, v.23, n.46, p.11-22, jan./jun. 2013.
- DIAS, L.F. Acontecimento enunciativo e formação sintática. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**: Campinas, n.35, p.99-138, 2015a.
- DIAS, L.F. Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na semântica. **Estudos da Língua(gem)**: Vitória da Conquista, v.13, n.1, p.229-248, 2015b.
- DIAS, L.F. Nomes de cidade de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: KARIM, T. M. et al. (Orgs.) **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras**: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1). Campinas: Pontes Editores, 2016, p.33-49.
- ELIAS DE OLIVEIRA, S. **Cidadania**: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.
- ELIAS DE OLIVEIRA, S. Cidadãos e concidadãos nos discursos de posse da Primeira República. **Signum**: Estudos da Linguagem, Londrina, v.15, n.3, p.105-128, 2012.
- ELIAS DE OLIVEIRA, S. Sobre o funcionamento do político na linguagem. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**: Campinas, n.34, p.41-53, jan-jun, 2014.
- FAUSTO, B. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GARCÍA NEGRONI, M.M. Discurso político, contradestinación indirecta y puntos de vista evidenciales: la multidestinación en el discurso político revisitada. **Revista ALED**: v.16, n.1, p.37-59, 2016.
- GUIMARÃES, E. **Texto e Argumentação**. Campinas: Pontes Editores, 1987.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2002.
- GUIMARÃES, E. Domínio Semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Orgs.). **A palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2007, p.77-96.

- GUIMARÃES, E. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editora RG, 2011.
- GUIMARÃES, E. Argumentatividade e argumentação. **Desenredo**, Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, v.9, n.2, p.271-283, 2013.
- HOBBSAWM, E.J. **A revolução francesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LIMA, M.E.A.T. **A construção discursiva do povo brasileiro**: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MONTERO, A. Puesta en escena, destinación y contradestinación en el discurso kirchnerista (Argentina, 2003-2007). **Discurso & Sociedad**: v.3, n.2, p.316-347, 2009.
- NETO, L. **Getúlio**: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ORLANDI, E.P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.
- ORLANDI, E.P. **A noção de materialidade**. In: Vídeos Labeurb. Disponível em: <[www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/videos.lab](http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/videos.lab)>. Dez. 2007a.
- ORLANDI, E.P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORTIZ BRANDÃO, R. **Palavras da instauração da República Brasileira**: a designação de cidadão em discursos presidenciais. Monografia (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2013.
- OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairos Livraria e Editora, 1979.
- PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento (1983). 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- PENNA, L. A. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. 2. ed. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.
- SANTOS, I.C.R. **A Semântica do Acontecimento e a designação de cidadãos nos discursos presidenciais de Prudente de Moraes e Campos Sales**: o caráter personalista e os deslizes

no sentido. Monografia (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2013.

VERÓN, E. La palabra adversativa: observaciones sobre la enunciación política. In: VERÓN, E. (Ed.). **El discurso político**: lenguajes y acontecimientos, p.1-12. Buenos Aires: Hachette, 1986.

ZANDWAIS, A. Linguagem e ensino: saberes linguísticos e literários dominantes em compêndios escolares. **Organon**: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.17, n.35, p.19-38, 2003.

ZANDWAIS, A. Ler o acontecimento. In: SANTOS, S.S.B dos (Org.). **Teorias e práticas de leitura**: olhares e percepções. São Paulo: Ed. Terracota, 2012, p.49-67.

ZANDWAIS, A. Como caracterizar uma nação: entre os domínios históricos e discursivos. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.). **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria, 2013, v. 1, p.263-274.

ZOPPI FONTANA, M.G. Sonhando a pátria: os fundamentos de repetidas fundações. In: ORLANDI, E.P. (Org.). **Discurso fundador**: a fundação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993, p.127-149.